U.PORTO
FLUP FACULDADE DE LETRAS
UNIVERSIDADE DO PORTO

2.º CICLO DE ESTUDOS
MESTRADO EM ENSINO DE HISTÓRIA NO 3.º CICLO DO ENSINO BÁSICO E NO ENSINO SECUNDÁRIO

"Vi(m)ver a História"

A Didática do Objeto na aula de História: motivação ou distração?

Sandra Cristina de Matos Pereira

M

2021

Sandra Cristina de Matos Pereira

“Vi(m)ver a História”
A Didática do Objeto na aula de História: motivação ou distração?

Relatório realizado no âmbito do Mestrado em Ensino de História no 3.º ciclo do Ensino Básico e no Ensino Secundário, orientado pela Professora Doutora Cláudia Sofia Pinto Ribeiro

Faculdade de Letras da Universidade do Porto

2021

Sandra Cristina de Matos Pereira

“Vi(m)ver a História”
A Didática do Objeto na aula de História: motivação ou distração?

Relatório realizado no âmbito do Mestrado em Ensino de História no 3.º ciclo do Ensino Básico e no Ensino Secundário, orientado pela Professora Doutora Cláudia Sofia Pinto Ribeiro

Membros do Júri

Professor Doutor (escreva o nome do/a Professor/a)

Faculdade (nome da faculdade) – Universidade (nome da universidade)

Professor Doutor (escreva o nome do/a Professor/a)

Faculdade (nome da faculdade) – Universidade (nome da universidade)

Professor Doutor (escreva o nome do/a Professor/a)

Faculdade (nome da faculdade) – Universidade (nome da universidade)

Classificação obtida: (escreva o valor) Valores

Vou falar-lhes dum Reino Maravilhoso. Embora muitas pessoas digam que não, sempre houve e haverá reinos maravilhosos neste mundo. O que é preciso, para os ver, é que os olhos não percam a virgindade original diante da realidade, e o coração, depois, não hesite. Ora, o que pretendo mostrar, meu e de todos os que queiram merecê-lo, não só existe, como é dos mais belos que se possam imaginar. Começa logo porque fica no cimo de Portugal, como os ninhos ficam no cimo das árvores para que a distância os torne mais impossíveis e apetecidos. E quem namora ninhos cá de baixo, se realmente é rapaz e não tem medo das alturas, depois de trepar e atingir a crista do sonho, contempla a própria bem-aventurança.

Vê-se primeiro um mar de pedras. Vagas e vagas sideradas, hirtas e hostis, contidas na sua força desmedida pela mão inexorável dum Deus criador e dominador. Tudo parado e mudo.

[…]

O nome de Trasmontano, que quer dizer filho de Trás-os-Montes, pois assim se chama o Reino Maravilhoso de que vos falei.

*"*Um Reino Maravilhoso" de Miguel Torga, 1986

Sumário

Declaração de honra 4
Agradecimentos 5
Resumo 7
Abstract 8
Índice de Figuras 9
Índice de Tabelas 11
Índice de Gráficos 12
Introdução 13
1. Didática do Objeto 17
1.1. [Ensino de] História e Arqueologia. O casamento perfeito? 21
1.1.1. Os contributos da Arqueologia 24
1.1.2. Os Museus. Uma excelente parceria 27
1.2. Educação Patrimonial e Educação Histórica 31
1.2.1. Património Material e Imaterial 41
1.2.2. Saberes e Fazeres. A herança de uma região. 45
1.3. História Local 47
1.3.1. Vila Real, de aspeto, de graça e de ilustres 51
1.3.2. Aprendizagens Essenciais. História do 3.º Ciclo do Ensino Básico 54
2. Contexto de intervenção 58
2.1. Camilo Castelo Branco. De Liceu a Escola 58
2.1.1. Caracterização do Estabelecimento de Ensino 60
2.2. Caracterização das Turmas 63
3. Metodologia 65
3.1. Metodologia de trabalho e instrumentos de recolha de dados 65
3.2. Objetos/artefactos/réplicas…materialidades 67
3.2.1. Aulas-oficina 77
3.3. Apresentação e análise dos resultados 83
3.3.1. Questionário aplicado ao 7.º ano – Visita de estudo virtual a Conímbriga 84
3.3.2. Questionário aplicado ao 8.º ano – Dia Internacional dos Monumentos e Sítios 92
Considerações finais 100
Referências Bibliográficas 103

Documentos legais e institucionais 108
Websites 110
Anexos 112
Anexo 1: Apresentação da aula sobre a romanização da Península Ibérica 112
Anexo 2: Apresentação da aula Vi(m)ver a História 116
Anexo 2a: Projeto/aula – Apresentação da atividade 123
Anexo 3: Questionário sobre a visita de estudo virtual a Conímbriga e importância dos objetos no processo ensino aprendizagem – turma do 7.º ano 125
Anexo 4: Questionário sobre a aula do *Dia Internacional dos Monumentos e Sítios* – Turma do 8.º ano 128
Anexo 5: Propostas de atividades 131
Anexo 5a: Proposta de aula – Uma Arte co(m)vida 131
Anexo 5b: Projeto/aula – Apresentação da atividade 136
Anexo 5c: Proposta de aula – (re) produzir a História 138
Anexo 5d: Projeto/aula – Apresentação da atividade 141
Anexo 6: Panfleto – apoio visita de estudo virtual 143

Declaração de honra

Declaro que o presente relatório de estágio é de minha autoria e não foi utilizado previamente noutro curso ou unidade curricular, desta ou de outra instituição. As referências a outros autores (afirmações, ideias, pensamentos) respeitam escrupulosamente as regras da atribuição, e encontram-se devidamente indicadas no texto e nas referências bibliográficas, de acordo com as normas de referenciação. Tenho consciência de que a prática de plágio e auto-plágio constitui um ilícito académico.

Vila Real, 28 de setembro de 2021

Sandra Cristina de Matos Pereira

Agradecimentos

É sempre complicado lembrar todos que de várias formas estiveram presentes nesta etapa, que através de gestos e/ou palavras transmitiram força e ânimo suficiente para não desistir.

Aos meus pais que, à sua maneira, nunca me deixaram cair… Ao meu pai por estar, aparentemente distante, mas sempre presente, a sofrer e a encorajar no seu silêncio. À minha mãe, mulher forte, meiga, doce que compreendeu e desculpou o meu mau feitio e sempre apoiou as minhas decisões, que sempre desculpou as minhas falhas. Serena, mas sempre com receio das minhas quebras, sempre orgulhosa das sucessivas vitórias… foi graças a ti que superei e consegui, MINHA MÃE.

Ao meu irmão… sempre paciente e tolerante… de poucas palavras, mas sempre disponível. Eu sei que lá no fundo ele sente orgulho de mim.

Aos meus amigos, a todos em geral que me conhecem e acreditam nas minhas escolhas e nas minhas lutas, mas a dois em particular:

À Cristina que me deu ânimo e coragem para começar, fez-me acreditar que era capaz e foi, sem dúvida, a força dela que me fez avançar.

Ao Carlos, a quem vou ser imensamente grata porque nunca me deixou desanimar, sempre com palavras de conforto, sempre presente, sempre paciente, sempre… obrigada pelo carinho, obrigada por acreditares na "tua ruiva"… grata por seres, por estares na minha vida e por permitires a minha entrada na tua.

Aos meus "padrinhos de coração" que me adotaram, entraram na minha vida e nunca me largaram. São o meu refúgio e proteção… presentes nas alegrias e nas tristezas, a eles devo muito, a eles devo, em parte, o que sou hoje. Obrigada Filipa e Rodrigo.

À doce e atenta Professora Cláudia Ribeiro, por quem tive empatia desde o primeiro dia e que mais do que uma profissional excecional, é um ser humano especial. Serei eternamente grata pelo carinho, pelo cuidado, por toda a preocupação que sempre demonstrou. Realmente, *nada acontece por acaso* e, se cheguei até aqui, a ela também o devo. Grata por aparecer e manter na minha vida.

Ao Professor Luís Alberto Alves. Poucas palavras, mas significativos adjetivos qualificam a gratidão que guardo. Obrigada pela simpatia, serenidade, disponibilidade e paciência que teve, principalmente, durante este último ano. Grata porque foi a primeira pessoa que conheci neste percurso e nesse momento fez com que acreditasse em mim e do que era capaz.

Ao Professor Álvaro Pinto pela extraordinária pessoa que é. Que me fez sentir em casa durante o estágio, acreditou e apoiou sempre as minhas propostas e decisões. Fez-me acreditar em mim mesma e acreditar que a vida é um permanente desafio e que com amor e dedicação tudo é mais fácil. Obrigada por todas as partilhas, pela confiança, pela amizade.

À Patrícia, a minha flaviense preferida… sem ela este percurso teria sido bem mais complicado. Nunca me deixou para trás nesta viagem… o sangue transmontano sem dúvida uniu-nos… e uma ligação pelo sangue é para sempre… uma amiga verdadeira.

Resumo

O presente relatório, desenvolvido no âmbito da unidade curricular de Iniciação à Prática Profissional, veicula a investigação desenvolvida em torno da Didática do Objeto no processo de ensino e de aprendizagem, desempenhando os museus um papel fundamental como apoio e complemento desta prática, sendo, por isso, considerado um excelente aliado em todo o processo de aprenduzgems.

Objetos que aliados ao deslumbramento e curiosidade (intrinsecamente ligados à atividade do arqueólogo), estimulam a vontade de querer saber, de questionar e de validar conhecimentos que só pela teoria seriam dificilmente compreendidos e rapidamente esquecidos, dado o seu carácter abstrato, referentes a uma realidade distante, desconhecida e/ou em constante construção.

Neste sentido, procurou-se efetuar uma reflexão sobre a importância da Didática do Objeto, como aliado na construção do conhecimento histórico, assim como a relevância da Arqueologia e a acuidade dos Museus enquanto motivadores e patrocinadores de uma forma de aprendizagem sui generis.

O contato direto com objetos pode despertar a curiosidade e instigar a vontade de saber, potenciando um conhecimento construído pelos próprios, sobre a realidade histórica e patrimonial (a nível local, assim como nacional e/ou global) nos alunos, o gosto, defesa e salvaguarda do património, incrementando as suas competências cívicas. Este contato com testemunhos do passado, consciencializa-os para elementos que os caracterizam e identificam a sociedade onde se encontram inseridos e que ajudam na compreensão das suas origens e evolução histórica da região onde pertencem.

Para o sucesso de todo este processo o docente assume o papel orientador e não simplesmente de transmissor de saber feito.

Palavras-chave: Didática do objeto; Arqueologia; Património; História Local; Educação Histórica.

Abstract

This report, developed within the curricular unit of Initiation to Professional Practice, conveys the research developed around the Didactics of the Object in the teaching and learning process, with museums playing a key role as a support and complement of this practice, being, therefore, considered an excellent ally in the whole learning process.

Objects that allied to the dazzle and curiosity (intrinsically linked to the archaeologist's activity), stimulate the will to want to know, to question and to validate knowledge that only through theory would be difficult to understand and quickly forgotten, given its abstract character, referring to a distant, unknown and/or constantly under construction reality.

In this sense, we tried to reflect on the importance of the Didactics of the Object, as an ally in the construction of historical knowledge, as well as the relevance of Archaeology and the acuity of Museums as motivators and sponsors of a sui generis form of learning.

The direct contact with objects can awake curiosity and instigate the will to know, enhancing a knowledge built by the students themselves, about the historical and heritage reality (at local, as well as national and/or global level), the taste, defence and safeguard of heritage, increasing their civic competences. This contact with testimonies from the past makes them aware of elements which characterise and identify the society in which they live and help them to understand their origins and the historical evolution of the region to which they belong.

For the success of this whole process, the teacher assumes the guiding role and not only the role of a transmitter of knowledge.

Keywords: Didactics of the object; Archaeology; Heritage; Local History; History Education.

Índice de Figuras

FIGURA 1- ANTIGO EDIFÍCIO DO LICEU, 1901. PRAÇA VELHA, ATUAL PRAÇA CAMILO CASTELO BRANCO. VILA REAL. 58
FIGURA 2 ANTIGO EDIFÍCIO DO LICEU, 1906. VILA REAL. FOTÓGRAFO: ANTÓNIO AUGUSTO ALVES TEIXEIRA (1877-1918). 59
FIGURA 3 – INSTALAÇÕES DO ATUAL ESCCB VILA REAL. 61
FIGURA 4- LOCALIZAÇÃO DA ESCCB 62
FIGURA 5- – MATERIAIS EM SÍLEX 70
FIGURA 6 – MACHADO DE PEDRA POLIDA (ANFIBOLITO). 70
FIGURA 7–EXEMPLO DE MATERIAIS (MINERAIS E SULFETO) EM BRUTO QUE SERIAM UTILIZADOS, DEPOIS DE TRABALHADOS, PELO HOMEM. 71
FIGURA 8– MAQUETE REPRESENTATIVA DA ESTRUTURA INTERNA E EXTERNA DE UM MONUMENTO FUNERÁRIO. TIPOLOGIA E APARELHO CONSTRUTIVO DE UMA ANTA E A EXPOSIÇÃO E ALINHAMENTO DE UM CROMELEQUE. 71
FIGURA 9– MAQUETE DO PÁRTENON- ATENAS – GRÉCIA. CONSTRUÇÃO EM MADEIRA. DIMENSÕES: APROX. 28 X 21 X 10 CM. 72
FIGURA 10– MAQUETE DO COLISEU- ROMA- ITÁLIA. CONSTRUÇÃO EM CARTÃO. DIMENSÕES: APROX. 34,3X25,7X9 CM. 73
FIGURA 11– RÉPLICA DE TÁBUA DE CERA PARA ESCRITA. 73
FIGURA 12–RÉPLICA DO ESCUDO DO EXÉRCITO ESPARTANO. 73
FIGURA 13– CAPA E CONTRACAPA DO DESDOBRÁVEL COM INFORMAÇÕES SOBRE O LOCAL A VISITAR- CONÍMBRIGA. 74
FIGURA 14–CONJUNTO DE LUCERNAS ROMANAS- RÉPLICAS. 75
FIGURA 15– RÉPLICA DE VASO DE TERRA SIGILLATA HISPÂNICA (COPO MINERVA). 76
FIGURA 16–RÉPLICA DE RELEVO ROMANO. 76
FIGURA 17–RÉPLICA DE UM JOGO ROMANO. 76
FIGURA 18–RÉPLICA DE MOSAICOS E RESPETIVAS TESSELAS. 76
FIGURA 19–CONJUNTO DE DUAS MOEDAS COM A REPRESENTAÇÃO DA CARA (BUSTO DO IMPERADOR) E COROA. 76
FIGURA 20– TÍTULO E CAPA DA APRESENTAÇÃO. 78
FIGURA 21– SITUAÇÃO –PROBLEMA- FRASE. RECURSO A UMA FRASE DE ISABEL BARCA E UMA FOTOGRAFIA ANTIGA DA AVENIDA CARVALHO ARAÚJO. 78

FIGURA 22 – PORMENOR DE UMA PLANTA, DO ESPAÇO ATUALMENTE DESIGNADO DE AVENIDA CARVALHO ARAÚJO, DE 1897. 79
FIGURA 23 – LITOGRAFIA DE LOUIS LEBRETON (1818-1866) *INTITULADA VILLA REAL DE TRAS OS MONTES – C. 1860.* 79
FIGURA 24 – LOCALIZAÇÃO E EVOLUÇÃO DA DISPOSIÇÃO DO ESPAÇO E EQUIPAMENTOS. 80
FIGURA 25 – VÁRIOS NÍVEIS E ÉPOCAS DE OCUPAÇÃO DO ESPAÇO, ATESTADO PELA RECOLHA DE MATERIAIS DURANTE AS ESCAVAÇÕES ARQUEOLÓGICAS. 80
FIGURA 26– FRAGMENTO CERÂMICO IDADE DO FERRO. 80
FIGURA 27 – EXEMPLARES DO BARRO PRETO DE BISALHÃES. 80
FIGURA 28 – REPRESENTAÇÃO DAS *PORTAS DA VILA.* 81
FIGURA 29 – IMAGEM DE NOSSA SENHORA DO DESTERRO. ATUALMENTE EXPOSTA NO MUSEU DA VILA VELHA. 81
FIGURA 30 – CENTRAL HIDROELÉTRICA DO BIEL, ESPAÇO CONTÍGUO AO RIO CORGO. 82
FIGURA 32– ESPAÇO CENTRAL DE VILA REAL. VISTA SUL-NORTE (1881). 82
FIGURA 31– ESPAÇO CENTRAL DE VILA REAL. VISTA NORTE-SUL (1881). 82

Índice de Tabelas

TABELA 1 – RESPOSTAS DOS ALUNOS DO 7.º B À QUESTÃO: *QUE PARTE DA VISITA GOSTASTE MAIS?* SECÇÃO 2 85

TABELA 2 – RESPOSTAS DOS ALUNOS DO 7.º B À QUESTÃO: *É IMPORTANTE UMA EXPLICAÇÃO ANTES DE FAZER UMA VISITA A UM SÍTIO ARQUEOLÓGICO?* SECÇÃO 2 87

TABELA 3 – RESPOSTAS DOS ALUNOS DO 7.º B À QUESTÃO: *FICASTE CURIOSO EM VISITAR O LOCAL? PORQUÊ?* SECÇÃO 2 88

TABELA 4 – RESPOSTAS DOS ALUNOS DO 7.º B À QUESTÃO*: É IMPORTANTE ESTE CONTACTO COM MATERIAIS PARA COMPREENDERES MELHOR A MATÉRIA ABORDADA NAS AULAS?* PORQUÊ? SECÇÃO 3 89

TABELA 5 – RESPOSTAS DOS ALUNOS DO 7.º B À QUESTÃO: *AS AULAS DE HISTÓRIA FICAM MAIS INTERESSANTES COM A VISUALIZAÇÃO DE MATERIAIS? PORQUÊ?* SECÇÃO 3 90

TABELA 6 – RESPOSTAS DOS ALUNOS DO 8.º B À QUESTÃO: *DO QUE APRENDESTE, O QUE CONSIDERASTE MAIS INTERESSANTE?* – VI(M)VER A HISTÓRIA 95

TABELA 7 – RESPOSTAS DOS ALUNOS DO 8.º B À QUESTÃO: *A UTILIZAÇÃO DE MATERIAIS (FOTOGRAFIAS E IMAGENS, MATERIAIS ARQUEOLÓGICOS, DOCUMENTOS IMPRESSOS) CONTRIBUEM PARA UMA MELHOR COMPREENSÃO E APRENDIZAGEM DA MATÉRIA? JUSTIFICA.* – VI(M)VER A HISTÓRIA 96

TABELA 8 – RESPOSTAS DOS ALUNOS DO 8.º B À QUESTÃO: *O QUE É QUE NÃO SABIAS E FICASTE A SABER?* – VI(M)VER A HISTÓRIA 98

Índice de Gráficos

GRÁFICO 1 – RESPOSTA À QUESTÃO 4 DA *VISITA DE ESTUDO A CONÍMBRIGA* – SECÇÃO 2. 86
GRÁFICO 2 – RESPOSTA À QUESTÃO 1 DO INQUÉRITO – VI(M)VER A HISTÓRIA 93
GRÁFICO 3 – RESPOSTA À QUESTÃO 3 DO INQUÉRITO – VI(M)VER A HISTÓRIA 94

Introdução

A disciplina de História, apesar de muitos alunos a considerarem uma disciplina aborrecida, ou até mesmo desnecessária, a verdade é que ocupa um lugar de relevância, no que concerne à formação pessoal, assumindo-se como uma disciplina de carácter social. Desta forma, considerou-se pertinente adotar uma abordagem diferente da prática geralmente utilizada no processo de ensino e de aprendizagem, capacitando os alunos para uma participação mais ativa na sala de aula e consequentemente levar à construção do seu próprio conhecimento.

Assim, partindo da ideia que as crianças "veem com as mãos" e dada a disponibilidade de materiais arqueológicos e iconográficos, (maioritariamente réplicas/cópias que constituem um acervo pessoal), considerou-se que a Didática do Objeto poderia ser um método excelente para a compreensão dos conteúdos programáticos a abordar em sala de aula.

A Arqueologia, como uma ciência abrangente, reúne conhecimentos de várias áreas, nomeadamente das letras e de outras ciências sociais, com uma ligação próxima e estreita com as *ciências ditas exatas* (Antropologia Física, Geologia, Botânica, Zoologia, Biologia, Física, Química e Matemática), o que revela uma grande riqueza metodológica. É vista como uma área que desperta curiosidade, dado o seu sentido misterioso, ilusório e de deslumbramento criado, essencialmente, pelo cinema e pela televisão que nem sempre transmitem a verdadeira essência desta disciplina científica.

Foi com base nestas premissas que se decidiu avançar para uma pedagogia que, para além de permitir a participação dos alunos na construção das suas ideias e consequentemente do seu pensamento histórico, quebrassem a conceção que tinham das aulas de História que, embora inseridas numa perspetiva construtivista (sendo aulas concebidas para promover a dinâmica individual e a partilha de grupo), muitas vezes, por circunstâncias inerentes ao próprio docente, acabavam por levar a uma exposição meramente teórica.

Depois da análise dos vários estudos que têm vindo a ser desenvolvidos denota-se, por parte dos investigadores, uma necessidade de direcionar a atenção para a emergência desta corrente pedagógica, o construtivismo, que defende precisamente que os alunos devem ser o centro do processo de ensino e de aprendizagem e que as suas reflexões devem não só ser tidas em conta, mas também devem influenciar os recursos e as estratégias adotadas pelos professores.

Assim, enquanto professor-investigador, achou-se pertinente procurar respostas para as seguintes perguntas:

- Será importante o manuseamento de objetos no processo de ensino e de aprendizagem?
- Em que medida a arqueologia e os museus podem ser aliados na compreensão dos conteúdos e na construção de conhecimento histórico?
- Como podem a arqueologia e o património local instigar o gosto pela disciplina de História e, ao mesmo tempo, contribuir para a formação da consciência cívica?

Devido à formação académica, à atual atividade profissional e à proximidade à realidade e história local[1], pensou-se, desde o início, aliar esta vertente arqueológico-patrimonial à iniciação à prática profissional, ideia que viria a ganhar ainda mais interesse aquando da pesquisa de informação sobre a temática e respetiva leitura de trabalhos académicos e científicos desenvolvidos por reconhecidos investigadores e autores, nomeadamente Helena Pinto, Glória Solé, Isabel Barca, Joan Santacana, Nayra Llonch Molina, Alejandro Egea Vivancos, Laura

[1] Responsável pelo acompanhamento arqueológico levado a cabo no âmbito do projeto de Reabilitação do Espaço Público da Avenida Carvalho Araújo e envolvente, Vila Real, com parecer favorável da Direção Geral do Património Cultural e Direção Regional de Cultura Norte (Proc.º n.º DRP-DS/2004/17-14/11957/PATA/14803 (C.S:200944)). Despacho favorável emitido a de 30 de março de 2020.

Arias Ferrer, Don Henson, Maria Auxiliadora Schmidt, Françoise Choay, entre muitos outros.

Contudo, fazer a articulação dos objetivos pensados e levar a cabo a sua execução não foi, de todo, tarefa facilitada pela situação pandémica vivida.

Os principais objetivos definidos para esta investigação foram:

- Analisar a importância didática do objeto como forma eficaz no processo de ensino e de aprendizagem, realçando a importância e o contributo da Arqueologia e dos museus para a construção do conhecimento histórico;

- Reconhecer e reforçar o papel do professor como condutor de conhecimento e não mero "transporte" de informação.

Incutir valores como o reconhecimento, a valorização e salvaguarda do património local, no processo de ensino e de aprendizagem

Desta forma, a utilização de objetos como recursos didáticos (réplicas e/ou originais), inseridos nos conteúdos programáticos da disciplina, foi a forma levada a efeito para desenvolver aulas mais dinâmicas e participativas. Ainda que a amostra não tenha sido muito significativa, pensa-se ter conseguido uma perceção do impacto positivo da didática aplicada (recurso a artefactos, réplicas, maquetes).

Todavia, a forma inicialmente pensada, visitas aos museus locais (Museu de Arqueologia da Vila Velha e Museu de Arqueologia, Numismática, Museu do Som e Imagem), acabou por não ser possível, dado o encerramento dos espaços museológicos, por questões inerentes à pandemia de COVID-19, não se vislumbrando, na altura, uma data para a retoma da atividade[2]. Neste sentido, e

[2] Decreto do Presidente da República n.º 6-B/2021, de 13 de janeiro. As medidas adotadas pelo Governo no âmbito do estado de emergência por ele decretado, e cumprindo o Despacho n.º 4/GDG/2021, os Museus, Monumentos e Palácios.

indo ao encontro do outro objetivo traçado (recorrendo a informação privilegiada, resultado da atividade profissional), para além do recurso a objetos, utilizou-se a reprodução de fotografias antigas (utilizadas como suporte e base de trabalho), possibilitando, mais uma vez, aos alunos, a construção individual e coletiva do conhecimento histórico.

Assim, e tendo como base a *aula oficina* (Barca, 2004) e o trabalho realizado por Helena Pinto (2011) no projeto desenvolvido na cidade de Guimarães, planificaram-se aulas dinâmicas que foram designadas de Projeto/aula. Mais do que a execução e planificação de aulas para integrar nos conteúdos programáticos da disciplina, este trabalho traduziu-se em propostas que foram, posteriormente, apresentadas à escola e que, no futuro, poderão ser incorporadas em projetos da disciplina de História, nas escolas locais.

Afinal, se se pretende valorizar a história local, não se pode esquecer ou omitir que uma parte significativa dos professores que integra o grupo de História não se encontra a exercer funções na localidade de onde são naturais, o que se traduz em falta de conhecimento e de tempo por parte destes em pesquisar e reunir informação sobre este tema.

Neste sentido, poderá competir às escolas, ou ao próprio município (caso integre a rede das cidades educadoras tem o processo, de certa forma, facilitado), a disponibilidade ou o acesso a recursos, a materiais ou até parcerias destinados a uma formação mais completa dos alunos, desenvolvendo não só a sua educação e consciência histórica, mas também as bases para o exercício da cidadania.

1. Didática do Objeto

> "Los objetos nos rodean, forman parte de nuestra vida y la hacen más agradable. De ellos depende que podamos hacer cosas y ellos facilitan que las hagamos mejor. También expresamos sentimientos con los objetos y los regalamos a las personas que queremos. Los Objetos nos permiten transformar el ambiente cotidiano en festivo y convertir el espacio doméstico en público…y todo esto es posible porque los objetos significan y nosotros, que los usamos, sabemos lo que significan, conocemos su lenguaje". (Blanco, 1997, p. 5)

Graças à investigação e às descobertas realizadas ao longo dos tempos (desde que o interesse pelo passado e pela ação do ser humano se tornou alvo de curiosidade e de pesquisa), que se sabe que o ser humano criou, produziu, aperfeiçoou objetos, tendo como intuito uma série de finalidades, nomeadamente a recoleção e a preparação de alimentos, assim como a proteção pessoal e da comunidade.

O legado deixado pelos nossos antepassados e materializado em simples artefactos, ou sobejos da vida e uso comum, despertam no investigador a curiosidade de descortinar uma série de lapsos existentes. A verdade é que cada fragmento, por mais simples que seja, poderá ser uma peça fundamental na resolução de um quebra-cabeças essencial para a compreensão histórica.

A disciplina de História sempre foi considerada como uma disciplina demasiado teórica e abstrata, que compreende a memorização de datas, nomes, acontecimentos, uma panóplia de informação condensada no manual escolar. A verdade é que com as tecnologias digitais a abordagem que se prevê possibilita criar uma dinâmica diferente e das aulas com recurso a várias estratégias de forma a estimularem o interesse dos alunos. Mas será suficiente?

Antes de tudo, importa reter que o conceito *didática* compreende toda a ação educativa que, segundo Houssaye[3] (1988), implica uma relação entre três elementos: o aluno, o professor e o saber, essenciais para o processo de ensino, mas que nenhum deve funcionar isoladamente. Assim, todos os procedimentos devem ter uma finalidade educativa e existem numerosas formas de transmitir e construir conhecimento.

Torna-se, assim, cada vez mais importante promover metodologias mais eficazes, para a transmissão do conhecimento do passado:

> "Teniendo en cuenta las exigencias sociales del momento presente, una nueva didáctica de la Historia debe promover actitudes y aptitudes tales como interpretar los hechos, contrastar las fuentes, plantearse preguntas pertinentes, elaborar hipótesis, detectar prejuicios, extrapolar situaciones y hacer deducciones, entre muchas otras" (Molina & Moreno, 2016).

Estas atitudes e aptidões poderão ser promovidas fomentando o interesse por museus, conhecimentos na área do património ou mesmo com o recurso a objetos, excelentes agregadores de informação e que espoletam curiosidade.

Seria impensável conceber a existência humana sem a produção de objetos, dado que são o resultado da evolução da mentalidade associada às necessidades individuais e/ou de uma comunidade. Todos têm uma função, todos contam uma estória e consequentemente fazem parte da História. Como escreveu Paul Bahn acerca dos objetos de cariz utilitário – «utensílios» – estes "têm sido desde sempre o sustentáculo principal da existência humana e que toda a nossa sofisticada parafernália da idade dos computadores teve origem nos simples artefactos dos nossos predecessores" (Bahn, 1997, p. 38).

[3] Jean Houssaye, Professor da Universidade de Rouen, França, onde coordena o Laboratório CIVIIC (Centre de Recherches Interdisciplinaires sur lês Valeurs, lês Idées, lês Identités et le Competence en Éducation et Formation) e é um dos autores que explica o modelo do triângulo didático – *Triangle pédagogique*. Cf. (Houssaye, 1988)

Os objetos, dada a sua complexidade no que concerne a uma multiplicidade de informação que podem facultar, são considerados uma excelente opção, desde que devidamente orientados e enquadrados[4]. Através da observação direta, do contacto, da interrogação, abre-se a possibilidade de extrapolação de elementos teóricos muitas vezes assimilados e não compreendidos, que são assim complementados pela evidência material.

São vários os investigadores e, consequentemente, inúmeros os estudos que defendem a importância do manuseamento de objetos no processo didático, também designados por "*fontes objetuais"*, em contexto de sala de aula e mesmo ao longo do processo cognitivo da criança (Solé & Llonch, Investigação sobre a transversalidade social disciplinar e geográfica de um modelo de ensino-aprendizagem da História através de fontes objetuais e criação de museus de aula., 2016).

De facto, não serão as aulas mais interessantes e dinâmicas? Esta abordagem expositiva não será enriquecedora e promotora de um conhecimento mais científico? A observação e contacto com objetos não será uma forma mais enriquecedora do que a mera transmissão teórica de informação? Não será preferível o aluno questionar, problematizar e formular as suas conceções sobre os objetos disponibilizados, enquadrados numa temática específica, ao invés de reter a informação como se de dossiers se tratassem, prontos a serem memorizados e arrumados e posteriormente esquecidos?

Sem dúvida que a Didática do Objeto permite "relacionar el objeto con los conocimientos que contiene, para hacerlos comprensibles, fijarlos en la memoria y para servir de elementos de anclaje de aprendizaje de nuevos conceptos*"* (Molina & Moreno, 2016, p. 112)

[4] Paulo Freire, na sua *Pedagogia Crítica*, aborda o papel do professor como coordenador da ação educativa. Segundo ele, a educação deveria estar sustentada no diálogo, na discussão, no debate, dentro da sala de aula, devidamente orientados pelo «Professor-construtor»

Todo o processo cognitivo e construtivo requer a observação, a discussão de ideias, a possibilidade de comparar, de analisar, de criar e se possível tocar, e neste sentido a Didática do Objeto é sem dúvida uma estratégia eficaz e motivadora, pois o objeto é algo concreto, com características específicas quanto à sua forma, uso, composição, que pode ser observado, descrito, tocado, classificado e contextualizado, levanta hipóteses e permite estabelecer comparações.

> "En definitiva, podemos iniciar un proceso de análisis que nos lleva a fijarnos en los detalles del objeto y nos permite conocer cómo es, su función y funcionamiento, a quién va destinado, su proceso de fabricación, las implicaciones económicas en dicho proceso, en la adquisición de las materias primas que lo componen y en su comercialización, etc. Para ello, el análisis debe ser sistemático y pasa por analizar el objeto desde el punto de vista morfológico, funcional, técnico, económico, sociológico, estético e histórico-cultural." (Molina & Moreno, 2016, p. 112)

Neste sentido, os objetos revestem-se de uma rica fonte de informação e consequente curiosidade, não só do elemento "objeto" em si, quanto à sua tipologia, técnica, mas de um contexto, de um todo que é a comunidade onde foram produzidos e utilizados e concludentemente a sua evolução. É necessário entender cada elemento como parte integrante do passado e aprender a fazer a sua interpretação e enquadramento histórico.

Como defende Francisco Ramos, a utilização do objeto como recurso pedagógico, designado por ele como "objeto gerador" instiga a reflexões sobre a sua verdadeira utilidade e manuseamento, o que permite "perceber a "vida" dos objetos, entender e sentir que os objetos expressam traços culturais, que os objetos são criadores e criações do ser humano, proporcionando, ao mesmo tempo, um envolvimento coletivo" (Ramos, 2007, p. 63).

Desta forma, são vários os argumentos e investigadores que consideram pertinente a utilização de objetos com fins didáticos, no processo de ensino e de aprendizagem, nas diferentes fases educativas (Blanco, 1997), (Pinto, 2011; 2018), (Ribeiro, 2002), (Solé, 2012), (Solé, 2014), (Solé & Llonch, 2016), evidenciando a capacidade deste recurso, não apenas para o início da investigação histórica, mas também como

uma forma de recriar os diferentes períodos históricos (Santacana M. & Llonch M., 2012).

Os objetos são considerados instrumentos fundamentais no processo ensino e de aprendizagem do ensino da História, funcionando como fontes primárias. Até porque, "[…] en definitiva, las fuentes primarias son "la voz" de los hombres y mujeres del pasado. Y de entre los distintos tipos de fuentes, los objetos suelen ser más propicios para el aprendizaje" (Molina & Moreno, 2016, p. 114).

Artefactos, utensílios ou qualquer outro objeto permitem construir processos de aprendizagem eficazes, na medida em que possibilitam, através de um contacto direto, nomeadamente em sala de aula ou em museus, a construção do conhecimento histórico funcionando como suporte do mesmo, fontes de conhecimento do passado, onde a componente imaginação está sempre subjacente (Santacana M. & Llonch M., 2012; Nakou, 2003).

Neste sentido, a utilização de objetos no processo de ensino e de aprendizagem da História poderá trazer importantes benefícios relacionados com a aprendizagem dos conteúdos da disciplina, uma vez que lhe estão intrinsecamente associados aspetos vinculados a questões sociais, culturais e/ou tecnológicas, e poder-se-á estabelecer a ligação a outras áreas, nomeadamente à educação patrimonial e à educação para a cidadania.

1.1. [Ensino de] História e Arqueologia. O casamento perfeito?

> "Assim delimitados, sem outras fronteiras senão as dos homens e do tempo, seu domínio e sua démarche, o historiador pode sentar-se à sua mesa de trabalho. Seu primeiro trabalho será a "observação histórica". Ele não deve ignorar "a imensa massa dos testemunhos não-escritos", aqueles da arqueologia em particular" (Bloch, 2001, p. 26).

Não é novidade quando se afirma que a História e a Arqueologia sempre "caminharam lado a lado", que poderão espelhar a alegoria do casamento perfeito. A

colaboração entre ambas contribui para uma melhor interpretação e compreensão do que aconteceu no passado, para conhecer os indivíduos e as suas características essenciais, as suas vivências, a relação com os seus pares e com o meio onde se encontravam inseridos.

Como refere Collingwood (2001), a História, tal como a Teologia ou as Ciências Naturais, é uma forma particular de pensamento que tem como objeto "a tentativa de responder a perguntas sobre ações humanas praticadas no passado" (Collingwood, 2001, p. 21).

Segundo o autor, através da interpretação de testemunhos, que o próprio designa por documentos, é possível o autoconhecimento humano, que implica saber o que é o ser humano, a que comunidade pertence, e sabendo o que fez, no passado, qual será a sua possível reação e evolução (no futuro). É este o valor da história (Collingwood, 2001, pp. 20-22).

Seguindo esta ordem de ideias, e citando William Faulkner, "O passado nunca está morto. Nem sequer é passado", pois cada pequeno pormenor do passado acompanha o ser humano até ao presente. As vivências influenciam as opções a tomar (experiências negativas ou positivas), e o passado passa a ocupar espaço no presente, condicionando ou determinando as decisões.

Mas o que importa aqui abordar é a História enquanto disciplina curricular que comporta uma série de desafios e obstáculos onde a didática tem a função de apresentar e articular informação que permita a construção do conhecimento histórico.

Considera-se, assim, que "a Arqueologia, enquanto ciência simultaneamente complementar e aglutinadora de várias áreas do conhecimento" (Pinto, Silva, Sousa, & Teixeira, 2019, p. 86) é uma boa aliada no processo educativo, e o museu e o património excelentes colaboradores, educadores e facilitadores na compreensão e divulgação do passado. Assim, esta forma de comunicação de conhecimento científico, por parte da Arqueologia, fomenta a educação patrimonial e desenvolve a sensibilidade, competências e participação cívica dos mais novos.

A aproximação destas duas áreas permite compreender que um conjunto de artefactos e todo o seu contexto revelam características do quotidiano da comunidade a que pertenciam, as relações sociais existentes, a cultura que os integrava e unia. Desta forma, este legado, a designada cultura material, poderá ser produtiva, no que concerne ao ensino da História, permitindo a construção de uma consciência histórica e patrimonial nos alunos.

Contudo, a realidade que ainda se verifica relativamente à educação no nosso país ainda é um pouco diferente. Como escreveu Isabel Barca:

> "No nosso país, o discordo escolar sobre a cognição e aprendizagem continua a centrar-se em ideias estereotipadas e abstratas sobre o desenvolvimento cognitivo, catalogando o raciocínio das crianças em pensamento concreto e dos adolescentes em pensamento abstrato, como se não ocorressem variâncias. A riqueza de significados múltiplos que os aprendentes constroem sobre a realidade, mesmo antes de situações de ensino formal, é desprezada, desperdiçando-se assim um capital cultural preciso para a transformação de senso comum em pensamento científico." (Barca, Introdução, 2001, p. 7)

Assim, a arqueologia poderá contribuir de forma positiva para esta mudança na conceção que ainda prevalece no ensino de História.

Como defendem vários investigadores, cuja pesquisa desenvolvida se centra na importância da arqueologia e das possíveis abordagens por ela disponibilizadas para o processo de ensino e de aprendizagem, os objetos constituem, sem dúvida, um excelente recurso.

Segundo Glória Solé (2016), o estudo ou simples observação/contacto com "fontes objetuais", permite uma colaboração da Arqueologia no ensino da História, que poderá ser pertinente no que concerne à construção de consciência Histórica nos alunos: "os alunos ajudam a desenvolver a compreensão histórica e a aquisição de conceitos históricos e o desenvolvimento de conceitos substantivos associados ao tempo histórico como: cronologia, mudança, continuidade e progresso, assim como o de evidência e empatia histórica" (Solé, 2016, p. 91).

A História não deve ser associada a um simples relato do passado, porque desta forma não motiva os alunos. A Arqueologia permite estabelecer desafios cognitivos, que permitam confrontar o que já sabem com novas ideias, novos conhecimentos apresentados, por exemplo, por simples objetos o que contribui para o pensamento crítico do indivíduo:

> "Aqueles que têm a experiência de pesquisar a informação, avaliar a sua fiabilidade e desenvolver interpretações – as competências próprias da pesquisa histórica – devem ser capazes de usar melhor estas competências ao tomar decisões no presente e devem estar mais aptos a reconhecer lacunas nas conclusões dos outros. Quem aceita passivamente as conclusões dos outros, por outro lado, pode ser manipulado de várias maneiras" (Barton, 2004, p. 19).

Evidentemente não se pretende que os alunos estejam ao mesmo nível de um historiador ou de um arqueólogo, mas que, mais do que reter informação, compreendam o que é realmente História e como é que se constrói. Só assim poderão evoluir no que respeita à compreensão e interpretação do que lhes é transmitido, e aqui os professores têm, sem dúvida, um papel fundamental (Barca, 2001).

1.1.1. Os contributos da Arqueologia

> "Se pedisse a qualquer indivíduo do público cultivado, de qualquer país do mundo contemporâneo, que designasse um arqueólogo vivo, pode ter a certeza de que quase ninguém conseguiria apresentar um exemplo para além do ficcional Indiana Jones. Tal é o poder de Hollywood e tal é o anonimato da arqueologia dos nossos dias." (Bahn, 1997, pp. 8-9).

> "Então o que é exatamente a arqueologia? A palavra vem do grego (*arkhaiologia*, «discurso acerca de coisas antigas»), mas hoje significa o estudo do passado humano através dos vestígios materiais que tenham sobrevivido." (Bahn, 1997, p. 14).

O arqueólogo e investigador Paul Bahn, no seu livro *Arqueologia, Uma Breve Introdução,* resume, de forma clara e objetiva, o que é e como é vista a Arqueologia na sociedade contemporânea.

A Arqueologia, tal como a concebemos hoje, nem sempre foi tida como uma área importante na construção do conhecimento que temos sobre o ser humano e as suas práticas ao longo dos tempos. Associada à curiosidade e ao mistério, a verdade é que nem todos a consideravam uma área de relevância na produção científica. O recurso a metodologias diversas e pouco corretas na recolha de informação era uma realidade e os materiais eram remetidos para «gabinetes de curiosidades», propriedade de antiquários, ou integravam e embelezavam coleções particulares, consideradas autenticas relíquias de família.

Foi nos séculos XVII e XVIII que se desenvolveu o interesse pela atividade, dando início a uma série de escavações que viriam a resultar na recolha de uma sequência significativa de material, pois era esse o objetivo principal, reconhecendo posteriormente que o contexto envolvente, a estratigrafia e a paisagem circundante ajudavam a complementar a informação ou incorporavam a própria informação.

No século XIX, a arqueologia afastou-se, de forma categórica, da atividade dos antiquários e dedicou-se ao estudo dos vestígios do passado numa vertente científica e com uma metodologia específica que foi sofrendo adaptações e melhorias, ao longo dos tempos, com a introdução e desenvolvimento das técnicas e análises científicas, o que permite retirar muita informação e aprender muito mais a partir de um objeto.

Como escreveu Tom Oliver Miller, com formação académica na área da Antropologia e da Arqueologia,

> "[a] Arqueologia analisa, identifica e estuda os vestígios materiais dos povos desaparecidos, com o objetivo de conhecer melhor a vida dos nossos antepassados e os problemas enfrentados e solucionados (ou não) no passado. Protegendo hoje esses objetos e vestígios do passado, estaremos salvaguardando e garantindo a compreensão e perpetuação da nossa memória social futura. Além disso, nenhum povo pode prosperar sem a memória do seu passado, pois as soluções para o futuro têm que levar em conta a experiência vivida." (Miller, 2012, p. 168)

Contudo, não se pode deixar de referir a exposição mediática da Arqueologia que desvirtuou, por um lado, o carácter metodológico e científico do arqueólogo, pela fantasia, falta de rigor científico e ausência de deontologia na abordagem ao

objeto arqueológico, por outro lado permitiu a construção da imagem social da Arqueologia e do arqueólogo em especial, tendo *Indiana Jones* incutido um certo fascínio, admiração e respeito. Fruto desta exposição mediática, a Arqueologia passou a ter uma maior visibilidade e atenção por parte dos meios de comunicação social e das pessoas.

> "As produções de vídeo e de televisão tornaram-se também um importante veículo para apresentar o passado ao público e atingem consistentemente grandes índices de audiência, mesmo quando os programas são um horror. Os melhores programas são aqueles que não só transportam o espectador para lugares que ele talvez nunca venha a poder visitar, como também lhe apresentam os factos de uma forma equilibrada e «entusiástica-mas-sóbria», evitando os truques e a promoção inconsequente de teorias sensacionalistas." (Bahn, 1997, p. 110)

A Arqueologia, graças ao estudo da cultura material, devidamente contextualizada, possibilita o conhecimento mais detalhado das respetivas comunidades, permitindo que possa ser estabelecido um confronto de ideias, transformando o passado (personificado em vestígios) em algo vivo, concreto, dinâmico.

Desta forma, o ensino da História pode ser interessante, credível, real, levando a que os alunos ganhem consciência do papel que eles próprios desempenham (na História) e permitindo igualmente que, desde tenra idade, tomem consciência da importância do estudo e preservação do passado corporizado no património (arqueológico, edificado, cultural), quer em sala de aula, inseridos numa área temática contemplada no currículo, ou nos museus e espaços museológicos, em visitas direcionadas para a educação histórica e patrimonial (Pinto, Silva, Sousa, & Teixeira, 2019).

Segundo Helena Pinto, resultado dos sucessivos estudos e reflexões levados a cabo, a Arqueologia permite que se construa conhecimento, através dos artefactos recolhidos, sobre relações sociais, transformações e evoluções tecnológicas operadas numa determinada sociedade. Materiais únicos, legado de um passado, passíveis de apresentar evidências importantes para a construção do conhecimento arqueológico e consequentemente do passado.

Ao mesmo tempo que a Arqueologia suscita curiosidade e motiva para o "estudo dos vestígios não renováveis e perecíveis das sociedades do passado é o suporte fundamental para incentivar a formação de cidadãos ativos na proteção, conservação e valorização dos bens patrimoniais". (Pinto, Silva, Sousa, & Teixeira, 2019, p. 87)

São várias as potencialidades didáticas da Arqueologia. Segundo Vicent, Rivero e Feliu, a Arqueologia disponibiliza uma série de procedimentos que consideram vantajosos para o ensino e aprendizagem da História:

> "La Historia debe ser entendida como investigación, indagación, resolución de problemas y enigmas. En definitiva, debe tenerse en consideración el principio didáctico de *hands on, minds on, hearts on,* para poder utilizar metodologías activas de enseñanza y aprendizaje. Si se toca la historia, puede convertirse en fuente y método de conocimiento y, en este momento, existen posibilidades tecnológicas que pueden facilitar esta tarea. Este cambio de paradigma didáctico, permitiría superar algunos de los problemas expuestos con anterioridad y, en este sentido, el patrimonio arqueológico jugaría un papel importante, al ofrecer la materialidad necesaria para superar una parte del proceso de abstracción y poder experimentar a partir de los sentidos, recrear algunos procesos y, en definitiva, acercar un poco más el pasado." (Vicent, Gracia, & Torruella, 2015, p. 85).

Reconhecendo a pertinência nas palavras de Paul Bahn, "[…] a arqueologia é a busca perpétua, e nunca realmente uma descoberta; é uma viagem eterna, sem nenhum autêntico ponto de chegada. É um conjunto de tentativas, nada é definitivo" (Bahn, 1997, p. 19)

1.1.2. Os Museus. Uma excelente parceria

Quando se fala de Didática do Objeto temos de ter a sua presença ou o acesso aos mesmos, quer seja na sala de aula, quer seja através da celebração de protocolos de colaboração com instituições museológicas de modo a possibilitar o contacto com os materiais, excluindo-se, neste caso, o contacto direto, ou seja, o seu manuseamento, mas facilitando o contacto visual direto dos mesmos.

Relativamente ao recurso e manuseamento de materiais na sala de aula refira-se, a título de exemplo, os «museus de aula», designação atribuída por Glória Solé e Nayra Llonch no estudo desenvolvido e que possibilitou "demonstrar a relevância e as potencialidades da Didática do Objeto e da construção do museu de sala de aula para a compreensão histórica e temporal dos alunos independentemente do nível de escolaridade" (Solé & Llonch, 2016, p. 88).

A verdade é que "construir" museus em sala de aula nem sempre é tarefa fácil, dado que nem todos os professores têm formação e disponibilidade de/para adquirir objetos, a menos que haja a colaboração de um museu. Realce-se, contudo, e de forma positiva que cada vez mais os museus estão a caminhar no sentido de desenvolver as competências necessárias na construção de conhecimento, uma vez que possibilita a comunicação direta entre os objetos expostos e o visitante (aluno) que tem a possibilidade não só de observar o espólio existente, como também de interrogar e analisar, ou até mesmo estabelecer semelhanças e diferenças com objetos conhecidos ou do imaginário e daí tirar conclusões.

Se, no passado, os museus destinavam-se a ser meros exibidores de coleções e tesouros locais, ou do país, muitos deles resultado e expressão das relações mais ou menos pacíficas estabelecidas com outros povos, a verdade é que se desenvolveram, evoluíram e "passaram a ser vistos como uma das instituições que poderia prover educação para as massas", sendo, posteriormente reconhecido o seu apoio no trabalho educativo das escolas (Pinto, 2010, p. 107).

Assim, os museus ou instituições museológicas, áreas protegidas, monumentos, ou paisagens naturais e culturais, acabam por complementar o sistema educativo e devem funcionar em estreita colaboração com as instituições de ensino. No caso particular de Portugal, país que integra o ICOM (International Council of Museums)[5],

[5] O Conselho Internacional de Museus foi criado em 1946. É a organização mundial dos museus e dos profissionais de museus. Dedica-se à promoção e proteção do património natural e cultural, presente e futuro, material e imaterial. O ICOM é uma organização não-governamental (ONG), que mantem uma relação formal com a UNESCO .
Disponível em: https://icom-portugal.org/icom-portugal-quem-somos/

e como está determinado na lei de bases dos museus portugueses (Lei n.º 47/2004, de 19 de Agosto) houve a preocupação de abordar e valorizar o papel dos museus na educação dado o seu carácter pedagógico. Daí a criação do Comité Internacional de Educação e Ação Cultural, que tem desenvolvido a sua ação no sentido de articular o museu e a comunidade, de pensar e adaptar o papel educativo do museu e as formas de rentabilizar as suas atividades (Pinto, 2010, p. 108).

Da mesma forma que a Arqueologia começou a ser (re)conhecida pelo público em geral, também os museus sentiram a necessidade de (re)valorizar o seu espólio, recorrendo a formas de comunicação diversificadas.

Foi na década de 1990 que a comunicação direcionada para a educação começou a estar realmente presente nos espaços museológicos (Hein, 2006), dotando-os de novas competências e abordagens mediante a evolução dos tempos e a imposição de novas necessidades.

Os museus refletiram sobre o seu papel conceptual na sociedade, assumindo-se como um polo comunicativo possibilitador de aprendizagens e gerador de educação e cultura. Desta forma, não se pode excluir ou simplesmente omitir o importante papel dos museus e o seu contributo enquanto «contenedores de restos del pasado», podendo e devendo, também, ser considerados instrumentos educativos (Santacana M. & Llonch M., 2012).Alguns museus direcionam o estudo e conteúdos para um tema e/ou período específico da História, outros, pelo espólio que hospedam, são verdadeiros depósitos de memórias, narradores de um passado, que através da exposição artefactual, muitas vezes complementada com recriações visuais, digitais, gráficas ou cénicas, devidamente legendadas e enquadradas, permitem a qualquer visitante adquirir conhecimentos sobre o local de proveniência do acervo, sobre a área geográfica e o património existente e, como não podia deixar de ser, sobre si próprio, enquanto pessoa, elemento obreiro da própria história, desenvolvendo competências de vária ordem.

Como refere Paulo Freire no livro *Pedagogia da Autonomia: Saberes necessários à prática educativa,* devemos ter consciência que "ensinar não é simplesmente

transferir conhecimento, mas criar as possibilidades e condições para a sua própria produção ou a sua construção" (Freire, 2002, p. 21). Assim, o museu deve ser considerado um espaço de aprendizagem e construção de conhecimento para todos, sejam eles mediadores educativos, funcionários do museu ou visitantes.

Ensinar História tendo como aliado uma instituição museológica, ou várias, ajuda na construção do próprio conhecimento histórico. "Reconhecer, questionar e reconstruir significados e representações do senso comum são procedimentos pedagógicos coerentes com os objetivos e princípios há muito debatidos no âmbito da teoria e da metodologia do ensino de História." (Kátia M. Abud, 2010, p. 128)

O espaço museológico, se antes estava voltado para a preservação, conservação e gestão de bens, passou a possibilitar experiências sensoriais de vivências e descodificação de partes da História, facultando o contacto entre o visitante e os objetos. Cada vez mais se caminha, graças às tecnologias, no sentido da globalização, onde qualquer pessoa pode virtualmente visitar um museu em qualquer lado do planeta, a qualquer hora, na comodidade do seu sofá. Sem dúvida que esta evolução permite que um maior número de pessoas aceda a espaços de informação e cultura; no entanto, não se pode descurar a importância da visita presencial.

Garantir este lado mais tecnológico e interessante às exposições poderá suscitar a curiosidade e, por conseguinte, o enriquecimento do conhecimento, contudo, o contacto próximo com o objeto exposto permite ao visitante uma possibilidade de diálogo, de vivenciar experiências e sensações que a partir de casa são impossíveis de alcançar. Considera-se, assim, as tecnologias um bom complemento, auxiliar, mas nunca uma alternativa, porque nada substitui a comunicação entre o espólio museológico e o visitante.

1.2. Educação Patrimonial e Educação Histórica

> "(…) o património tem uma história, é a expressão de uma comunidade, da sua cultura nas suas especificidades e convergências ao longo do tempo, sendo por isso um fator identitário." (Barca & Pinto, 2014, p. 7).

O conceito "Património", citando Françoise Choay, na obra *Alegoria do Património*, é uma "bela e muito antiga palavra (que) estava, na origem, ligada às estruturas familiares, económicas e jurídicas de uma sociedade estável, enraizada no espaço e no tempo" (Choay, 2000, p. 11). Contudo, atualmente é tido mais como um testemunho do passado – património histórico – materializado nas estruturas e elementos que perduraram no tempo, herança de uma comunidade.

Como refere Helena Pinto, relativamente a este tema, embora seja entendido por muitos como um legado que espelha a identidade e a memória de um espaço e/ou de um grupo humano que, durante gerações zelou pela sua salvaguarda e proteção, pelas especificidades da sua cultura, a verdade é que "a característica que mais sobressai da reflexão sobre o conceito de património é a temporalidade" (Pinto, 2016, p. 22).

Carlos Alberto Ferreira de Almeida aborda este tema, afirmando que "Património é qualidade e memória. Sem qualidade intrínseca ou circunstancial, não haverá fundamento para que um testemunho-memória tenha de ser conservado" (Ferreira de Almeida, 1993, p. 411)

O conceito Património abrange muito mais do que apenas edificações erguidas num passado mais ou menos distante. Não se limita a um tempo, nem passado, nem futuro. Recorre-se ao Património de ontem para construirmos o de amanhã, porque a cultura é, por natureza, dinâmica e está em constante renovação e enriquecimento[6].

Assim, não pode ser entendido só como uma herança, mas um legado que, através de uma seleção consciente, um grupo significativo da população deseja perpetuar. Existe uma escolha cultural implícita à vontade de o transmitir às gerações futuras

[6] ICOMOS-Canada French-Speaking Committee (1982) Charter for the Preservation of Quebec's Heritage (Deschambault Declaration) – "Definition of Heritage and Preservation" [trad.].

e existe também uma noção de posse (por parte de um grupo), relativamente ao ónus que é herdado.

Como afirma Josep Ballart, a noção de património surge "quando um indivíduo ou um grupo de indivíduos identifica como seus um objeto ou um conjunto de objetos" (Ballart, 1997, p. 17)

Llorenç Prats, relativamente a este tema, refere que entende por património tudo aquilo que socialmente se considera digno de conservação independentemente do seu interesse utilitário, onde se engloba o que geralmente se conhece como património natural, dado que trata de elementos e conjuntos naturais culturalmente selecionados.

Segundo o autor, "el patrimonio cultural es una invención y una construcción social" (Prats, 1998, p. 63), um processo simbólico de legitimação social e cultural, que se baseia na seleção e constante avivamento de determinados aspetos/elementos constituintes e definidores de uma determinada identidade. Contudo, enquanto operação simbólica não se deve confundir com a própria cultura, entendida como o resultado e acumulação da experiência cultural humana em todas as suas vertentes.

Todavia, enquanto síntese simbólica, o património faculta elementos de valor cultural relevantes e pertinentes num contexto de globalização que permitem leituras diferenciadas, permitindo situar-nos em relação ao passado quando, muitas vezes, já nada resta dele.

Embora o conceito em questão comumente nos remeta para a ideia de testemunho físico do passado, é definido como:

> "[...] a conjugação das criações e dos produtos da natureza e do homem que, na sua integridade, constituem, no espaço e no tempo, o ambiente em que vivemos. O património é uma realidade, um bem da comunidade e uma valiosa herança que pode ser legada e que convida ao nosso reconhecimento e à nossa participação"[7] .

[7] Conforme definição proposta pela Quebec Association for the Interpretation of the National Heritage - Committee on Terminology (1980).

Como consta na Declaração Universal sobre a Diversidade Cultural[8], UNESCO, citando o artigo 7.º:

> "O património, sob todas as suas formas, deverá ser preservado, valorizado e transmitido às gerações futuras enquanto testemunho da experiência e das aspirações humanas, de forma a fomentar a criatividade em toda a sua diversidade e a inspirar um diálogo genuíno entre as culturas." (UNESCO, 2001).

A consciência em relação ao património e o que este comporta, assim como o seu reconhecimento, desencadeou uma série de medidas de preservação, conservação e valorização, que nem sempre foram tidas em conta, daí se compreender o porquê de muito património (arquitetónico, arqueológico, artístico, cultural ou mesmo natural) ter sido destruído ou alterado conforme as "modas" da época em que foi feita a intervenção.

Contudo, atualmente, mesmo com o conhecimento de toda a legislação existente, em torno da salvaguarda e proteção, a verdade é que os "atentados" contra o Património são constantes, por ignorância, por esquecimento, ou simplesmente por vontade política, que num rasgo de prepotência e de poder decidem tomar medidas… só porque sim.

Daí a pertinência de se valorizar a área do Património, de a englobar no currículo da disciplina de História, onde os estudos realizados corroboram a necessidade de reforçar a proximidade a museus e à história local como forma de desenvolver nos alunos a sua consciência histórica com recurso à Educação Patrimonial.

Esta preocupação com o legado histórico e patrimonial teve um grande impulso com a *Conferência Internacional de Atenas sobre o Restauro dos Monumentos* que resultou na *Carta de Atenas*, em 1931 (que determinou os princípios gerais e doutrinas relativas à proteção de monumentos). Posteriormente, a *Carta de Veneza*[9], redigida em 1964, veio a definir a conservação e o restauro dos monumentos e sítios

[8] UNESCO (2001) Declaração Universal sobre a Diversidade Cultural, Artigo 7.º

[9] Carta de Veneza de 1964.Disponível em: http://www.patrimoniocultural.gov.pt/media/uploads/cc/CartadeVeneza.pdf

e contribuiu para o desenvolvimento de um amplo movimento de âmbito internacional e que se materializou em documentos e instituições nacionais, entre os quais se destaca a UNESCO.

Não menos importante foi a *Convenção Europeia para a Proteção do Património Arqueológico (Revista),* (que como o nome indica abrange e alarga o conceito de património arqueológico, tratado na anterior convenção – Londres, 1969, ratificada por Portugal em 1982), que resultou na conhecida *Carta de Malta*[10] (assim designada por ter sido assinada em La Valleta, em 1992, por um conjunto de países, entre os quais Portugal, tendo sido ratificada pela Assembleia da República em 1997), onde se pode ler, nos artigos 1.º e 2.º respetivamente:

1) *A presente Convenção tem por objetivo a proteção do património arqueológico*[11] *enquanto fonte de memória coletiva europeia e instrumento de estudo histórico e científico.*

2) *Para este fim são considerados elementos do património arqueológico todos os vestígios, bens e outros indícios da existência do homem no passado:*
   2. 1. Cuja preservação e estudo permitam traçar a história da humanidade e a sua relação com o ambiente;
   2.2. Cuja principal fonte de informação é constituída por escavações e descobertas e ainda outros métodos de pesquisa relacionados com o homem e o ambiente.

Ainda no que concerne às diretrizes presentes na Carta de Malta, refira-se o artigo 9.º, onde se pode ler que as partes envolvidas se comprometem:

[10] Carta de Malta, de 1992.
Disponível em: https://rm.coe.int/CoERMPublicCommonSearchServices/DisplayDCTMContent?documentId=090000168007bd25

[11] Entende-se por património arqueológico estruturas, construções, agrupamentos arquitetónicos, sítios valorizados, bens móveis e monumentos de outra natureza, assim como o respetivo contexto onde se encontrem inseridos.

1) *A empreender ações educativas com o objetivo de despertar e desenvolver junto da opinião pública a consciência do valor do património arqueológico para uma melhor compreensão do passado e dos perigos que ameaçam este património;*

2) *A promover o acesso do público a testemunhos importantes do seu património arqueológico, nomeadamente aos sítios, e a encorajar a exposição pública dos objetos arqueológicos selecionados*" (Malta, 1992, p.5).

É evidente que as políticas de defesa, salvaguarda e valorização do Património foram sofrendo alterações mediante as necessidades e evolução das mentalidades. A criação de estruturas de apoio, gestão e coordenação foram entretanto criadas e melhoradas, no sentido de dar resposta à nova abordagem sobre o património, com a institucionalização de organismos com competências específicas para avaliar, fiscalizar e determinar as melhores estratégias e metodologias. Saliente-se, em Portugal, o papel da Direção Geral do Património Cultural (DGPC), que tutela, como o nome indica, todo o património cultural nacional, com a estreita e articulada colaboração das Direções Regionais de Cultura (Norte, Centro, Sul – DRCN, DRCC, DRCS) e a importância do ICOMOS[12] (Conselho Internacional dos Monumentos e Sítios), que determina todas as condições e estratégias necessárias, a serem tidas em conta, aquando da necessidade de intervenção e preservação de uma estrutura, seja individual, seja um conjunto.

A Lei n.º 107/2001, de 8 de setembro[13], estabelece as bases da política e do regime de proteção e valorização do património Cultural, e determina igualmente o interesse nacional e mesmo local, pelo património, "pela necessidade de uma filiação, de traços distintivos e identitários" (Pinto, 2011, p. 13).

[12] O ICOMOS é uma organização não-governamental mundial associada à UNESCO. É a única organização deste género, que se dedica a promover a teoria, a metodologia e a tecnologia aplicada à conservação, proteção e valorização dos monumentos, conjuntos e sítios. Constituída por um conjunto de especialistas de várias áreas (arquitetos, historiadores, arqueólogos, historiadores da arte, geógrafos, antropólogos, engenheiros e urbanistas).

[13] Disponível em: https://dre.pt/pesquisa/-/search/629790/details/maximized

De acordo com a referida Lei, "integram o património cultural todos os bens que, sendo testemunhos de civilização ou de culturas portador de interesse cultural relevante devam ser objeto de especial proteção e valorização" (Artigo 2.º), "quer seja histórico, paleontológico, arqueológico, arquitetónico, linguístico, documental, artístico, etnográfico, científico, social, industrial ou técnico, dos bens que integram o património cultural refletirá valores de memória, antiguidade, autenticidade, originalidade, raridade, singularidade ou exemplaridade".

No que ao ensino diz respeito, a temática em torno do Património tem suscitado o interesse de inúmeros investigadores, que pelos estudos realizados defendem a sua importância e integração nos currículos escolares, mais propriamente na disciplina de História, tendo sido recentemente integrado no módulo 2 ("Glocal" e Consciência Patrimonial) da disciplina de História, Culturas e Democracia. Destacam-se, entre muitos outros nomes, investigadores nacionais como Isabel Barca, Helena Pinto, Glória Solé, que consideram, através de estudos realizados, que a didática do património é um excelente aliado na construção de conhecimento histórico, onde se prevê uma articulação entre a Educação Histórica e a Educação Patrimonial.

Segundo Isabel Barca:

> "[...] a abordagem da investigação em Educação Histórica nasceu da preocupação em contribuir para aquilo que, talvez, falte ainda no panorama global dos trabalhos em Ensino da História (e de alguns outros saberes): ligar a teoria à prática, isto é, não apresentar apenas propostas prescritivas não testadas em estudos empíricos, mas sim criar, implementar e analisar situações de aprendizagem reais, em contextos concretos, e disseminar resultados que possam ser ajustados a outros ambientes educativos." (Barca, 2012, p. 37).

Assim, seguindo esta abordagem e linha de ação, a didática do património poderá ser um bom cúmplice, dado que as atividades interessantes que se podem desenvolver podem estimular as competências cognitivas, tanto na área da História, como na área da Cidadania. O trabalho com Património, em contexto escolar, permite não só articular os objetivos e as competências curriculares, como promove uma aproximação a vários técnicos (no contacto com outros profissionais das dife-

rentes áreas ligadas ao património) e facilita a relação com outras disciplinas, permitindo o desenvolvimento das capacidades de compreensão dos alunos promovendo o estudo crítico do passado, a compreensão racional do presente e o conhecimento e preparação para o futuro.

Por seu turno, o investigador Juan Santacana (2015) defende que o valor didático do património aumenta quanto maior for a capacidade de emocionar, não anulando:

> "[...] la estrecha relación existente entre el patrimonio y el valor de contemporaneidad. Pero a ello hay que añadir que a menudo, cuando más alto es el valor de contemporaneidad del patrimonio, mayor es su capacidad para generar emociones; la capacidad de emocionar puede ir unida a elementos materiales, objetos del recuerdo, a sentimientos, a aportaciones de carácter científico, a factores como el de la antigüedad, etc." (Santacana, 2015, p. 19).

O estudo desenvolvido por Helena Pinto (2011), sobre o papel educativo do património da cidade de Guimarães, mostrou o impacto que o mesmo tem no ensino de História, referindo que "a utilização, como fonte histórica, de fontes patrimoniais ligadas à História Local poderá possibilitar a utilização de metodologias para uma aprendizagem significativa" (Pinto, 2011, p. 3), considerando necessário criar estratégias para desenvolver competências de aprendizagem "que lhes permitam pensar o espaço – observar, questionar, procurar informações, comunicar ideias – e serem capazes de atuar nele" (p. 4)

É neste sentido que se tem vindo a trabalhar, quer a nível dos currículos escolares, quer a nível das instituições ligadas ao património que, cada vez mais criam dinâmicas direcionadas para o ensino e para a colaboração com as escolas, ou até mesmo outros agentes educativos, destacando-se as autarquias que desempenham um papel de relevo. Não é novidade o compromisso de colaboração entre a escola e a autarquia, de forma a possibilitar a fruição e o conhecimento do património envolvente e consciencializar os alunos para a importância da sua proteção e preservação pois, como defende Helena Pinto, o objetivo é:

> "Proporcionar aos jovens a experiência única do contacto direto, vivencial, com diferentes tipologias de património e incitá-los na leitura dos bens patrimoniais a níveis cada vez mais sofisticados, são práticas educativas com enormes potencialidades (…). Neste contexto, as atividades no âmbito da comunidade local podem constituir um método válido para a progressão das ideias dos alunos, desde um nível baseado na sua experiência quotidiana até conceitos históricos mais avançados-" (Pinto, 2016, p. 146)

Neste sentido, importa abordar o papel da cidade educadora que promove não só a participação dos alunos, mas de todos os cidadãos, contribuindo para o desenvolvimento social e cultural. Pretende-se que se compreendam os elementos e valores patrimoniais e que se eduquem cidadãos conscientes que participem de forma ativa na sua valorização e defesa, enquanto elementos de uma identidade individual e coletiva, garantindo, assim, a sua sustentabilidade.

Considera-se oportuno, dado que a cidade em que o presente estudo foi realizado faz parte da Associação Internacional das Cidades Educadoras[14] (AICE, 2020), que a nível local se apostasse no desenvolvimento de competências na área da Educação Patrimonial, no sentido de dotar os cidadãos de conhecimentos e sensibilidade pela sua história.

Afinal, mais do que uma área geográfica, com significativa densidade populacional, composta por um centro urbano e periferia rural, "a cidade apresenta elementos importantes para uma educação integral: é um sistema complexo e, ao mesmo tempo, um agente educativo permanente, plural e poliédrico, capaz de potenciar os fatores educativos e de transforação social" (AICE, 2020, p. 4).

[14] O 1.º Congresso Internacional das Cidades Educadoras, que teve lugar em Barcelona, em novembro de 1990 reuniu, na Carta inicial, os princípios essenciais ao impulso educador da cidade. As cidades envolvidas partiam do princípio que o desenvolvimento dos seus habitantes não podia ser deixado ao acaso. Esta Carta foi revista no III Congresso Internacional (Bolonha, 1994) e no de Génova (2004), a fim de adaptar as suas abordagens aos novos desafios e necessidades sociais. A presente Carta baseia-se na Declaração Universal dos Direitos do Homem (1948), no Pacto Internacional dos Direitos Económicos, Sociais e Culturais (1966), na Declaração Mundial da Educação para Todos (1990), na Convenção nascida da Cimeira Mundial para a Infância (1990) e na Declaração Universal sobre Diversidade Cultural (2001).

No que concerne à política educativa, ao acesso à cultura e à identidade da cidade, a *Associação Internacional de Cidades Educadoras* estabelece, através da *Carta das Cidades Educadoras,* que:

- "Os municípios exercerão de modo eficaz as competências que lhes correspondem na educação. Seja qual for o âmbito destas competências, devem propor uma política educativa ampla, transversal e inovadora, incluindo todas as formas de educação formal, não formal e informal, bem como uma constante interação com as diversas manifestações culturais, fontes de informação e formas de descobrir a realidade que ocorrem na cidade e em cada um de seus bairros" ((AICE, 2020, p. 10)

- "A Cidade Educadora promoverá o direito à cultura e a participação de todas as pessoas, sobretudo dos grupos em situação de maior vulnerabilidade, na vida cultural da cidade como forma de inclusão, promovendo o sentimento de pertença e de boa coexistência. Para além da fruição dos bens culturais, esta participação cultural incluirá o contributo que todos os cidadãos podem dar para uma cultura viva e em mudança e o envolvimento da sociedade civil na gestão de equipamentos e iniciativas culturais. " (AICE, 2020, p. 11)

- "A cidade tem de saber encontrar, preservar e apresentar a sua identidade própria, complexa e mutável, bem como valorizar o património material e imaterial e a memória histórica que lhe confere singularidade. Esta é a base para um diálogo fecundo com o meio ambiente e com o mundo. A valorização dos seus costumes e das suas origens deve ser compatível com os direitos humanos. Ao mesmo tempo, oferecerá uma imagem atrativa sem desvirtuar o seu ambiente natural e social, promovendo entre os seus habitantes o sentimento de pertença e de responsabilidade partilhada."

- "A transformação de uma cidade deve ser presidida pela harmonia entre as novas necessidades, a sustentabilidade e a perpetuação de edifícios e símbolos alusivos ao seu passado e existência. A cidade promoverá o convívio e a integração da comunidade no espaço público edificado e natural, evitando sempre a formação de guetos. Por outro lado, a cidade deve garantir que os seus habitantes vivam em ambientes onde possam descobrir a beleza. Para

> tal, introduzirá critérios estéticos e ambientais em todos os seus projetos e envolverá artistas no ordenamento e conceção dos espaços públicos." (AICE, 2020, p. 14)

Assim, a cidade e o respetivo património cultural, materializado em edifícios e monumentos ou simples elementos ou teorizado em valores intangíveis, são a essência dos seus cidadãos ou da memória que eles guardam do passado, cuja comunicação se encontra facilitada graças a novas tecnologias, que facilitam a aquisição de conhecimentos patrimoniais e podem favorecer a compreensão histórica.

Portugal, um país tão pequeno, mas que alberga uma experiência vivencial milenar, reúne um legado histórico, cultural e patrimonial rico e diversificado, que se traduz numa herança que contribui decisivamente para o desenvolvimento e para a caracterização dos nossos traços identitários, seja à escala local, regional ou nacional.

É importante que os alunos conheçam as suas raízes. É importante que saibam as motivações por detrás de decisões que conduziram os destinos da cidade onde vivem. É importante que reconheçam a especificidade de cada construção, da sua estética, da sua localização. É importante que aprendam com cada objeto que foi feito e usado pelas gentes que ali estiveram nas sucessivas ocupações do território e como estas evoluíram. É importante que se pronunciem sobre a informação que detêm e que se confrontem com novos dados e que construam o seu conhecimento, racional. É importante que os alunos sintam a cidade, como se parte de si se tratasse…que a compreendam e respeitem, só assim crescem enquanto cidadãos conscientes, detentores de conhecimento histórico, fruto da educação patrimonial e Histórica que colheram e transformaram enquanto alunos da disciplina de História.

1.2.1. Património Material e Imaterial

> "O património é o resultado de uma seleção que, ao longo do tempo e segundo critérios muito variados, foi colocando determinados elementos na categoria de objetos patrimoniais. As sociedades contemporâneas alargaram de tal forma o conceito de património – material e imaterial, cultural e natural, histórico, arqueológico, artístico, genético… –, que parece referir-se, muitas vezes, a formas de expressão de identidade e de memórias coletivas centradas na comunidade." (Pinto, 2017, p. 207).

Quando se fala em Património, a nossa atenção direciona-se facilmente para o património edificado, para as grandes construções, a nível local ou à escala mundial, referências físicas de um passado registado na memória coletiva, que perduraram ao longo dos tempos e que são referência de uma época.

Em Portugal tem prevalecido uma estratégia de salvaguarda do património construído que não contempla esta visão integrada, apesar de a legislação em vigor favorecer esta abordagem.

O Instituto Português do Património Cultural (IPPC)[15], criado em 1980, sob a tutela da Secretaria de Estado da Cultura, procurou estabelecer as condições de defesa do Património, na sua amplitude, a nível nacional. Os objetivos deste organismo acusam uma abordagem ampliada do património cultural, como consta na alínea a) do artigo 9.º, onde refere a necessidade de:

> "Planear e promover a pesquisa, cadastro, inventariação, classificação, recuperação, conservação, proteção e salvaguarda dos bens que, pelo seu valor histórico, artístico, arqueológico, bibliográfico e documental, etnográfico[16] ou paisagístico, constituam elementos do património cultural do País." (Decreto-Lei n.º 59/80, 1980).

[15] Cf. Decreto-Lei n.º 59/80 de 3 de abril, Diário da República, Série I, n.º 79.

[16] Refira-se que na composição do IPPC criou-se, pela primeira vez, um departamento direcionado para o património etnológico, que foi extinto em 1989, devido à reestruturação do mesmo.

Com a Convenção de 2003 (Convenção para a Salvaguarda do Património Cultural Imaterial[17]) reforçou-se e implementou-se alterações necessárias, de carácter institucional, para a defesa e Salvaguarda do Património Imaterial, que até então se haviam descurado. A partir de 2005, devido à reorganização da administração pública[18], seria confirmado o vínculo da tutela do PCI (Património Cultural Imaterial) ao Ministério da Cultura[19], o que viria a reforçar algumas ideias presentes na Lei n.º 107/2001[20]. Assim, passa para este órgão, entre outros pontos, a responsabilidade de:

a) "Salvaguardar e promover o património cultural imóvel, móvel e imaterial, promovendo a sua classificação e inventariação."

b) "Valorizar os testemunhos que, independentemente do suporte, tenham importância etnográfica ou antropológica com significado para a identidade e memória coletivas." (Decreto-Lei nº 215/2006, 2006, art.º 2.º)

Nas competências do DPI (Departamento do Património Imaterial), embora constassem ténues referências quer ao papel de programas, quer a projetos educativos, a verdade é que a articulação com o ensino e respetivas instituições foi pouco

[17] De acordo com o artigo 2º da Convenção para a Salvaguarda do Património Cultural Imaterial (2003), considera-se património cultural imaterial "(…) as práticas, representações, expressões, conhecimentos e aptidões – bem como os instrumentos, objetos, artefactos e espaços culturais que lhes estão associados – que as comunidades, os grupos e, sendo o caso, os indivíduos reconheçam como fazendo parte integrante do seu património cultural. Esse património cultural imaterial, transmitido de geração em geração, é constantemente recriado pelas comunidades e grupos em função do seu meio, da sua interação com a natureza e da sua história, incutindo-lhes um sentimento de identidade e de continuidade, contribuindo, desse modo, para a promoção do respeito pela diversidade cultural e pela criatividade humana".

[18] Resolução do Conselho de Ministros n.º 124/2005 de 4 de agosto. Aprovação, do Governo, do Programa de Reestruturação da Administração Central do Estado, que ficou conhecido por PRACE. No âmbito do Ministério da Cultura, esta reformulação resultou na fusão e reestruturação de muitos organismos e serviços.

[19] Decreto-Lei n.º 215/2006 de 27 de outubro, Diário da República, Série 1, n.º 208. Acedido a 1 set. 2021. Disponível em: www.dre.pt.

[20] A Lei n.º 107/2001 de 8 de setembro estabelece as bases da política e do regime de proteção e valorização do património cultural.
Disponível em: https://data.dre.pt/eli/lei/107/2001/09/08/p/dre/pt/html

significativa. No que respeita à educação não formal, os museus tiveram um papel importante, podendo ter sido incluídas outras organizações e/ou intuições culturais como bibliotecas ou mesmo Organizações Não Governamentais.

A Convenção de 2003 foi ratificada a 26 de março de 2008[21] aprovando, desta forma, a Convenção para a Salvaguarda do Património Cultural Imaterial, adotada na 32.ª Sessão da Conferência Geral da Unesco, em Paris, a 17 de Outubro de 2003.

Se, anteriormente, a política de salvaguarda e defesa do Património se centrava essencialmente nas estratégias em torno do património material com a legislação promulgada e instrumentos normativos e organismos de gestão criados passou a existir uma maior e reflexão e ação em torno dos problemas de salvaguarda do património imaterial.

Assim, segundo as definições (artigo 2º) do Decreto do Presidente da República n.º 28/2008 de 26 de março destaque-se, entre outros pontos, a amplitude e importância do património, onde se assume uma "profunda interdependência entre o Património Cultural Imaterial e o Património Material Cultural e Natural" e a sua relevância da formação do indivíduo, "considerando a necessidade de promover uma maior tomada de consciência, em especial entre as gerações jovens" (decreto n.º 28/2008):

> "Entende – se por «salvaguarda» as medidas que visem assegurar a viabilidade do património cultural imaterial, incluindo a identificação, documentação, pesquisa, preservação, proteção, promoção, valorização, transmissão, essencialmente através da educação formal e não formal, bem como a revitalização dos diferentes aspetos desse património." (Decreto-lei n.º 28/2008).

No que concerne à formação e educação dos jovens, a 18 de novembro de 2013, no âmbito da Educação para o Património Cultural, foi assinado um protocolo

[21] O processo de ratificação teve início em 2007 com a aprovação do Conselho de Ministros (23 de julho de 2007) ficando concluído com o Decreto do Presidente da República n. ° 28/2008 de 26 de março, Diário da República, Série 1, n.º 60. E, ainda pelo Aviso n.º 137/2008 (publicado em Diário da República n.º 144, de 28 de julho). A Convenção de 2003 entrou formalmente em vigor a 21 de agosto de 2008.

de colaboração entre a Direção-Geral da Educação[22] e a Direção-Geral do Património Cultural (DGPC)[23], onde consta uma série de medidas a adotar e de iniciativas conjuntas, de onde se destacam as seguintes:

> *1 —* […] *integram o património cultural todos os bens que, sendo testemunhos com valor de civilização ou de cultura portadores de interesse cultural relevante, devam ser objeto de especial proteção e valorização.*
>
> *2 — A língua portuguesa, enquanto fundamento da soberania nacional, é um elemento essencial do património cultural português.*
>
> *3 — O interesse cultural relevante, designadamente histórico, paleontológico, arqueológico, arquitetónico, linguístico, documental, artístico, etnográfico, científico, social, industrial ou técnico, dos bens que integram o património cultural refletirá valores de memória, antiguidade, autenticidade, originalidade, raridade, singularidade ou exemplaridade.*
>
> *4 — Integram, igualmente, o património cultural aqueles bens imateriais que constituam parcelas estruturantes da identidade e da memória coletiva portuguesas.*

Sem dúvida que o papel da educação não deve ser desconsiderado. Alguns investigadores defendem, inclusive, que deveria haver uma maior aposta e investimento em projetos educativos que promovam uma abordagem ao Património, para além das conhecidas e divulgadas estratégias de investimento na gestão pública.

---

[22] "A Direção-Geral da Educação, cuja orgânica foi aprovada pelo Decreto-Lei n.º 14/2012, de 20 de janeiro, na sua redação atual, é o serviço central da administração direta do Estado de execução de políticas relativas às componentes pedagógica e didática da educação pré-escolar, dos ensinos básico e secundário e da educação extraescolar e de apoio técnico à sua formulação, incidindo, sobretudo, nas áreas do desenvolvimento curricular, dos instrumentos de ensino e avaliação e dos apoios e complementos educativos". Disponível em: https://www.dge.mec.pt/patrimonio-cultural.

[23] "A Direção-Geral do Património Cultural, cuja orgânica foi aprovada pelo Decreto-Lei n.º 115/2012, de 25 de maio, é o serviço central da administração direta do Estado que tem por missão assegurar a gestão, salvaguarda, valorização, conservação e restauro dos bens que integrem o património cultural imóvel, móvel e imaterial do País, bem como desenvolver e executar a política museológica nacional". Disponível em: https://www.dge.mec.pt/patrimonio-cultural.

Considera-se que a salvaguarda (e a própria divulgação) do património material e imaterial só surtirá efeito e será bem-sucedida quando as iniciativas e atividades surgirem de forma espontânea das próprias comunidades. Esta dinâmica só será possível se houver uma consciência coletiva relativamente à importância e respeito pelo Património. É inócuo direcionar as atenções para um setor da população. Considera-se que é através da consciencialização de TODOS que realmente será possível.

Assim, e como tem vindo a ser desenvolvido, é investindo na educação, introduzindo conteúdos nos programas escolares, realçando estas matérias, trazendo-as para sala de aula, ou proporcionando o contacto dos alunos com a realidade no exterior, desde o ensino pré-escolar à universidade, elevando o tema a uma questão de cidadania, que se conseguirá a verdadeira valorização das nossas riquezas.

Neste sentido, conscientes da realidade, conhecedores das especificidades de cada elemento patrimonial (de cada região), com sentimento de pertença, as próximas gerações poderão, de forma segura, reclamar com mais vigor e determinação o património que desejam salvaguardar. Só jovens conscientes das suas raízes serão adultos capacitados e informados para a manutenção e transmissão do saber histórico às gerações futuras.

1.2.2. Saberes e Fazeres. A herança de uma região.

No caso particular da área geográfica a que este estudo se reporta, importa referir elementos materiais e imateriais que constituem a identidade da comunidade.

No que concerne ao património material (móvel ou imóvel), destaque vai para os vestígios da ocupação passada por todo o território, nomeadamente, os monumento megalíticos existentes por toda a região e os seus artefactos, que atestam a presença de comunidades pré-históricas, os vestígios do conhecido santuário romano (Santuário de Panóias) que comprova o processo de romanização do território português, as inúmeras construções medievais de que são exemplo a Torre de Quintela, a

própria fundação da cidade, como testemunharam as escavações arqueológicas efetuadas e todo o espólio recolhido, a arquitetura e escultura civil e religiosa, cujos brasões senhoriais que pululam pelas ruas da cidade e a talha dourada, no interior das igrejas/capelas, espelha a abundância em terras inóspitas. Refira-se, ainda, os espaços públicos que sofreram alterações mediante as decisões políticas e necessidades sociais de um período específico.

Relativamente ao património imaterial, destaca-se o processo de confeção Barro Preto de Bisalhães[24], pela sua profundidade histórica, com origens que remontam pelo menos ao século XVI, e que é o reflexo da identidade da comunidade de Bisalhães (Vila Real) e que integra a Lista do Inventário Nacional do Património Cultural Imaterial.

Não menos importante, com visibilidade internacional, destaca-se o Alto Douro Vinhateiro[25], classificado como Património Mundial, cuja longa tradição da viticultura produziu uma paisagem cultural de rara beleza que reflete sua evolução tecnológica, social e económica. que enche de orgulho as suas gentes.

Em suma, as políticas educacionais e de gestão, sob a alçada do poder local e/ou articulado com o poder central, e de organismos externos (nomeadamente a

[24] No dia 5 de março de 2015, o processo de confeção da Louça Preta de Bisalhães foi reconhecida como Património Cultural Nacional, por publicação em Diário da República e inscrição no Inventário Nacional do Património Cultural Imaterial. O Município de Vila Real decidiu avançar com a candidatura desta ancestral tradição à Lista do Património Cultural Imaterial que Necessita de Salvaguarda Urgente da UNESCO, situação que foi oficializada a 29 de novembro de 2016.
Disponível em: https://unescoportugal.mne.gov.pt/pt/temas/proteger-o-nosso-patrimonio-e-promover-a-criatividade/patrimonio-cultural-imaterial-em-portugal/olaria-de-bisalhaes.

[25] Classificado como Património Mundial em território Português, a 1 de junho de 2001, o Alto Douro Vinhateiro é uma zona particularmente representativa da paisagem que caracteriza a vasta Região Demarcada do Douro, produtora do tão afamado Vinho do Porto, a mais antiga região vitícola regulamentada do mundo. Nesta área é possível vislumbrar a relação íntima entre a atividade humana e a natureza, o que permitiu criar um ecossistema de valor único, onde as características do terreno são aproveitadas de forma exemplar e marcou a economia da região e a singularidade de um produto único e de excelência. Disponível: http://whc.unesco.org/fr/list/1046

UNESCO), têm conjugado esforços para a preservação das várias culturas e dos elementos de carácter material ou imaterial. Trabalho que se tem consubstanciado numa maior atenção por parte dos cidadãos para um bem comum.

Sem dúvida que pessoas esclarecidas são pessoas conscientes dos seus deveres e obrigações. Neste sentido, a Escola, com o devido apoio e colaboração de outras instituições, públicas (municípios, museus) e/ou privadas (associações, fundações), é o motor fundamental na engrenagem de construção de conhecimentos devidamente orientados e contextualizados.

1.3. História Local

> "[…] a história local deve despertar o amor inteligente à terra e ajudar a explicar o sentido profundo das coisas e das atitudes." (Silva, 1999, p. 386)

Uma das premissas da História Local é possibilitar um olhar crítico e perscrutador sobre o mundo a que pertencemos, onde vivemos, com o objetivo de saber algo mais sobre o sentido das coisas.

A História Local é uma área que, desde meados do século XIX, tem despertado o interesse de investigadores e curiosos sobre o passado de uma determinada região ou comunidade, levando à reflexão e promovendo a valorização da sua história e memória coletiva e individual.

A nível científico, assiste-se cada vez mais a uma metodologia criteriosa de trabalho (que tem investido na seleção e no uso de metodologias e ferramentas desenvolvidas e melhoradas, graças às novas tecnologias), que se traduz na multiplicação de dissertações de mestrado e doutoramento com uma temática e segmentos diversificados.

Contudo, muito do material e informação existente e disponível é fruto e resultado do trabalho de amadores[26], que não descorando todo o seu interesse, dedicação e determinação na compilação dos mesmos, pecam por omissão ou mesmo a interpretação menos correta de factos e fontes, conferindo ao seu trabalho uma vertente com pendor meramente narrativo e descritivo.

Só um trabalho devidamente assumido e desenvolvido por investigadores qualificados, com competências técnicas e científicas e aptidão para tratar os respetivos conceitos operatórios, com espírito crítico, que seja recetivo à interdisciplinaridade e/ou transdisciplinaridade, poderá ser realmente validado e ser sinónimo de uma verdadeira investigação de carácter científico (Nunes, 1996, pp. 74-77). Por outro lado, caso haja uma "relação de proximidade" do historiador ao local e respetiva comunidade (onde se foca o estudo a desenvolver), aquele terá mais aptidão para definir soluções para alguns desafios que surjam na procura da identidade e nos indispensáveis exercícios de descoberta e de preservação do património local, habituais fatores de integração, desenvolvimento e afirmação (Nunes, 1996, p. 78).

No que concerne à divulgação de conhecimento desta temática, as instituições académicas, as autarquias e os museus são sobejamente responsáveis pelo impulso e pela a difusão desta área de estudo que abrange vários domínios complementares como a história económica e social, a história das mentalidades, dos costumes, a história política, a história militar, o património cultural, o próprio quotidiano, entre outros.

Do ponto de vista pedagógico, a abordagem à história local nas aulas de História, permite a perpetuação de uma identidade, que se vai apagando ou dissipando, fruto da evolução da sociedade cada vez mais globalizante. Esta abordagem possibilita a compreensão, por parte dos alunos, da pluralidade de modos de vida e respeti-

[26] Quando se fala em trabalho de amadores pretende-se remeter para publicações cujos autores não tiveram formação acadêmica na área de História, tratando-se, assim, de "curiosos" que compilaram informação que nem sempre trataram da forma mais correta.

vos valores que coexistiram nas diferentes épocas e em locais distintos, o que permite que apreendam e compreendam o presente e as diferentes culturas que emergiram ao longo da história, contribuindo, também desta forma, para a sua formação cívica e de exercício de cidadania, de respeito e de compreensão pelos valores diferentes dos seus.

A valorização da "localidade" nas aulas de História não põe em questão os conteúdos da disciplina, bem pelo contrário, acaba por completar e potenciar a sua aprendizagem, dado que a matéria e as temáticas abordadas são motivadoras e despertam o interesse e curiosidade, aproximando-os da História.

Como refere Luís Alves:

> "[…] a localidade, seja na sua componente testemunhal seja na arquitetónica, pode constituir um exemplo privilegiado do nosso passado, que aproxima o professor ao aluno, que o enraíza no seu espaço, que o forma criticamente no exercício da sua cidadania e que o aproxima do saber histórico." (Alves, 2006, p. 69)

Desde tenra idade que todos estabelecemos associações, interiorizamos representações relacionadas ao contexto onde nos encontramos inseridos, onde o sentimento de pertença pelo território e pelo património é construído de forma inconsciente.

Neste sentido, a sala de aula deve estabelecer a mediação entre o conhecimento adquirido e pessoal de cada elemento da turma e relaciona-lo com o conhecimento da evolução humana, numa escala mais ampla e com o devido apoio do professor. Como refere Luís Alves: "Trazer a localidade para dentro da sala de aula é potenciarmos a formação de cidadãos conscientes favorecermos a competência histórica é garantirmos uma função social e individual para a História" (Alves, 2006, p. 65).

A História local está associada a tradição oral, à memória, mas também à cultura material, não só nos testemunhos artefactuais e fontes escritas, mas à sua intrínseca ligação ao património edificado (perceber a conceção do espaço público e a sua evolução e/ou transformação) e arqueológico, onde, mais uma vez os museus têm

uma função extremamente importante no processo educativo, promovendo a estruturação de toda a aprendizagem, a construção de conhecimento e o desenvolvimento de competências rejeitando a prática pedagógica que fomenta a memorização da informação transmitida.

Segundo Maria Auxiliadora Schimdt e Marlene Cainelli (2004) o trabalho desenvolvido, em sala de aula, com a abordagem à história local, pode ser uma forma interessante para a construção de uma história mais alargada, global, menos homogênea. O aluno, ao refletir sobre a história local promove a criação da sua historicidade e identidade e ao mesmo tempo reflete sobre a sua realidade social e assim possibilita o seu acesso e participação no debate sobre a realidade económica, política, social e cultural.

O facto de se tratar de uma realidade mais circunscrita, em termos geográficos, permite e facilita o estabelecimento de linhas de continuidade e de rutura, mudanças e permanências, funcionando, contudo, como parte integrante de uma realidade histórica mais ampla. Assim, possibilita-se a produção de um conhecimento que, ao ser analisado e trabalhado, contribui para a construção da consciência histórica (Schmidt & Cainelli, 2004, p. 114)

Tornar um passado vivo e próximo é sem dúvida um desafio permanente. É através do ensino e dos vários recursos e estratégias utilizadas, que o aluno desenvolve interesse pelo seu passado comum, estabelece uma relação com o presente, de forma a perpetuar no futuro. A "empatia histórica"[27] contribui para uma postura mais reflexiva e menos burocrática e teórica da história (como a que se ainda observa em muitas escolas) o que possibilita uma maior interação entre o aluno e os conteúdos escolares.

[27] Conceito desenvolvido por investigadores como Peter Lee e Rosalyn Ashby.

1.3.1. Vila Real, de aspeto, de graça e de ilustres

A História de Vila Real, como de qualquer cidade e/ou região, encontra-se revestida de factos e curiosidades, sendo que o grande lapso que assiste à investigação mais minuciosa, relativamente à história local, é a ausência de fontes que auxiliem na construção de um conhecimento mais completo e fidedigno.

A "filha de D. Dinis"[28] foi fundada em 1293 quando, a 24 de fevereiro é outorgada Carta de Foral pelo monarca, que insatisfeito com o desgoverno que pairava pelas *Terras de Panóias*, e dado que os seus antecessores nada fizeram para travar as pretensões e ambições senhoriais decidiu criar um novo centro urbano de raiz. Foi um processo moroso, uma vez que esta teria sido a vontade manifestada por D. Sancho II, mas que não passou disso mesmo[29], e a tentativa falhada de povoamento, com a primeira carta de foral, por parte de D. Afonso III, a 7 de dezembro de 1272, que não terá sido bem recebida, dado as exigências impostas.

Assim, depois da Carta de Foral de Constantim de Panóias, atribuída pelo Conde D. Henrique, em 1086 e confirmada por D. Afonso Henriques, em 1128, só o Rei D. Dinis viria a conseguir estabelecer uma nova ordem administrativa e política nesta região marcada pela força do poder senhorial, dotando a nova fundação de uma organização municipal e judicial[30].

Contudo, Vila Real é mais que um núcleo populacional. Pecuniosa pela sua riqueza natural e patrimonial, um pouco por toda a região conhecem-se registos de ocupação pré-histórica, proto-Histórica, medieval e moderna, muitas vezes desvalorizada ou desconhecida pelo cidadão comum.

---

[28] Expressão presente no hino da cidade, que reconhece a criação, da atual cidade de Vila Real (filha), pelo o Rei D. Dinis. O Hino da cidade de Vila Real, celebrado em forma de marcha, da autoria do Monsenhor Ângelo do Carmo Minhava (sacerdote, professor e escritor).

[29] Informação resultante de relatos presentes nas Inquirições de 1258.

[30] Ainda perdura este reflexo de desgoverno e incremento do poder senhorial nas antigas *Terras de Constantim de Panóias*, numa expressão ainda hoje citada para caracterizar o espírito superior e vingador daquelas gentes: "Para matar só Deus e os de Abaças, com a autorização dos de Guiães".

Importa referir que por estas terras abundam registos de monumentos megalíticos, e povoados fortificados da Idade do Ferro, contudo muitos deles não passam de registos, simples memórias porque, infelizmente, ainda persiste a ignorância e a esperteza de destruir só porque sim, só porque a História já está contada e escrita e nada mais há a acrescentar. Triste realidade esta, que infelizmente paira um pouco por todo lado e onde a perícia não se eleva ao grau de inteligência e permite perceber que nada está concluído, tudo permanece em aberto. O passado já passou, é certo, mas está sempre e continuamente passível de ser construído.

Haverá "graça" maior que estar abraçado por serra[31] e vinha, duas áreas, atualmente protegidas (Parque Natural do Alvão Alto Douro Vinhateiro), que conferem, a esta região, uma singularidade única com um microclima particular. Região que marca a transição geológica de granito e xisto, e que é beijada pelo rio Corgo e Rio Cabril… obviamente ninguém sobrevive sem água.

Não foi por acaso que, independente do terreno inóspito e acidentado que caracteriza esta região, os romanos *chegaram, viram e venceram* edificando, para o efeito, um Santuário, onde está gravado[32] para a eternidade o culto a um Deus Egípcio[33], num santuário considerado, pelas suas características peculiares, único na Península Ibérica.

Muito haveria para referir no que concerne às sucessivas ocupações deste território *Real*, de nome e de aspeto, cujo centro evoluiu para além da cerca medieval a

[31] Serra do Marão e Serra do Alvão

[32] Nos afloramentos graníticos existentes no Santuário de Panóias, chegaram até aos dias de hoje três inscrições em latim e uma em grego e nelas estão as instruções dos rituais celebrados, a identificação dos deuses e a do dedicante.

[33] O Santuário de Panóias foi erigido na transição do séc. II para o séc. III. Mandado construir pelo senador romano Caius Calpurnius Rufinus, dedicando-o às divindades Infernais, encabeçadas por Serápis (divindade sincrética helenístico-egípcia da Antiguidade Clássica) e às divindades dos Lapiteas, grupo étnico indígena da região. Disponível em: https://www.culturanorte.gov.pt/patrimonio/santuario-de-panoias/

que estava confinado, realçando e comprovando o quão aprazível seria o ambiente que aqui se criou e desenvolveu.

Com ocupação sucessiva, cujo registo arqueológico remete para a Idade do Ferro, presença romana, e medieval, a cidade terá aumentado e desenvolveu-se extramuros, na Idade Média. A verdade é que a localização geográfica fomentou o desenvolvimento comercial, funcionando como ponto de contacto entre o litoral e o interior transmontano, funcionando como um excelente nó de comunicação e consequentemente local em constante desenvolvimento.

Neste sentido, fixam-se aqui (fora da muralha) famílias aristocráticas, destacando-se os marqueses de Vila Real que, com outras casas nobres, darão corpo à chamada *Corte de Trás – os – Montes*[34], que juntamente com a construção do Convento de S. Domingos (1424) irão realçar a transferência da vida económica e social para os terrenos a Norte, intensificando, assim, o poder público desta área.

Assim, o espaço atualmente designado por Avenida Carvalho Araújo, ter-se-á formado à medida que os habitantes se foram fixando fora da antiga cerca medieval. Designado, inicialmente, de Rossio era um local onde confluíam e desenvolviam as atividades económicas e toda a vivência das gentes daquela altura, tendo evoluído (e crescido no sentido Norte, para o Campo do Tabulado (terreiro delimitado por tapumes, onde se faziam touradas, cavalhadas).

Foram várias as transformações operadas neste espaço, porque as necessidades higiénicas e de salubridade pública assim o exigiam, como aconteceu no século XIX, ou como atualmente se apela, à necessidade de valorização patrimonial do es-

[34] A expressão "Corte de Trás-os-Montes" deve ser entendida não apenas em função da concentração da nobreza com os seus solares, na sua maioria ligada por vínculos de diversas naturezas à família dos Marqueses, mas também em função da influência da Casa dos Marqueses, que era, depois da Casa Real, a mais importante de Portugal e, segundo o Prof. Doutor Luiz de Mello Vaz de São Payo, a única que dispunha, à semelhança dos Duques de Bragança, da sua própria Casa, a Casa dos Marqueses de Vila Real, com capelão, fidalgos e oficiais.

paço, recorrendo a alterações urbanísticas para que todos possam usufruir e contemplar parte da memória, parte da história, através da valorização do património edificado.

Contudo, a cidade cresceu e evoluiu e importa não esquecer outros testemunhos da história que fazem da cidade realmente uma cidade autêntica. REAL de graça e de aspeto…como o palácio de Mateus, ou a Torre de Quintela, ou até mesmo a conhecida a Central Hidroelétrica do Biel[35] ou Real pelos ilustres que "criou".

Certamente não há uma implicação direta nos destinos que muitas personalidades seguiram, mas a verdade é que foram muitas as individualidades conhecidas que tiveram uma ligação forte a esta terra. Destacam-se nomes como: Pedro de Castro (3.º Conde de Monsanto, vedor da Fazenda e Fidalgo do Conselho de D. João III (c. 1460-1529)), Pedro de Meneses, (1.º Conde de Vila Real, 2.º Conde de Viana do Alentejo, Governador de Ceuta, militar e nobre português (c. 1370-1437)), José Augusto Alves Roçadas (oficial do Exército Português (1865-1926)), José Botelho de Carvalho Araújo (oficial da Marinha Portuguesa e deputado à Assembleia Constituinte da República (1881-1918)), Diogo Cão, Karl Emil Biel, entre muitos outros de menor visibilidade, mas grandes nas áreas de atuação e trabalho desenvolvido.

1.3.2. Aprendizagens Essenciais. História do 3.º Ciclo do Ensino Básico

Ao longo dos anos, foram várias as alterações realizadas no ensino em Portugal, nomeadamente nas questões relacionadas com as competências que devem ser desenvolvidas na disciplina de História.

Resultado das sucessivas modificações registadas na sociedade contemporânea, principalmente nas duas últimas décadas, houve a necessidade de repensar a es-

[35] A Central do Biel foi uma das primeiras centrais hidroelétricas em território nacional. Constitui um marco histórico importante para a compreensão da história da eletricidade em Portugal. Atualmente encontra-se em processo de reabilitação e requalificação, com o objetivo de musealizar o espaço.

cola e todas as tarefas a ela referentes, visando a igualdade na aquisição de conhecimentos indispensável à educação e formação de indivíduos e cidadãos, competentes e críticos[36]. Neste sentido, a escola não tem um papel meramente direcionado para acumular saber, mas essencialmente, transmitir e possibilitar, com recurso a várias estratégias, que o aluno seja capaz de o construir e utilizar, dotando, para isso, os docentes de formação e conhecimentos que lhes permitam acompanhar e direcionar todo o processo educativo, e no que concerne à disciplina de história, no que respeita à construção do conhecimento histórico.

No que concerne ao currículo da disciplina de História, existem vários documentos legais e orientadores, que determinam uma série de competências que devem ser desenvolvidas na disciplina, durante o processo de ensino e de aprendizagem, nomeadamente as *aprendizagens essenciais*, considerado um documento de referência curricular, que compreende um conjunto de orientações curriculares que determinam os conhecimentos, conteúdos e conceitos que se consideram essenciais a adquirir, neste caso específico, no 3.º Ciclo do Ensino Básico.

Neste sentido, são privilegiadas as referências à necessidade de levar, para a sala de aula e de aproximar o aluno das metodologias específicas do saber histórico e dos instrumentos de trabalho do historiador, onde se apela à "seleção e uso de estratégias e recursos multifacetados*",* que compreende, entre outros recursos, a documentação material, exposições, iconografia, visitas de estudo, etc., sendo que "na abordagem dos conteúdos definidos nas metas curriculares de História, os professores devem, igualmente, dar relevância à abordagem regional e/ou local aquando do tratamento do processo histórico" [37].

Pretende-se que os alunos fiquem dotados para apreender e desenvolver as capacidades transversais a desenvolver ao longo do 3.º Ciclo do Ensino Básico.

---

[36] Lei de Bases do Sistema Educativo, 1986, Capítulo I, art.º 1, alíneas 2, p. 1; Capítulo II, art.º 7). Disponível em: https://dre.pt/application/file/a/222361

[37] Documento de apoio às metas curriculares de História (3.º Ciclo do Ensino Básico), Ministério da Educação e Ciência, p.3. Disponível em: https://www.dge.mec.pt/sites/default/files/ficheiros/doc_de_apoio_mc_de_historia_final.pdf

Segundo o que se encontra explanado nas *Aprendizagens Essenciais*, as bases para uma formação sólida devem contemplar uma consciência histórica e uma posição critica e participativa na sociedade, estando assim orientadas para o desenvolvimento de determinadas competências, revestem um carácter transversal, sendo, neste sentido, integradas no *Perfil dos Alunos à saída da Escolaridade Obrigatória*, tido como um "documento de referência para a organização de todo o sistema educativo, contribuindo para a convergência e a articulação das decisões inerentes às várias dimensões do desenvolvimento curricular".[38]

Assim, a disciplina de História, no 3.º Ciclo, é considerada uma disciplina abrangente que permite a identificação não só dos conhecimentos, mas também das capacidades e atitudes. Embora tida como uma disciplina autónoma, no que concerne ao ciclo de estudos, pretende possibilitar uma consciência de realidades espácio-temporais, de âmbito local, nacional e mundial.

Desta forma e atendendo ao explanado nas *Aprendizagens Essenciais* da disciplina de História do 7. º e 8.º anos:

> "Pretende-se que o aluno adquira uma consciência histórica que lhe permita assumir uma posição crítica e participativa na sociedade, reconhecendo a utilidade da História para compreender de forma integrada o mundo em que vive e para a construção da sua identidade individual e coletiva. A História, através da análise fundamentada e crítica de exemplos do passado, é uma disciplina fundamental para promover a cultura de autonomia e responsabilidade."[39]

Atendendo ao conjunto de competências específicas da disciplina de História presentes no documento *Aprendizagens Essenciais/ Articulação com o Perfil do*

[38] G. Martins (coord.), Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória, Lisboa, Editorial do Ministério da Educação e Ciência, 2017, p.8.

[39] Direção Geral da Educação, Aprendizagens Essenciais de História 7. º e 8.º Ano, Lisboa, Editorial do Ministério da Educação e Ciência, 2018, p.2.

Aluno, tendo em conta o objeto de estudo aqui presente, refira-se a pertinência e enquadramento do mesmo nos seguintes pontos, não descorando, obviamente, a importância de todos os itens para a formação completa do aluno:

- *Utilizar adequadamente fontes históricas de tipologia diversa, recolhendo e tratando a informação para a abordagem da realidade social numa perspetiva crítica*
- *Relacionar formas de organização do espaço com os elementos naturais e humanos aí existentes em diferentes épocas históricas, ressaltando aspetos diferentes e aspetos que permanecem;*
- *Reforçar a utilização de conceitos operatórios e metodológicos da disciplina de História;*
- *Compreender a existência de continuidades e de ruturas no processo histórico, estabelecendo relações de causalidade e de consequência;*
- *Reconhecer a importância dos valores de cidadania para a formação de uma consciência cívica e de uma intervenção responsável na sociedade democrática;*
- *Relacionar, sempre que possível, as aprendizagens com a História regional e local, valorizando o património histórico e cultural existente na região/local onde habita/estuda.* (Aprendizagens Essenciais, 2008, pp. 2-3)

A utilização de objetos, em sala de aula ou com a colaboração de museus, e uma abordagem à história local, dentro dos conteúdos da disciplina de história contribui para que o aluno adquira competências e conhecimento essencial, indispensável como se pretende que seja o *perfil do aluno à saída do ensino obrigatório*, reunindo, desta forma, uma série de competências e capacidades que servirão de alicerces para a construção do seu perfil como cidadão.

2. Contexto de intervenção

2.1. Camilo Castelo Branco. De Liceu a Escola

O estágio realizou-se na escola mais carismática da cidade de Vila Real, uma instituição cheia de História e Estórias, pois é referência no ensino da cidade e do país e por onde passaram figuras ilustres da história da cidade e com reconhecimento nacional.

A 17 de novembro de 1836, por decreto régio, foi publicada a Reforma de Passos Manuel[40], que instituía a criação de um liceu, denominado Liceu Nacional, em cada capital de distrito, dado o desinteresse por parte do Ministério do Reino até então.

Figura 1- Antigo edifício do Liceu, 1901. Praça Velha, atual Praça Camilo Castelo Branco. Vila Real.

Fonte:http://www.educ.fc.ul.pt/docentes/opombo/hfe/lugares/osantigosliceu/ borders/p773.JPG

Mais tarde, Costa Cabral (decreto de 20 de setembro) procedeu à reorganização do Ensino Secundário. E foi em 1848 que o Liceu de Vila Real inaugurou a sua atividade. De início, tinha apenas dois professores, número que terá au

mentado em 1851, com a nomeação de mais três professores conforme o estipulado no Decreto cabralista de 1844.

Considerado, na sua categoria, um liceu de "segunda", dependia da circunscrição do Porto para prestação de exames. Em 1879, através de um decreto, Vila Real

[40] Manuel da Silva Passos, foi Ministro do Reino no 6.º e 7.º governo constitucional (de 10 de setembro de 1836 e 1 de junho de 1837), pasta que acumulou com a da Fazenda no segundo destes governos (de 6 de novembro de 1836 a 10 de maio de 1837, data em que pediu a demissão), e foi ainda Ministro dos Negócios Eclesiásticos e da Justiça sendo rainha D. Maria II.

passou a ser local de exame, o que fez com que também os alunos de Bragança se deslocassem a esta cidade para o efeito.

Vila Real reclamava um Liceu Central. Com a criação do Liceu de Chaves, em 1903, Vila Real perdeu alunos e outras áreas como o Minho (Braga), o Douro Litoral (Porto), as Beiras (Viseu e Coimbra) e o Alentejo (Évora) já tinham um liceu com categoria de Liceu Central.

Em 1910, Faro, Castelo Branco e Bragança assistiram à elevação a central dos seus liceus. Aproveitando a oportunidade, o liceu de Vila Real mobilizou todos os esforços para que este se tornasse "central". No entanto, o Estado impôs uma condição a criação de um internato liceal fiscalizado pelo próprio Estado.

Figura 2- Antigo edifício do Liceu, 1906. Vila Real. Fotógrafo: António Augusto Alves Teixeira (1877-1918).

Fonte: https://www.facebook.com/museudosomedaimagem

Em 1911, constituiu-se uma comissão incumbida de estudar a sua organização e melhoramento. Comissão composta por membros do Governo Civil, da Comissão Municipal, professores e alunos.

Para responder às exigências, este internato foi arrendado ao Colégio de Nossa Senhora do Rosário por Monsenhor Jerónimo de Amaral. Assim, a 17 de junho de 1911, por decreto do Ministério do Interior, o liceu de Vila Real foi elevado a "central" e, em 1914, recebeu o nome de Liceu Central de Camilo Castelo Branco, em homenagem ao escritor.

Apesar de todos os esforços realizados por manter o estatuto de Liceu Central, devido às reformas do Estado Novo, regressou ao seu estatuto anterior, de Liceu Nacional.

Após o 25 de abril, citando Joaquim Ribeiro Aires, "[…] rompia-se assim com o passado, defendendo-se outros valores, em função da sociedade que agora emergia com características bem diferenciadas da anterior"[41].

Em 1978 foi designada Escola Secundária de Camilo Castelo Branco**,** "tendo em consideração o alto valor intelectual e educativo do grande escritor" (in Diário do Governo, n.º 102, 2.ª série).

No que concerne às instalações onde funcionou o liceu, as informações são escassas e contraditórias. Sabe-se, contudo, que terá funcionado em vários locais, que foram variando em função do aumento de alunos ou devido às exigências para o seu funcionamento (ginásio, refeitório).

Foi transferido para o Rossio, Caminho de Baixo, onde foi erguido o novo edifício, iniciado em 1932, apontando a sua conclusão para 1943, segundo consta na placa afixada na fachada, da autoria do arquiteto Júlio José de Brito.

Uma instituição cheia de história e repleta de tradições, por onde passaram grandes personalidades e que, na década de 1990, foi alvo de intervenções arqueológicas que inviabilizaram a construção do gimnodesportivo, dada a presença de vestígios de ocupação de época medieval.

2.1.1. Caracterização do Estabelecimento de Ensino

O estágio pedagógico decorreu na Escola Secundária Camilo Castelo Branco, em pleno coração da Cidade de Vila Real, na área designada por centro Histórico, uma vez que o edifício se situa precisamente na zona de transição do local onde nasceu o núcleo medieval, (Vila Velha) para a área onde viria a desenvolver-se e afirmar-se geograficamente.

[41] Aires, Joaquim Ribeiro (1991) *"Escola Secundária de Camilo Castelo Branco – Vila Real, Subsídios para a sua história e do ensino em Trás-os-Montes."* Vila Real.

Empatia, flexibilidade, ousadia são as palavras caracterizam e promovem a motivação para a frequência nesta instituição, que para além de tradição aposta no dinamismo e proactividade de toda a comunidade escolar.

A Escola Secundária Camilo Castelo Branco (ESCCB) é uma unidade orgânica pública sob a tutela do Ministério da Educação que, como foi anteriormente referido, embora em funcionamento desde 1848, tem a sua designação atual desde 1978, no contexto das reformas de Veiga Simão e do pós-25 de Abril, tendo contrato de autonomia desde o ano letivo 2013-2014.

A oferta educativa inclui o 3.º ciclo regular e o ensino secundário, que compreende os cursos científico-humanísticos de Ciências e Tecnologias, Línguas e Humanidades e Artes Visuais e pelos cursos profissionais.

A escola tem ainda disponível o ensino recorrente, que ultimamente tem sido alvo de procura, essencialmente por parte de emigrantes, que devido à implementação do Programa Português para Todos, veem facilitada a possibilidade de aprender e/ou aperfeiçoar a língua portuguesa.

Para além da dinâmica voltada para as artes e para a música, a Escola tem um forte carácter inclusivo o que a tornou uma escola de referência para alunos invisuais ou com limitações visuais.

Figura 3 – Instalações do atual ESCCB Vila Real.

No que concerne às instalações e área física, a Escola é composta por 26 salas de aula. Possui dois auditórios tecnologicamente equipados. Dando resposta às necessidades atuais e cada vez mais direcionada para as tecnologias, possui equipamento informático, quadros interativos e projetores multimédia, bem como um vasto conjunto de equipamento e de materiais

específicos para as diferentes disciplinas, o que permite a aplicação de diferentes e adequadas metodologias no processo de ensino e de aprendizagem.

Tem disponível uma Biblioteca Escolar[42]/Centro de Recursos Educativos, intervencionada no âmbito da Rede de Bibliotecas Escolares (ano letivo de 2012/2013); uma mediateca; salas de estudo, devidamente equipadas com computadores com acesso à internet; duas salas de Diretores de Turma; gabinetes de trabalho para os Serviços de Psicologia e Orientação; os Departamentos Curriculares, o Projeto "Educação para a Saúde" e a Oferta Qualificante, sendo que o Centro de Formação da Associação de Escolas de Vila Real tem sede nesta estrutura escolar.

Dispõe ainda de áreas destinadas aos Serviços Administrativos, Bufete, Refeitório, Ginásio, bem como de espaços exteriores para a prática desportiva.

Embora a sua localização seja numa zona central de um centro urbano, o número de alunos no ensino regular é o reflexo do decréscimo de natalidade. Contudo, nos últimos anos, tem-se assistido a um ligeiro aumento do número total de alunos, sendo que se denota alguma heterogeneidade do ponto de vista socioeconómico e a maioria se encontra na idade própria para o ano escolar que frequenta.

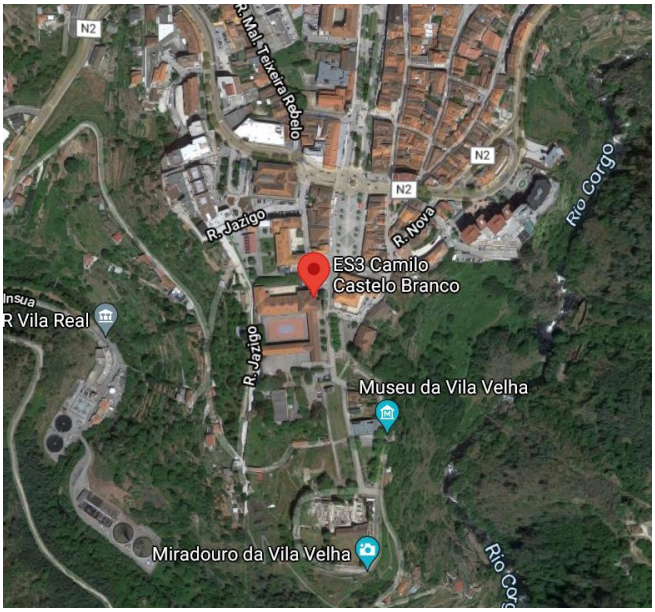


Figura 4- Localização da ESCCB

Fonte: Google Earth.

[42] A Biblioteca da ESCCBVR é depositária de uma extensa e valiosa coleção distribuída por diversos fundos (geral, local e "museológico"), de que se destacam, por exemplo, os dois volumes, em castelhano, de D. Quixote de La Mancha, de Miguel de Cervantes, datados de 1719, e algumas primeiras edições de novelas camilianas.

Por seu turno, os alunos com necessidades educativas especiais têm tido uma maior atenção no que respeita a estratégias individualizadas, com o apoio de docentes especializados e do Gabinete de Psicologia, com o objetivo de favorecer a inclusão na escola e nas turmas.

Assim, independentemente da antiguidade da instituição, a verdade é que a Escola Secundária Camilo Castelo Branco aposta no dinamismo, indo ao encontro das necessidades da comunidade, colmatando carências, apostando na diferença. "A Escola apresenta uma singularidade do currículo, providenciando as disciplinas de Latim e Grego, o Programa Português para Todos, o Curso de Artes Visuais e as modalidades de Ensino Recorrente no Ensino Secundário e de Ensino Articulado (para os alunos que frequentam o Conservatório Regional de Música de Vila Real) no Ensino Básico e Secundário"[43].

Empatia, flexibilidade, ousadia. A trilogia perfeita.

2.2. Caracterização das Turmas

No ano letivo 2020/2021, durante a prática de ensino supervisionada, foi possível lecionar em duas turmas (7.º B e 8.º B) do Ensino Básico, turmas essas da responsabilidade do professor orientador cooperante.

Deste modo, o grupo que compõe a amostra total do presente estudo, desenvolvido no decurso do estágio, é constituído por trinta e cinco alunos.

No que concerne à composição das turmas, refira-se que a turma do 7.º B é constituída por 17 alunos, sendo que prevalece o género feminino, existindo, apenas, cinco alunos do género masculino.

Relativamente à média das idades, esta fixa-se nos 13 anos. A idade mínima verificada nesta turma é de 11 anos e a idade máxima 13 anos.

---

[43] Escola Secundária Camilo Castelo Branco. Projeto Educativo 2018-2021, p. 15. Disponível http://esccbvr.pt/documentos/documentos-da-escola/

No que respeita ao nível económico, apenas dois alunos beneficiam do escalão A, tendo-lhes sido atribuídos subsídios e apoios da ASE para a frequência escolar obrigatória.[44].

Esta turma faz parte do Ensino Articulado da Música, protocolo estabelecido com o Conservatório Regional de Música de Vila Real, que se tem vindo a traduzir numa aposta gratificante na componente artística e motivacional, através de uma dinâmica favorável entre instituições, alunos e encarregados de educação.

A realidade da turma do 8.º B a realidade é um pouco diferente. A turma é composta por 17 alunos, sendo que sete são do género feminino e 10 elementos do género masculino, sendo que a média das idades, esta fixa-se nos 14 anos. A idade mínima verificada nesta turma é de 13 anos e a idade máxima 14 anos.

Fazendo uma análise geral do nível económico dos elementos constituintes da turma, apenas dois alunos, beneficiam de apoio escolar, sendo que um integra o escalão A e outro no escalão B.

Embora se trate de duas turmas diferentes, sempre demonstraram interesse nas aulas da disciplina, participando de forma ativa nas questões colocadas ou interrogando sobre elementos não tão claros ou que suscitassem a sua curiosidade. Realce-se o empenho e o interesse demonstrados pela maior parte dos alunos que se refletiu em bons resultados nos diferentes momentos de avaliação.

Em suma, verificou-se que as turmas envolvidas foram bastante participativas, pautadas pelo bom comportamento, possibilitando o cumprimento dos objetivos e a lecionação dos conteúdos, traduzindo-se, desta forma, num ambiente harmonioso dentro da sala de aula e entre todos os envolvidos no processo de ensino e de aprendizagem.

---

[44] A Ação Social Escolar (ASE) traduz-se num conjunto de medidas destinadas a garantir a igualdade de oportunidades de acesso e sucesso escolares a todos os alunos dos ensinos básico e secundário, e a promover medidas de apoio socioeducativo destinadas aos alunos de agregados familiares cuja situação económica determina a necessidade de comparticipações financeiras. *(http://dge.mec.pt/acao-social-escolar).*

3. Metodologia

Neste capítulo é feita a descrição dos procedimentos metodológicos adotados no decurso do trabalho de investigação desenvolvido.

Refira-se que os objetivos traçados inicialmente tiveram de ser adaptados e ajustados à realidade atípica vivida; contudo, as alterações operadas revelaram-se, igualmente, satisfatórias contribuindo para a compreensão e avaliação do objeto de estudo.

3.1. Metodologia de trabalho e instrumentos de recolha de dados

O trabalho desenvolvido pautou-se pela boa relação com os alunos das turmas que acompanhei, tendo adotado, resultado da experiência anterior, uma forma de docência que se caracterizou pela proximidade, que se considera ser relevante para o processo de ensino e de aprendizagem. O recurso a materiais nas aulas lecionadas facilitou a boa relação com os alunos e, consequentemente, o processo cognitivo, sendo esta forma de comunicação considerada uma mais-valia.

Este trabalho só foi possível graças à excelente relação com o professor cooperante, que sempre se relevou disponível e disposto a ajudar e a colaborar.

A paixão pela arqueologia e pelo património está intrinsecamente ligada à formação académica e experiência profissional na área da arqueologia, que envolve a prospeção do território e consequente estudo; a escavação de áreas para estudo científico; trabalhos de emergência para salvaguarda, conservação e valorização ou conservação pelo registo científico [45]; e, por último, o acompanhamento de projetos de construção, em fase de execução, de forma a preconizar as medidas previstas para a salvaguarda e proteção do património arqueológico existente no subsolo, que virá a

[45] Decreto-Lei n.º 270/99, de 15 de julho e Lei 107/01, D.R. – Série I-A, N.º 209, de 8 de setembro de 2001 (Artigo 75.º – Formas e regime de proteção – 1 – Aos bens arqueológicos será desde logo aplicável, nos termos da lei, o princípio da conservação pelo registo científico).

contribuir, após o seu estudo, para um conhecimento mais aprofundado da história local.

Todos os fatores referidos contribuíram para a melhoria do desempenho, possibilitando, desta forma a concretização, embora reformulada, das atividades pretendidas e dos objetivos propostos, e a satisfação e recompensa pelo afeto recebido, sinónimo de reconhecimento enquanto docente e enquanto pessoa.

Foi possível testemunhar a sensação fantástica da descoberta de novos dados, por parte das turmas, todo o pensamento e associações construídas aquando da informação disponibilizada, o consequente "jogo" mental e o processo de estudo inerente à mesma.

É uma sensação inexplicável, poder contribuir para a reconstituição do passado, recorrendo a materiais e contextos que nos ajudam a perceber a sua evolução, resultado de decisões, de uma mentalidade específica, de um tempo determinado.

Neste sentido, considerou-se pertinente transmitir, de certa forma, esta paixão que a arqueologia desperta nos mais novos, um misto de interesse e curiosidade, de deslumbramento, de mistério. Aliar estas emoções a conteúdos programáticos poderia facilitar o processo de ensino e de aprendizagem e estimular a cognição histórica.

Tentou-se, através do recurso a materiais arqueológicos (verdadeiros e/ou réplicas), compreender se há motivação e facilidade na compreensão dos conteúdos programáticos, permitindo, desta forma, não só a compreensão, mas também a consolidação de conhecimentos e a possibilidade de facultar o contacto visual e físico com elementos que despertam curiosidade e fascínio, quer pelo seu simbolismo e importância, enquanto elementos integrantes de um tempo e espaço, quer pela sua antiguidade.

Neste sentido, levar artefactos para a sala de aula revestiu as aulas de um carácter mais prático e dinâmico, possibilitando aos alunos que eles próprios criassem um conhecimento com base nas evidências fornecidas pela arqueologia.

Contudo, e atendendo a todas as alterações provocadas pela COVID-19, nomeadamente a alteração do ensino presencial para o ensino à distância, a estratégia inicialmente delineada para a lecionação das aulas teve de ser reestruturada, repensada, até porque os materiais mais interessantes – época romana – ainda não haviam sido mostrados.

A colaboração com museus e exposições também foi uma das formas pensadas de abordar os vestígios e achados arqueológicos e ao mesmo tempo proporcionar, aos alunos uma proximidade a espaços de cultura, de educação e formação. Embora o acervo artefactual pessoal abarque várias épocas e um número considerável de objetos, a verdade é que para complementar o estudo e o conhecimento que se pretendia produzir, considerou-se que os museus locais seriam um bom complemento.

No entanto, nem objetos, nem museus puderam ser observados de perto, na sua totalidade (devido ao ensino@distancia). Assim, com recurso à tecnologia disponível, através de apresentações e de vídeo em direto, tentou-se colmatar a grande barreira: a distância.

3.2. Objetos/artefactos/réplicas…materialidades

Como já foi referido e enfatizando os contributos de Joan Santacana Mestre, (Santacana Mestre, 2018) relativamente à importância atribuída à arqueologia no processo de ensino e de aprendizagem, (considerando que educação histórica é facilitada recorrendo à arqueologia como algo que motiva os alunos, recorrendo aos kits didáticos, de forma a criar empatia e curiosidade na aula), pretendeu-se, durante o estágio e com o recurso a objetos, educar o pensamento dos alunos, permitir que eles fossem os agentes principais na ação.

Assim, tal como Joan Santacana Mestre e Nayara Llonch Molina, que abordam a importância do objeto no processo de ensino e de aprendizagem, também as aulas

lecionadas visaram perceber em que sentido a Didática do Objeto, realçando-se o recurso a artefactos arqueológicos originais ou réplicas, realmente contribui para a compreensão do passado pelos alunos, a evolução do ser humano e da sua relação com o meio. Assim, seguindo as ideias de Joan Santacana Y Mestre e Nayra Llonch Molina (2012, pp. 27, 28, 29), entende-se que:

- Os objetos fixam a imagem do conceito – pois são elementos passíveis de ser observados de todos os ângulos podendo, no processo de ensino e de aprendizagem, relacionar a própria imagem e forma ao conceito que se pretende abordar e trabalhar.

- Para o aluno, o contacto com objetos de referência facilita a compreensão do passado e a apropriação de conhecimento e ao mesmo tempo capta a sua atenção, "ya que la existencia de un soporte material actúa como un pequeño imán." (Santacana M. & Llonch M., 2012, p. 27)

- Funciona como um instrumento facilitador no processo de ensino. Tratando-se de artefactos desconhecidos para a maioria da turma despertam a curiosidade e o questionamento quanto à sua utilidade/ funcionalidade ou poderão ser a chave de verdadeiros mistérios, o que pressupõe atração e interesse sobre o tema.

- Os materiais (objetos utilitários, adorno, carvão, minerais, elementos pétreos, etc.) permitem uma abordagem com recurso ao método hipotético-dedutivo. Partindo de uma visão geral para uma análise particular.

- Por outro lado, temos uma leitura com base no método indutivo – de uma visão particular, para uma visão geral. Com o recurso à imaginação, poder-se-á indagar a importância de um determinado objeto na comunidade e época correspondentes.

- O objeto poderá funcionar como suporte da memória, permitindo que se associe, mentalmente, o conceito à imagem do objeto visualizado – memória visual – "*ativacón mental, al modo de un juego de dominó, permite reconstruir la secuencia que va del objeto material al sistema conceptual"* (Santacana M. & Llonch M., 2012, p. 29).

- A veracidade dos objetos, a possibilidade de ver elementos reais ou tocar em réplicas de objetos do passado que fizeram parte e/ou marcaram o destino de uma sociedade, numa época em que as imagens e reconstituições virtuais ocupam cada vez

mais o imaginário de um determinado passado (a possibilidade de tocar em moedas e avaliar o seu peso e a gravação; sentir a textura de um machado de pedra polida (anfibolito) e admirar a minucia e eficácia do polimento com recurso a outros materiais primários; poder e precisão de corte de um pequeno elemento de sílex – lasca).

Procurou-se, sempre que possível, promover o contacto visual e físico com objetos, de diferentes épocas, o que despertou curiosidade, entusiasmo e motivação nos alunos. Para que tal fosse alcançado, a preparação das aulas foi feita de forma rigorosa e metódica, o que contemplava gerir a melhor altura para promover o contacto, de modo a que os conteúdos teóricos da disciplina não ficassem comprometidos da devida atenção.

A apresentação de objetos nas aulas do 7.º ano iniciou-se no âmbito do tema: *Das Sociedades Recolectoras às Primeiras Civilizações* e do subtema: *Das sociedades recolectoras às primeiras sociedades produtoras.* Os materiais apresentados nesta aula serviram para demonstrar e explicar a forma como muitos instrumentos eram produzidos e utilizados pelos primeiros hominídeos com vista satisfazer as suas necessidades.

Esta aula revelou-se profícua dado que possibilitou o contacto direto com materiais desconhecidos dos alunos, nomeadamente o sílex, material inexistente e/ou raro no norte do país.

Os elementos que se conhecem desse material na região foram encontrados em contexto arqueológico, cujos trabalhos seguiram uma metodologia científica ou são resultado de trabalhos amadores ou até atos de vandalismo, de que muitos sítios arqueológicos foram alvo ao longo dos tempos. O facto de se encontrarem no interior norte do país revelam a comunicação e relações existentes com outras áreas, nomeadamente com o centro e sul (dado que se trata de uma rocha sedimentar de origem calcária) de onde se pensa ser a sua proveniência.

Achou-se pertinente manusear vários fragmentos de sílex e permitir que os alunos conhecessem este material tão utilizado na Pré-História, tendo, inclusive,

mostrado a rigidez e a capacidade de corte que o mesmo possui (demonstração do corte em diferentes superfícies: folha de papel e num saco de plástico).

Com esta demonstração, alvo da atenção da turma, pretendia-se que compreendessem as características deste material tão nobre e cobiçado, que era utilizado pelos nossos antepassados, quer na produção do fogo, quer na obtenção e no corte de alimentos e que favorecia a comunicação entre comunidades.

Da mesma forma que lhes foi demonstrado, através da exemplificação, e recorrendo a materiais primários, como madeira e elementos vegetais secos, como era utilizado um machado de pedra polida, a sua utilidade e simbologia para as comunidades pré-históricas (como um elemento votivo, conferindo-lhe uma importância superior à que geralmente é atribuída a um simples utensílio).

Figura 5- – Materiais em sílex

Figura 6 – Machado de pedra polida (anfibolito).

Foram igualmente apresentados outros materiais, que os alunos puderam observar e, mais importante, **tocar**. Alguns deles bastante familiares, dada a composição geológica desta área geográfica (nomeadamente quartzo), o que permitiu que os alunos pudessem conjeturar sobre a disponibilidade de recursos, a respetiva transformação e utilização pelas comunidades recoletoras.

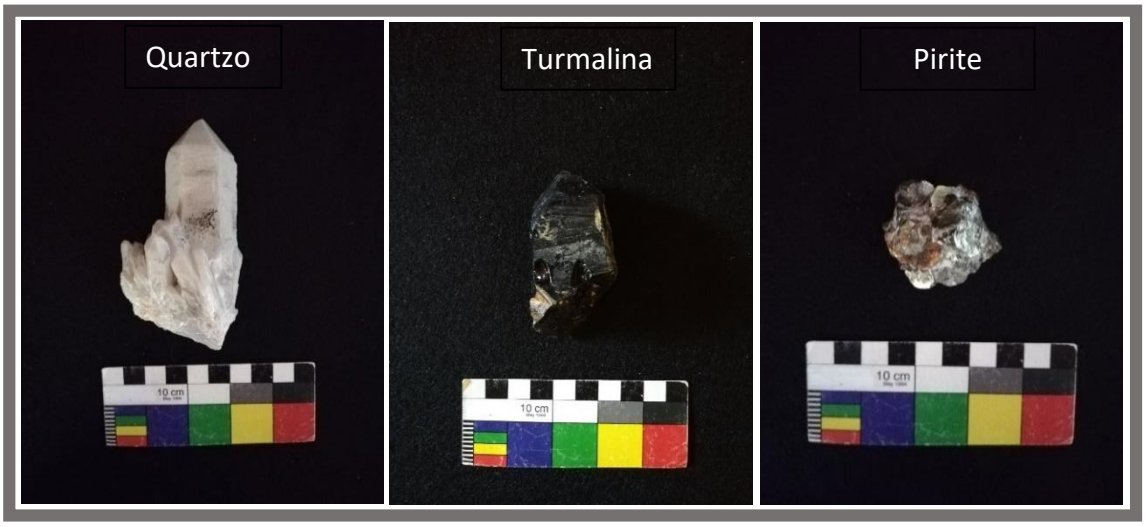


Figura 7–Exemplo de materiais (minerais e sulfeto) em bruto que seriam utilizados, depois de trabalhados, pelo Homem.

Ainda no decurso do subtema: *Das sociedades recolectoras às primeiras sociedades produtoras*, onde o Megalitismo é um dos conteúdos programáticos contemplados, recriou-se, a uma escala reduzida, um monumento funerário, para que os alunos, para além das fotografias apresentadas durante a aula, pudessem mais facilmente perceber como realmente era concebida esta estrutura.

Figura 8– Maquete representativa da estrutura interna e externa de um monumento funerário. Tipologia e aparelho construtivo de uma Anta e a exposição e alinhamento de um cromeleque.

De uma forma descontraída, os alunos observaram com atenção cada detalhe, colocando questões quanto à composição, orientação, disposição dos esteios, utilidade e quanto à apresentação visual, dando notas e trocando entre eles informações sobre a sua experiência pessoal e conhecimento sobre monumentos megalíticos por eles visitados ou conhecidos.

Demonstrar a utilidade e forma construtiva deste tipo de estrutura, recorrendo ao conhecimento e informação disponibilizada pela arqueologia, revelou ser bastante enriquecedora para a compreensão e interpretação da realidade de forma individual.

No que concerne ao tema: *A Herança do Mediterrâneo Antigo* que contempla os subtemas: *Os Gregos no século V a.C.: o caso de Atenas* e *O Mundo Romano no apogeu do Império* as tomadas de decisão relativamente aos materiais disponíveis e/ou passíveis de levar para a sala de aula tiveram de ser ponderadas e a abordagem dos conteúdos repensada. Esta parte da matéria coincidiu com o momento de alto de contágio da pandemia, o que levou a turma ao isolamento temporário e ao isolamento parcial, tendo as aulas de serem ministradas das duas formas possíveis (presencial e online, em simultâneo), o que se traduziu num novo planeamento das sessões.

O recurso a maquetes exemplificativas de monumentos que marcaram e ficaram na história das duas grandes civilizações (grega e romana), que ditaram as bases da civilização ocidental, enraizadas na nossa cultura, também foi um dos recursos utilizados, possibilitando, mais do que a habitual projeção de imagens, que os alunos investigassem e eles próprios

Figura 9– Maquete do Pártenon- Atenas – Grécia. Construção em madeira. Dimensões: aprox. 28 x 21 x 10 cm.

deslindassem as técnicas, as formas, as características e as influências, quer da sua conceção, quer da sua construção.

Figura 10– Maquete do Coliseu- Roma- Itália. Construção em cartão. Dimensões: aprox. 34,3x25,7x9 cm.

Ainda relativamente à civilização grega, no que concerne à abordagem feita às questões políticas, económicas e sociais das cidades-estado, nomeadamente a superioridade intelectual de Atenas e a força militar de Esparta, embora com dimensões mais reduzidas, os alunos puderam construir mentalmente a forma e utilidade do escudo e espada que utilizavam nas batalhas ou da tábua de cera utilizada na instrução dos mais novos.

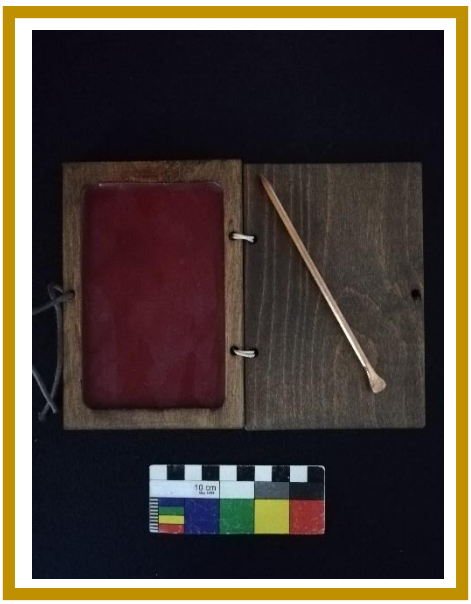


Figura 11– Réplica de Tábua de Cera para escrita.

Figura 12–Réplica do escudo do exército espartano.

Como já foi referido, parte dos compromissos elencados no plano apresentado, para o primeiro período, sofreram alterações devido ao surto de contágios pelo COVID-19, comprometendo, em parte, a aula que havia sido programada no âmbito do tema: *Os Contributos da Civilização Romana para o Mundo Contemporâneo; o processo de Romanização da Península Ibérica.*

Assim, a aula inicialmente planificada seria uma aula prática (Anexo 1), embora adaptada às circunstâncias. Contudo, dado que foi lecionada numa altura em que o ensino era à distância teve de sofrer readaptações.

A aula contemplava três momentos distintos, sendo que o primeiro seria um enquadramento teórico dos conteúdos, para que os alunos situassem no tempo e no espaço o processo de romanização do território peninsular e, em especial, do território português, assim como os principais agentes e veículos de romanização. No segundo momento, pensou-se numa visita de estudo virtual a Conímbriga e ao Museu Monográfico de Conímbriga, assim como ao moderníssimo e atrativo Museu POROS.

Para que a visita fosse atrativa e os diferentes espaços percetíveis, realizou-se um pequeno desdobrável informativo (figura 13) da viagem aos vestígios do passado, mais precisamente às ruínas de Conímbriga.

Figura 13– capa e contracapa do desdobrável com informações sobre o local a visitar- Conímbriga.

Considera-se importante esta abordagem, no que concerne à visita aos locais arqueológicos e/ou históricos, no âmbito dos conteúdos da disciplina, como forma de possibilitar que os alunos vivam os espaços do passado no presente, e que recorrendo à imaginação e aos conhecimentos adquiridos se sintam, eles próprios,

habitantes daqueles espaços e consigam reconstituir como foi a vida das comunidades que ali viveram.

Na impossibilidade de deslocação, os museus e espaços museológicos trabalharam no sentido de manterem a proximidade com o público e poderem contribuir para o trabalho das escolas. Louvor seja dado aos técnicos de museologia auxiliados por todas as áreas competentes que se adaptaram e criaram ambientes dignos de visita coletiva ou individualizada, onde as tecnologias muitas vezes superaram qualquer expectativa.

Por fim, o terceiro e último momento seria direcionado para o contacto e manuseamento de artefactos arqueológicos (réplicas), mas dadas as circunstâncias descritas, o decurso previsto das aulas foi alterado (o contacto físico com os materiais foi possível aquando da retoma das aulas presenciais, dado o interesse dos alunos para que se procedesse dessa forma, atendendo, evidentemente, às questões de higiene previstas dentro da sala de aula).

Assim, a imagem teve um papel preponderante, pois para além dos materiais serem igualmente exibidos, foram tiradas fotografias dos mesmos, tentando obter o maior nível de qualidade e precisão e colocadas na apresentação preparada para a aula (Figuras 14-19).

Figura 14–Conjunto de Lucernas Romanas- Réplicas.

Figura 15– Réplica de vaso de Terra Sigillata Hispânica (copo Minerva).

Figura 16–Réplica de relevo romano.

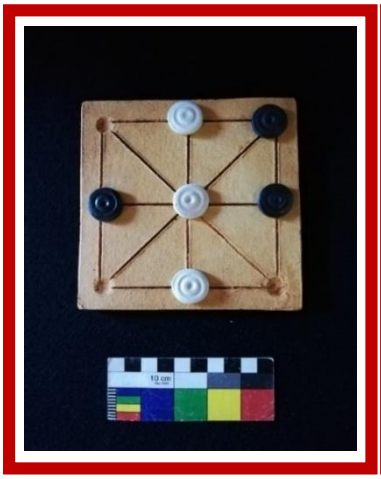


Figura 17–Réplica de um jogo romano.

Figura 18–Réplica de mosaicos e respetivas tesselas.

Figura 19–Conjunto de duas moedas com a representação da cara (busto do Imperador) e coroa.

3.2.1. Aulas-oficina

Porque as aulas não têm de ser sempre vividas da mesma forma (e a realidade assim o exigiu), houve a necessidade de adaptação e cuidado redobrados, no que concerne ao esforço de cativar os alunos, não os deixando desmotivar, devido ao turbilhão de emoções que estavam a passar, que lhes causava um certo receio e afastamento.

Desta forma, decidiu-se criar uma viagem ao passado, tendo como foco o centro histórico de Vila Real: a Avenida Carvalho Araújo.

Durante o período que decorreu o estágio, a avenida central da cidade encontrava-se em obras de reabilitação. Importa referir que as intervenções em centros históricos são sempre alvo de polémica, uma vez que são áreas muito sensíveis e que requerem cuidado no que à conservação dos elementos patrimoniais diz respeito.

As atuais gerações apontam a intervenção como uma forma de desvirtualização e descaracterização do espaço público; contudo, não sendo descabida essa visão, outros defendem que a cidade tem de ser vista e adaptada mediante as necessidades de uma época, tentando manter os elementos e marcos históricos que realmente identificam o espaço.

Independentemente da controvérsia, não se deve descurar a educação dos mais novos, para que possam compreender estas abordagens, para que tenham uma visão da evolução ao longo dos tempos, e incutir um espírito crítico, de opinião, com base no conhecimento que foram adquirindo.

Mas a avenida foi sempre assim? Porque mudou? Porque se muda? O que desapareceu? O que ainda se mantém? E que significado tem o que ainda está diante dos nossos olhos? São estas as perguntas que todos os cidadãos deverão ser capazes de responder.

Foi para dar resposta a estas questões, e outras que eventualmente poderiam surgir, que se pensou em dinamizar uma aula que satisfazesse várias vertentes, nomeadamente inserir o tema nos conteúdos programáticos da disciplina de História, dar a conhecer a existência e a comemoração de um dia dedicado aos monumentos e sítios[46] (figura 20), promover o conhecimento sobre a história local e criar uma ferramenta de trabalho que pudesse ser utilizada por outros professores em outros anos e, eventualmente, em outras escolas.

Figura 20– Título e capa da apresentação.

Tendo como referência o artigo publicado por Isabel Barca (2004) sobre a *Aula-Oficina,* pretendeu-se que o aluno fosse o "agente de sua formação com ideias prévias e experiências diversas" onde o professor seria o "investigador social e organizador de atividades e ideias problematizadoras" (Barca, 2004, p. 133).

Figura 21– Situação –Problema- frase. Recurso a uma frase de Isabel Barca e uma fotografia antiga da Avenida Carvalho Araújo.

Com este modelo de aula, pretende-se que o aluno construa o seu conhecimento a partir do senso comum, da ciência e da epistemologia, não só como forma de produzir conhecimento histórico, mas também para a sua construção enquanto agentes sociais.

[46] A 18 de abril comemora-se o Dia Internacional de Monumentos e Sítios. Este dia foi instituído em 18 de abril de 1982 pelo ICOMOS e viria a ser aprovado no ano seguinte pela UNESCO. A partir de então, esta data comemorativa tem vindo a oferecer a oportunidade de aumentar a consciência pública relativamente à diversidade do património e aos esforços necessários para o proteger e conservar, permitindo, ainda, chamar a atenção para a sua vulnerabilidade.
Disponível em: https://www.icomos.pt/index.php/a-nossa-accao/dia-internacional-dos-monumentos-e-sitios

Como refere Isabel Barca, "ser instrumentalizado em História passa por uma compreensão contextualizada do passado, com base na evidência disponível, e pelo desenvolvimento de uma orientação temporal que se traduza na interiorização de relações entre o passado compreendido, o presente problematizado e o futuro perspetivado" (Barca, 2004, p. 133).

Para que os objetivos fossem atingidos, esta aula foi pensada para ser lecionada no centro da Avenida, junto à estátua do Comandante Carvalho Araújo, como se do anfitrião e guia se tratasse, nesta viagem onde se apela aos sentidos, em que se pretende que cada aluno interiorize cada elemento, cada pormenor, que só a própria vista alcança.

Figura 22 – Pormenor de uma planta, do espaço atualmente designado de Avenida Carvalho Araújo, de 1897.

Na impossibilidade de deslocação e saída da escola, e porque os trabalhos arqueológicos em curso não garantiam segurança, achou-se por bem realizar a viagem na sala de aula, onde as fotografias antigas, disponíveis no Museu do Som e da Imagem, serviram como esteios para a apropriação e reconstrução da memória histórica e social.

Para que os alunos compreendessem a história da avenida, atualmente conhecida como Avenida Carvalho Araújo, importava que antes conhecessem, ou relembrassem, a história da criação da cidade.

Começou-se por apresentar à turma uma litografia, datada de aproximadamente 1860 (figura 23): uma representação da cidade com a referência a elementos arquitetónicos determinantes para a compreensão da malha urbana.

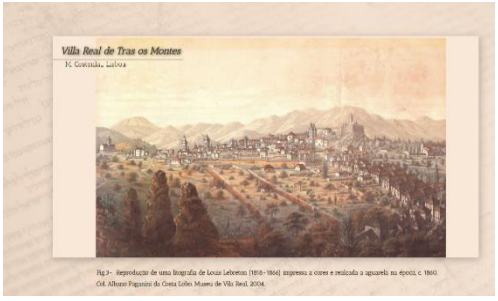


Figura 23 – Litografia de Louis Lebreton (1818-1866) *intitulada Villa Real de Tras os Montes – c. 1860.*

Posteriormente, inquirindo os presentes sobre o que sabiam acerca das origens da cidade, procedeu-se à contextualização, no tempo e no espaço, da área geográfica, considerando-se que só assim perceberiam como teria sido a evolução do antigo núcleo medieval (figura 24).

Figura 24 – Localização e evolução da disposição do espaço e equipamentos.

Graças a intervenções arqueológicas realizadas no local, foi possível conhecer um pouco mais acerca da organização do espaço, cujo material (figura 25) e o resultado dos levantamentos topográficos e gráficos das estruturas se encontram expostos no Museu de Arqueologia da Vila Velha, aí localizado.

Figura 25 – Vários níveis e épocas de ocupação do espaço, atestado pela recolha de materiais durante as escavações arqueológicas.

Na impossibilidade de visitar o museu, levou-se para a aula material cerâmico proveniente de um povoado fortificado da Idade do Ferro (figura 26) e algumas miniaturas do barro preto de Bisalhães (figura 27), classificado pela UNESCO, como Património Cultural Imaterial, desde 2016.

Figura 26– Fragmento cerâmico Idade do Ferro.

Figura 27 – Exemplares do Barro preto de Bisalhães.

Pretendia-se que os alunos, para além de poderem reter informação imediata sobre o objeto, compreendessem a importância do mesmo, da sua salvaguarda e proteção enquanto elemento da identidade local e do património cultural da região.

O Barro Preto de Bisalhães é particular por todo o processo de confeção e cozedura, que o torna único, mas revela parte da vida das gentes que o utilizavam, estando intrinsecamente ligado à prática agrícola (utensílios para transporte ou utilização e conservação de líquidos – água, vinho, confeção de alimentos geralmente em fornos de lenha), quando o acesso a materiais mais nobres era restrito e pertença dos mais abastados.

O recurso à iconografia existente também foi uma forma utilizada para explicar como os autores, ou simples artistas, sem acesso a muita informação, representavam, através do desenho a forma de estruturas preservadas na memória e que passaram ao longo dos tempos (figura 28).

Figura 28 – Representação das *Portas da Vila.*

A referência às portas da cidade, à existência de uma imagem de uma Santa, Nossa Senhora do Desterro (figura 29), que encimava a entrada principal resultou num desenho que foi tido, durante muitos anos, como a única representação existente das portas da cidade medieval, uma tradição oral representada através de uma recriação e que viria a ser confirmada pela arqueologia, resultando numa mescla de ilusão e realidade.

Figura 29 – Imagem de Nossa Senhora do desterro. Atualmente exposta no Museu da Vila Velha.

A visita ao local começaria na Vila Velha, com a contemplação do espaço da fundação da cidade, área envolvente (com uma paisagem natural magnífica); a visita ao Museu de Arqueologia, para deleite dos visitantes e aproximação à realidade artefactual, passando pelas estruturas existentes, (resultado de intervenção arqueológica de escavação e reconstrução de troços de muralha), não esquecendo, durante este périplo, de mencionar e localizar a conhecida central hidroelétrica do Biel (figura 30), a primeira central hidroelétrica de serviço público do país (1894 – 1926).

Figura 30 – Central Hidroelétrica do Biel, espaço contíguo ao rio Corgo.

O próximo passo foi a distribuição de duas fotografias antigas da cidade (figuras 31 e 32). Duas perspetivas diferentes do espaço central da cidade (que foram fotocopiadas e protegidas com plástico).

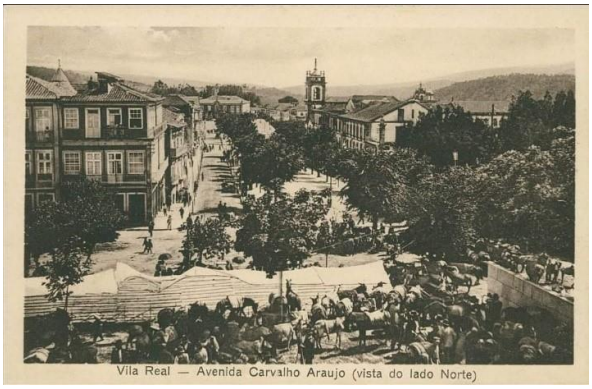


Figura 31– Espaço central de Vila Real. Vista Norte-Sul (1881).

Figura 32– Espaço central de Vila Real. Vista Sul-Norte (1881).

Antes de começar a falar do espaço e da sua evolução, pediu-se aos alunos que analisassem, de forma individual e com atenção, as fotografias e que assinalassem, nas mesmas, semelhanças e diferenças relativamente ao espaço que conhecem atualmente.

Posteriormente a esta análise individual passou-se à troca de ideias e perspetivas que cada um tinha relativamente ao exercício mental pedido. Estabeleceu-se um tempo para debate de ideias na turma.

Por último, fez-se a visita pela história do espaço que compreende atualmente a Avenida Carvalho Araújo, não esquecendo a abordagem à estátua (e toda a sua composição), do herói português que marcou a história nacional e o ideário local. Espaço que congrega memórias e vivências, que foi alterado em conformidade com as políticas vigentes, mas que conserva a práxis social onde tudo acontece, onde os eventos mais importantes decorrem, para onde as pessoas confluem para convívio e lazer.

Para além de conferir uma bagagem mais completa sobre a história local, partiu-se da premissa, que esta seria uma boa abordagem para que, dali em diante, os alunos percorressem a Avenida, mas que também a vivessem e percebessem os ritmos e necessidades de mudança, nunca esquecendo de valorizar elementos que constituem marcos históricos, materializados em testemunhos, ou permanentes nas tradições e valores locais, porque "Só se ama o que se conhece" (Araújo, 2018).

3.3. Apresentação e análise dos resultados

Após a apresentação da metodologia de trabalho e dos instrumentos de recolha dos dados, seguem-se os dados obtidos a partir dos questionários aplicados às turmas.

As questões analisadas vão no sentido de avaliar se as estratégias utilizadas foram eficazes, para assim determinar se o trabalho desenvolvido surtiu o efeito desejado e correspondeu às expectativas iniciais.

3.3.1. Questionário aplicado ao 7.º ano – Visita de estudo virtual a Conímbriga

O questionário realizado (consultar Anexo 3) aplicou-se no seguimento da aula sobre a *Romanização da Península Ibérica*.

Inicialmente, esta aula compreendia duas partes distintas: a primeira era direcionada para a exploração virtual das ruínas romanas de Conímbriga e a visita a dois museus (POROS e Museu Monográfico de Conímbriga), no sentido de facilitar a interpretação das estruturas existentes e a complexidade da sua construção e disposição espacial (esta primeira parte foi pensada, dado as circunstâncias, para ser realizada em sala de aula, recorrendo para isso às tecnologias digitais disponibilizadas para o efeito); a segunda parte contemplava o contacto direto com artefactos, réplicas de materiais encontrados no nosso território datados do período cronológico em estudo.

Dado que não foi possível a aplicação da segunda parte, como estava inicialmente pensado, os materiais foram fotografados e incluídos na apresentação, ao mesmo tempo que foram mostrados durante a aula, embora tendo o fator distância como elemento menos positivo. Posteriormente, os alunos tiveram oportunidade de estar em contacto direto com os objetos (após o término do confinamento) e assim responderem com maior consciência e conhecimento ao questionário realizado.

O intuito da aplicação do questionário, mais do que avaliar conhecimentos sobre o tema em estudo, era compreender o que é que os alunos pensavam sobre o legado romano e a sua importância para a civilização ocidental, assim como avaliar o impacto dos materiais utlizados nas estratégias de aprendizagem para a aquisição de conhecimentos.

Assim, foi estipulado um limite de tempo para todos os alunos responderem às questões formuladas, para proceder, posteriormente, à recolha e análise dos dados.

O questionário estava dividido em três secções sendo que a primeira era direcionada para avaliação de conhecimentos adquiridos sobre a matéria, a segunda para perceber o impacto que as visitas aos locais arqueológicos e museus têm nos alunos

e, por último, avaliar a importância que os objetos podem ter, inseridos e enquadrados no contexto programático.

Ao direcionar a análise para a segunda parte do questionário, ou seja, para a visita de estudo virtual, constata-se que as dezassete respostas obtidas são muito idênticas, seguindo a mesma linha de pensamento, com respostas geralmente muito curtas ou incompletas.

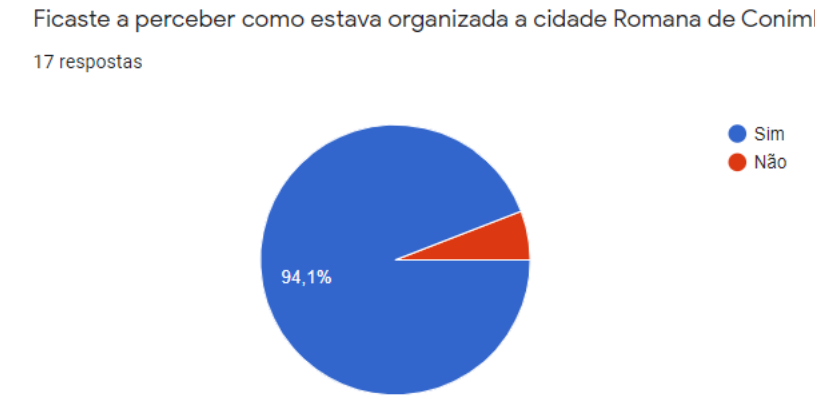
Relativamente à questão: *Que parte da visita gostaste mais?* onde se pretendia avaliar o impacto da visita e das áreas visitadas, as respostas, embora positivas, denotam algum desinteresse o que não permite uma apreciação mais consistente sobre a compreensão dos alunos sobre os diferentes setores integrantes das ruínas de Conímbriga:

Tabela 1 – Respostas dos alunos do 7.º B à questão: *Que parte da visita gostaste mais?* Secção 2

Eu gostei de todas as partes, foi bastante interessante.
Fórum.
Eu gostei de tudo, mas o que eu mais gostei, foi de conhecer mais de Conímbriga, eu já ti-
O fórum.
Foi a casa dos repuxos.
O museu e a Casa dos Repuxos.
Tudo.
Da parte em que vimos o fórum.
Não dá para perceber a maior parte das imagens…
As ruínas.
A parte que mostraram a "a joia do Mundo romano" pois realmente aquilo é muito bonito.
Termas.
Gostei quando vimos o fórum.
Casa de Cantaber, Casa da Cruz Suástica.
Toda a visita.
Arte que mostrava a Casa da Cruz Suástica.
Gostei da parte em que começamos a ver as muralhas.

No que concerne à questão de resposta fechada: *Ficaste a perceber como estava organizada a Cidade Romana de Conímbriga?* é praticamente unânime a resposta satisfatória da turma relativamente à organização do espaço que compreendia a Cidade Romana Conímbriga, sendo que 16 alunos responderam "sim".

Gráfico 1 – Resposta à questão 4 da *Visita de Estudo a Conímbriga* – secção 2.



Fonte: Google Forms

Para avaliar a importância e o interesse da Arqueologia e dos sítios arqueológicos, os espaços musealizados e o seu contributo para a construção de conhecimento histórico e patrimonial e a necessidade de uma abordagem prévia à visita para facilitar a compreensão, colocou-se a seguinte questão: *É importante uma explicação antes de fazer uma visita a um sítio arqueológico?*

Considera-se que, para os alunos construírem a sua conceção sobre o espaço a visitar, é imprescindível que seja facultada uma explicação (cronológica e espacial) sobre o local, para que possam elaborar, com as suas ideias prévias (das aulas e das vivências pessoais) um conhecimento mais estruturado e fundamentado.

É importante que estas estratégias sejam implementadas e devidamente encaixadas nos conteúdos programáticos. Para além de serem sinónimo de maior entusiasmo e interesse, complementam e acabam por esclarecer com maior eficácia algumas lacunas ou incompreensões das explicações teóricas.

Tabela 2 – Respostas dos alunos do 7.º B à questão: *É importante uma explicação antes de fazer uma visita a um sítio arqueológico?* Secção 2

Claro, porque se nós não procurarmos mais coisas sobre o sítio, nós podemos chegar ao lugar e começamos a olhar e não sabemos o que estamos a ver e às vezes são coisas bonitas e históricas para se ver.
Eu acho que é.
Sim.
Sim muito, para conseguirmos perceber um pouquinho mais sobre a visita.
Sim, porque quando formos visitar o sitio já sabemos mais ou menos o que é e a sua histó-
Sim, porque se fôssemos lá sem nenhuma explicação ver ruínas não íamos compreender nem aproveitar nada.
Sim, antes de visitarmos um lugar temos de tentar saber a sua história, como se formou, e a sua cultura.
Não se percebe a maior parte das imagens.
Sim.
Sim, para percebermos melhor o que vamos visitar
Sim.
Sim, para depois perceber melhor como estavam construídas as casas, monumentos etc....
Sim considero importante para ficarmos a perceber melhor.
Sim.
Sim.
Sim.

Embora não se possa igualar uma visita de estudo presencial a uma digital, a verdade é que esta forma de proporcionar o contacto com a realidade arqueológica e patrimonial despertou a curiosidade dos alunos que demonstraram, na questão seguinte, a vontade de conhecer, de visitar este local de extrema importância para a compreensão da romanização do nosso território.

Assim, à questão: *Ficaste curioso em visitar o local? Porquê?*, os alunos, de uma forma geral, expressaram a sua vontade em conhecer as ruínas de Conímbriga, manifestando curiosidade e vontade de viver a experiência *in loco*.

Tabela 3 – Respostas dos alunos do 7.º B à questão: *Ficaste curioso em visitar o local? Porquê?* Secção 2

Sim, porque é um local com milhares de anos.
Fiquei, pois achei muito interessante.
Sim, porque o museu é incrível e as ruínas apesar de serem ruínas já foram algo incrível e devemos aproveitar o facto de sobrarem estes vestígios , até porque continuam interessan-
Sim fiquei porque pelo que achei muito interessante e bonito.
Fiquei curiosa porque nunca tinha ido a Conímbriga.
Muito, porque gostei de saber que ali já passaram pessoas que ficaram para a história e isso fascina-me imenso!
Sim. achei muito interessante conhecer o que as pessoas viviam.
Sim, porque podemos explorar como viviam os romanos.
Não dá para perceber a maior parte das imagens...
Sim porque eu fiquei muito intrigado com a historia do local.
Sim porque fiquei a perguntar-me sobre a historia do local.
Sim, eu sabia que era um lugar histórico e antigo, e parte da nossa história está lá.
Sim! porque é muito interessante a civilização romana.
Porque e um local muito antigo.
Sim, porque nunca tinha ido lá.
Fiquei! porque se virtualmente já é divertido imaginemos presencialmente.
Sim, parece bem interessante e misterioso e também porque eu adoro saber coisas do pas-

Relativamente à secção 3 do questionário intitulado *Minimuseu*, pretendia-se que os alunos respondessem a questões direcionadas para a visualização e manuseamento de materiais na sala de aula, para avaliar o impacto da Didática do Objeto no processo de ensino-aprendizagem.

A primeira questão, de resposta fechada, pretendia avaliar se os alunos, através dos objetos mostrados, compreenderam como se desenvolveu o processo de romanização e perceber o que realmente entendem sobre o conceito (povos indígenas aculturados e romanizados, adotaram não só os usos e costumes da sociedade romana, como também adotaram matérias-primas, utensílios e técnicas tipicamente romanas.

Portanto, à pergunta: *A partir da pequena amostra de materiais conseguiste perceber a importância dos mesmos no processo de romanização?*, as 17 respostas obtidas foram positivas relativamente à importância que os objetos revelam e denotam no processo de romanização.

Seguidamente, na questão sobre a importância do contacto com materiais como forma de auxilio na compreensão da matéria: *É importante este contacto com materiais para compreenderes melhor a matéria abordada nas aulas? Porquê?*, os alunos mostraram grande satisfação no manuseamento de objetos, tendo-se assistido a uma participação mais ativa de toda a turma, questionando sobre particularidades dos mesmos, intercalando as informações adquiridas com conhecimentos e experiências pessoais.

Face a respostas como: "nós ficamos muito felizes de poder tocar e sentir esses materiais" ou "Sim, porque é uma forma mais divertida de aprender e estamos em contacto com os materiais e isso traz-nos outra visibilidade dos materiais e das suas funções", rapidamente se avalia de forma positiva o impacto que objetos têm junto dos alunos e na sua aprendizagem. Das respostas a esta pergunta percebe-se que, através dos objetos, os alunos compreendem melhor não só como a sociedade da época funcionava, os materiais utilizados e a sua funcionalidade, assim como provocam interesse, despertam a curiosidade e promovem a satisfação tornando as aulas mais dinâmicas e divertidas, traduzindo-se em bons resultados.

Tabela 4 – Respostas dos alunos do 7.º B à questão: É importante este contacto com materiais para compreenderes melhor a matéria abordada nas aulas? Porquê? Secção 3

*Sim, porque é mais fácil perceber como é que o material **funcionava**.*
*Sim, porque através do contacto ficamos a perceber melhor a sua **utilidade** e como são.*
*Sim, porque estes materiais levam nos a **compreender** um pouco mais o estilo de vida antigo dos romanos .*
*Sim até porque ficamos a **perceber melhor**.*
*Porque porque me deixa a pensar que aquele material foi de alguém a milhares de anos e isso da me **curiosidad**e para saber mais sobre o assunto.*

*Sim, porque ao ter-mos contacto podemos **perceber melhor** como seria esse material naquele tempo.*
*Sim. É necessário o contacto com estes materiais para **compreender melhor a matéria***
Às vezes sim, porque pelas imagens nem sempre entendemos os objetos nas imagens.
Não.
*Sim, porque **ajuda nos a entender** a matéria.*
*Sim, porque é uma **forma mais divertida de aprender** e estamos em contacto com os materiais e isso traz-nos **outra visibilidade dos materiais e das suas funções**.*
*É muito importante, estamos a tocar em coisas que têm uma história por trás, e nós ficamos **muito felizes de poder tocar e sentir esses materiais**.*
*Sim, para **perceber** como a civilização romana se desenrascava em certas situações.*
*Sim pois ao vermos o material é mais fácil **ver o seu formato e de que é formado**.*
*Sim , porque assim temos contacto com materiais e acho que torna a **aula mais fixe**.*
*Eu acho que é porque ficamos a **conhecer melhor** as coisas.*
*Sim, eu acho muito **importante** e não só é importante como se torna mais **divertido**.*

Por fim, para reforçar a ideia anterior e para concluir esta avaliação, quanto ao papel dos objetos como estratégia de ensino, colocou-se a última questão, onde se pretendia recolher a opinião pessoal de cada aluno.

Nesta como em aulas anteriores, em que se utilizaram objetos para reforçar e proporcionar um conhecimento mais estruturado do tema, constatou-se uma certa agitação e satisfação em tocar, ver, sentir os materiais. O que, realmente veio a comprovar-se pelas respostas, então, obtidas.

Assim, à última pergunta colocada: *As aulas de História ficam mais interessantes com a visualização de materiais? Porquê?* Os alunos responderam:

Tabela 5 – Respostas dos alunos do 7.º B à questão: *As aulas de História ficam mais interessantes com a visualização de materiais? Porquê?* Secção 3

*Sim, **percebo melhor a matéria**.*
*Sim, porque tornam-se mais **interessantes e divertidas**.*
*Sim. É **divertido** ter contacto (desta vez não tivemos mas vamos ter) com materiais tão antigos."*

*Sim porque como já disse fico a **perceber** melhor a sua utilidade.*
*Sim , porque temos a oportunidade de **ver os materiais**.*
*Sim, porque é **engraçado**, porque há **contacto** com materiais, e também, porque não são materiais quaisquer, porque **são materiais históricos**.*
Sim.
*Sim, porque é **interessante ver** e **mexer** nos objetos.*
*Sim, pois é outra forma de aprendermos e ao estarmos em **contacto com os mesmos temos uma perspetiva diferente e mais divertida e educacional.***
*Sim porque **vemos coisas novas**.*
Pelo motivo que já referi a cima
*Sim, fico muito feliz quando nos mostram os materiais, pois **é algo diferente**, assim já **podemos dizer que tocamos em materiais antigos e muito interessantes.***
*Claro! porque **existem história por traz de um material** da era dos romanos.*
*Sim porque é mais **divertido** se pudermos **tocar** nos objetos.*
*Sim porque temos **contacto** com os materiais.*
*Eu acho que ficam mais interessantes porque, acho que **podemos aprender mais** sobre*
*Sim porque estamos em **contacto com uma coisa que antigamente era utilizada** e torna se bem **entusiasmante**.*

Se dúvidas existissem, as respostas clarificaram a posição de todos sobre a utilização de objetos na sala de aula como complemento e forma de transmitir informação. Face às respostas obtidas é perentório afirmar que todos expressaram a mais-valia dos objetos como recurso nas aulas. O entusiasmo e felicidade nas respostas refletia-se nas caras e na forma irrequieta dentro da sala, quando desconfiavam ou previam a presença de objetos.

Na análise do inquérito, houve um aluno que se destacou de todos os outros, pela forma como respondeu às diferentes questões. Ao contrário dos restantes alunos que responderam e alguns argumentaram de uma forma positiva, seguindo a mesma linha de raciocínio, este aluno, para além de manifestar uma opinião contrária a todos os outros, repetindo, por vezes a mesma resposta nos diferentes campos, entra em aparente contradição nas duas últimas questões apresentadas.

Se, por um lado, o aluno não considera importante o contato com materiais para compreender melhor a matéria abordada nas aulas, por outro afirmou que as

aulas de História ficam mais interessantes com a visualização de materiais, respondendo: "Sim, pois é outra forma de aprendermos e ao estarmos em contacto com os mesmos temos uma perspetiva diferente e mais divertida e educacional".

Questionado sobre estas incongruências, o aluno respondeu que tinha tido problemas informáticos o que tornou o vídeo da visita virtual impercetível e quanto às restantes perguntas respondeu de forma precipitada, não lendo atentamente e interpretando de forma errada as questões colocadas, reforçando a ideia transmitida na última resposta, de que os objetos facilitam a aprendizagem da matéria de uma forma mais descontraída e divertida.

Em suma, no que concerne à turma de 7.º ano, parece unânime a opinião que a utilização de objetos (réplicas, artefactos reais ou maquetes) na sala de aula ajuda a compreender a matéria, estimula o interesse pelos conteúdos da disciplina e torna as aulas mais motivantes e divertidas.

3.3.2. Questionário aplicado ao 8.º ano – Dia Internacional dos Monumentos e Sítios

Relativamente ao questionário aplicado à turma do 8.º ano (consultar Anexo 4), o mesmo foi realizado no âmbito da celebração do dia 18 de abril, data comemorativa do Dia Internacional dos Monumentos e Sítios[47]. Considerou-se importante a valorização deste dia, uma vez que muitos não sabem da sua existência e significado e o quão importante é para a valorização e educação patrimonial.

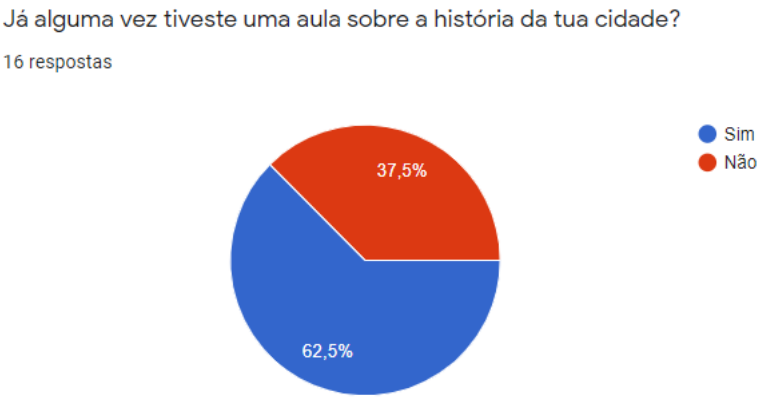
[47] O Dia Internacional dos Monumentos e Sítios foi instituído em 18 de abril de 1982 pelo ICOMOS e aprovado pela UNESCO no ano seguinte. Esta data comemorativa tem vindo a oferecer a oportunidade de aumentar a consciência pública relativamente à diversidade do património e aos esforços necessários para o proteger e conservar e chamar a atenção para a sua vulnerabilidade.
Pretende-se que o dia 18 de abril funcione como um marco comemorativo do património nacional, mas que celebre, também, a solidariedade internacional em torno da salvaguarda e da valorização do património de todo o mundo.
Disponível em: http://www.patrimoniocultural.gov.pt/pt/recursos/projectos-de-divulgacao/dims-dia-internacional-dos-monumentos-e-sitios/

Os dados apresentados resultam do questionário aplicado à turma tendo como base para as respostas, o grau de satisfação dos conteúdos abordados e a pertinência na utilização de objetos para a compreensão histórica, sendo que aqui deu-se particular relevo às questões patrimoniais e à estreita ligação à história local, importante para a compreensão do passado, da identidade e memória da população local, vista como perpetuação de uma cultura.

A turma é composta por 18 alunos, mas apenas 16 responderam ao inquérito, dado que dois elementos faltaram à aula em que foi aplicado.

A primeira questão colocada, de resposta fechada, foi no sentido de apurar até que ponto a história local era um tema familiar para os alunos e se alguma vez tinham abordado esta matéria nas aulas da disciplina de História: *Já alguma vez tiveste uma aula sobre a história da tua cidade?*

Gráfico 2 – Resposta à questão 1 do inquérito – Vi(m)ver a História



Fonte: Google Forms

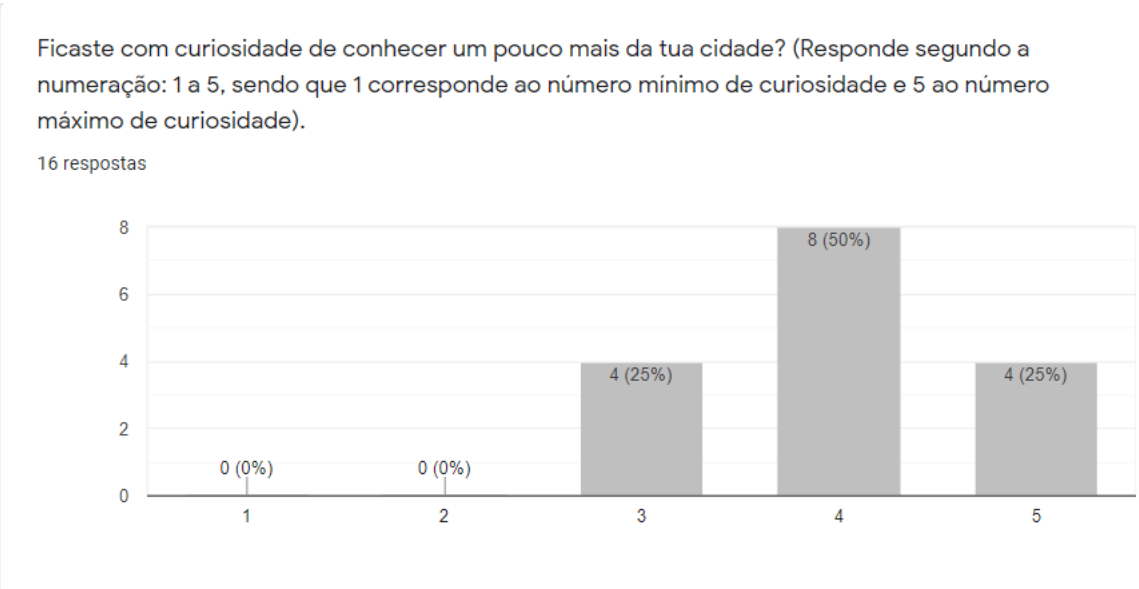
Das respostas obtidas, uma percentagem significativa, 62,5% dos alunos, (que corresponde a 10 alunos), confirmou ter tido pelo menos uma aula sobre a história da cidade, sendo que 37,5% (6 alunos) afirmaram nunca ter tido uma aula sobre esta temática.

Aqui a interpretação que se pode fazer é que realmente os alunos nunca tiveram uma abordagem à História Local, embora esteja previsto nas competências específicas da disciplina de História, ou então que nunca tenham tido uma aula totalmente direcionada para a história da região. Contudo, a maioria revelou que já tinha conhecimentos, embora muitos dispersos e fragmentados da realidade histórica local.

Relativamente à segunda questão (também de resposta fechada)*: Esta aula, em particular, foi importante para conheceres melhor a cidade de Vila Real e a sua evolução?* todos os alunos foram da opinião que a aula foi importante para conhecer a cidade, particularidades e a sua evolução ao longo dos tempos.

No que respeita à questão 3: *Ficaste com curiosidade de conhecer um pouco mais da tua cidade?* pediu-se que os alunos respondessem numa escala balizada entre o 1 (que correspondia nada curioso) e o 5 (muito curioso), avaliando, desta forma o grau de satisfação pelos conteúdo apreendidos e vontade de saber mais.

Gráfico 3 – Resposta à questão 3 do inquérito – Vi(m)ver a História



Fonte: Google Forms

Metade dos inquiridos (8 alunos) avaliaram com o nível 4 o nível de curiosidade pela História Local, sendo que 25% (4 alunos) mostraram muita curiosidade, optando pelo nível 5, e os restantes 25% (4 alunos) escolheram o nível intermédio no que concerne à curiosidade sobre a história da cidade.

Assim, os resultados foram bastante satisfatórios, uma vez que a aula despertou em todos os alunos, embora com impacto diferente, vontade de saber mais sobre a cidade onde vivem e os "segredos" que ela guarda, em cada local, em cada elemento material e/ou imaterial.

Da análise das respostas à questão: *Do que aprendeste, o que consideraste mais interessante?* verificou-se que os alunos foram "tocados" por aspetos diversificados, mas todos revelaram que estiveram atentos e interessados na abordagem realizada.

Tabela 6 – Respostas dos alunos do 8.º B à questão: *Do que aprendeste, o que consideraste mais interessante?* – Vi(m)ver a História

Ficar a saber a historia da minha cidade e saber a sua evolução.
Os monumentos.
Aprendi, um pouco de tudo, das construções passadas e sobre a sua evolução. Sobre figuras históricas como reis, marqueses, descobridores... Gostei de tudo!
Aquilo que achei mais interessante, foi aprender um pouco mais da história da cidade de Vila Real.
Tudo.
A mudança de Vila Real durante o tempo.
A historia de Carvalho Araújo.
A razão do lugar escolhido para "fundar" a cidade.
Eu gostei da parte da cidade eu fiquei surpreendido de como mudou bastante.
A evolução que Vila Real está a ter, pois no passado a avenida estava muito diferente.
Como era a cidade antigamente.
Achei interessante saber mais sobre o significado que tem a estátua Carvalho Araújo.
Os variados lugares onde os antigos monumentos importantes estavam.
Monumentos.

O facto de a nossa cidade ter mudado tanto ao longo do tempo.
O antes e depois da cidade.

Várias ideias foram tidas em consideração no que respeita ao interesse que cada um mencionou. Se para uns o interesse focou-se na parte patrimonial, nos monumentos, outros realçaram a importância da história e das gentes, sendo que a evolução da própria cidade/avenida foi o tema que reteve mais atenção e alvo de interesse. Em suma, foram gerais o interesse e a motivação pelo tema abordado, suscitando curiosidade em todos os elementos da turma que, durante a própria aula, foram interrompendo, colocando questões e complementando com coisas que sabiam, contatos e experiências adquiridas fora do contexto escolar.

No que concerne à pergunta 5*: A utilização de materiais (fotografias e imagens, materiais arqueológicos, documentos impressos) contribuem para uma melhor compreensão e aprendizagem da matéria? Justifica*, remetia para uma avaliação individual, uma opinião relativamente ao recurso a materiais/objetos na sala e a sua pertinência no processo de ensino e de aprendizagem, as respostas obtidas, embora esperadas, foram além das expectativas.

Tabela 7 – Respostas dos alunos do 8.º B à questão: *A utilização de materiais (fotografias e imagens, materiais arqueológicos, documentos impressos) contribuem para uma melhor compreensão e aprendizagem da matéria? Justifica.* – Vi(m)ver a História

*Sim, pois assim os alunos **conseguem ter a perspetiva da cidade** de uns anos atrás e também ficam **mais motivados para aprender** sobre a nossa cidade.*
*Sim pois é **mais interativo e divertido**.*
*As imagens, fotografias, documentos impressos ou outros são sim **importantes não só para a aprendizagem**, mas para mostrar as pessoas como eram os nossos antepassados, como viviam, como se vestiam, ficando assim a **entender melhor sobre a história da ci-***
*A utilização de materiais contribuem muito para **melhorar a nossa aprendizagem** da sobre matéria, porque ficas a compreender melhor, por exemplo com as fotografias e imagens ficas a conhecer mais ou menos como eram as edifícios, monumentos do passado, como os materiais arqueológicos ficas a saber quais eram os materiais utilizados na época.*
*Porque assim conseguimos ter uma **perspetiva do que estamos a aprender**.*
*Sim, pois assim tivemos uma **melhor perceção** como era antigamente Vila Real.*
*Sim pois com fotografias a **analise e compreensão** de um determinado local é **bastante mais fácil.***

*Sim, acho **bastante importante** porque dá para ter uma **melhor perceção** da cidade e ver algumas coisas com **mais pormenor**.*
*Sim. Eu acho que sim porque **se virmos de perto e ver com os próprios olhas é mais interessante e incentiva mais.***
*Sim, pois se **não tivéssemos imagens** nos se calhar **não íamos ter uma aula tão produtiva** e também **não íamos entender muito bem a matéria**.*
Sim.
*Sim, porque conseguimos ter uma **melhor visão de como eram as coisas antigamente** seja por imagens como documentos e materiais arqueológicos e também pelas imagens podemos observar melhor como eram os lugares antes de os vermos hoje em dia.*
*Sim pois nós dá uma **melhor ideia daquela época**.*
*Sim pois é **mais interativo e divertido**.*
*Sim pois é **mais interativo e criativo**.*
*Sim, pois assim **podemos ver conhecer e aprender** como a cidade era antes.*

Todos são da opinião que os materiais, quer sejam iconográficos ou arqueológicos, ajudam na compreensão da matéria e tormam as aulas mais "divertidas", "criativas" e "interativas" o que promove o incentivo pela matéria e pela disciplina, além que complementar a construção do esquema mental por eles realizado sobre o tema e neste caso permite, com base nos vestígios do passado, que compreendam o presente.

Relativamente à questão 6, uma questão de resposta fechada: *Consideras que se houvesse aulas no exterior e/ou museus seriam mais enriquecedoras e motivadoras?* não há muito a acrescentar, uma vez que a totalidade da turma respondeu positivamente a esta questão, considerando a pertinência e relevância do funcionamento das aulas fora da sala e mesmo da escola, ora nos museus e pela cidade.

Resposta igual foi dada na questão 7: *Consideras que aulas mais dinâmicas e práticas contribuem para uma maior motivação e compreensão da matéria?* onde as 16 respostas dadas comungam da opinião que o recurso a estratégias diversificadas contribui para melhores resultados de aprendizagem e consolidação dos conhecimentos.

Quase a encerrar o conjunto de questões colocadas, a pergunta 8: *Concordas que a exposição foi importante para a tua aprendizagem?* revelou que a aula foi uma mais-valia para a aquisição de conhecimentos sobre as diferentes áreas de estudo abordadas, onde se reconhece que os materiais e a colaboração dos museus locais funcionam como excelentes aliados.

Por último, mas não menos importante, foi tentar perceber o que afinal aprenderam de novo com esta aula. Assim, a última questão: *O que é que não sabias e ficaste a saber?* foi possível apurar que, para além dos conhecimentos prévios que foram partilhando durante a aula, os alunos adquiriram novas competências, o que contribuiu para a sua formação pessoal, o que inspirará (assim se espera) o espírito crítico em decisões no futuro, com conhecimentos consistentes e comprovados sobre o passado.

Tabela 8 – Respostas dos alunos do 8.º B à questão: *O que é que não sabias e ficaste a saber?* – Vi(m)ver a História

Através das imagens que a professora Sandra atribuiu fiquei a saber que havia animais na Avenida de Carvalho Araújo e que mudou bastante.
Como era vila real antigamente e alguns monumentos da cidade e onde ficam.
***Fiquei a saber mais sobre a história da minha cidade, sobre as suas construções, monumentos, sobre a sua grande evolução ao longos dos anos**, não sabia muita parte das coisas, como por exemplo, a mudança do hotel tocaio, as **posições dos variados monumentos históricos**, a **evolução da "Vila Velha"**, mas foi uma **aula super intuitiva e fantástica**, mostrando assim a nossa linda cidade de Vila Real!*
Eu não sabia que o edifício da Câmara Municipal de Vila Real tinha sido um hospital. Também não sabia que na minha cidade tinham existido três hotéis Tocaios, nem tinha noção da Avenida Carvalho de Araújo ter muitos espaços verdes, bem como a sua disposição ser tão diferente daquilo que é atualmente.
Um pouco de tudo.
Que existiram 3 hotéis Tocaio, que Vila Real mudou muito principalmente na parte que é agora a Avenida Carvalho Araújo até à Câmara.
*Aprendi **os motivos para a criação de Vila Real**.*
TANTAAAA coisa.
Eu fiquei a saber que era muito diferente.
Que o pelourinho estava a frente da câmara, aquela escultura em cima da câmara e o largo que tinha na avenida

Como era a cidade antigamente.
*Fiquei a conhecer melhor o **significado da estátua de Carvalho Araújo**, o que quer dizer a Santa que está no topo da Câmara Municipal, que antes de ser uma Câmara Municipal foi um hospital, que o pelourinho já esteve à frente da Câmara Municipal e que Vila Real já teve três hotéis Tocaio antes de ser agora o hospital da luz.*
*Os **lugares onde os antigos monumentos estavam.***
***Como era Vila Real antigamente** como fiquei a saber também sobre os monumentos e onde ficavam.*
*O facto de **Vila Real já ter sido habitada à muito tempo** entre outras.*
*Que tinha havido **escavações na Vila Velha**.*

Facilmente se percebe que a aula foi bastante promissora e produtiva, situação constatada durante esta aula específica e nas outras de forma geral, onde os alunos quiseram participar colocando questões pertinentes.

Assim, o recurso a materiais para ajudar na construção de conhecimento e esclarecimento de eventuais dúvidas revelou-se profícuo e bastante motivador, comprovado na expressão dos alunos, sempre atentos e curiosos.

Afinal o tema abordado também lhes é familiar e próximo. Falou-se de uma parte da realidade que eles conhecem.

Considera-se que todas estas áreas abordadas, a arqueologia (objetos), o museu (objetos e imagem), e património material e imaterial, aliadas à compreensão da História local, são fulcrais para a educação, enquanto alunos e enquanto pessoas conscientes que vivem e devem lutar pelas bases e cultura da sociedade onde se encontram inseridos, à qual pertencem e que também eles contribuirão para a sua História.

Considerações finais

Importa referir, antes de tecer considerações sobre o estudo realizado, que a prática de observação, a preparação e a prática pedagógica permitiu concluir que os alunos carregam para a sala de aula um conjunto vasto de ideias influenciadas pelo seu contexto económico, social, cultural, familiar e geográfico. É natural que os jovens recebam influências e interferências das mais variadas fontes, e mais importante que isto, percebe-se que essas influências se apresentam como conhecimentos alternativos e que por vezes concorrem com o conhecimento escolar. Contudo, devem ser aproveitadas, valorizadas e potenciadas na sala de aula de modo que permitam uma assimilação e consolidação dos conhecimentos de uma forma mais eficaz.

O ensino de História é muitas vezes associado a uma forma teórica e abstrata de perceber e conceber o passado e a ação dos seres humanos ao longo dos tempos, onde sem dúvida que as diferentes áreas complementares facilitam e esclarecem muitas nuances por vezes de difícil interpretação.

Sem dúvida que o recurso a objetos (arqueológicos ou demonstrativos de uma realidade), em contexto de sala de aula, ou em ambientes museológicos, ou então em locais de interesse histórico e patrimonial, ao ar livre, pode ser uma excelente fonte de educação, indo ao encontro da ideia defendida por vários investigadores, de que a aprendizagem de História não é algo que acontece simplesmente em sala de aula, ou da maneira considerada como a mais convencional. O contacto direto com materiais ou estruturas, vestígios do passado, potencia e desenvolve a capacidade dos alunos analisarem, questionarem, interpretarem e construírem o próprio conhecimento sobre as pessoas, locais ou acontecimentos do passado e relacionar essa informação com a aprendizagem adquirida ao longo dos tempos.

Embora o trabalho apresentado seja o resultado de uma pequena amostra, que compreende, apenas, um ano letivo, os estudos realizados por vários

investigadores confirmam que o trabalho com materiais e com a colaboração dos museus locais e/ou centros históricos deve ser um procedimento contínuo e de constante partilha entre os próprios alunos e entre estes e os técnicos e docentes.

Desta forma, a disciplina de História deixa de ser tida como uma mera disciplina que congrega conceitos, factos, datas e nomes, para ser uma disciplina que tem como intuito questionar e permitir a aprendizagem sobre si próprio enquanto indivíduo de uma época, que foi condicionada, dinamizada, estimulada no passado, por diferentes fatores.

Neste sentido, o professor não deve revelar aos alunos as relações entre os objetos, mas conduzir os alunos nas suas descobertas, permitir que cheguem a informação sobre o passado, sobre a sua função prática e social, religiosa e política, sobre a técnica e tecnologia, sobre a matéria prima utilizada e a sua proveniência, sobre as áreas de produção e os locais em que foram encontrados, onde a Arqueologia tem um contributo de extrema relevância.

A didática do objeto, mais do facultar o contacto direto com objetos, artefactos/materiais originais ou réplicas (ou mesmo as maquetes), permite uma análise muito mais abrangente e completa, que torna a construção da história mais fácil e percetível.

A análise de um objeto, conduz automaticamente a um conhecimento das pessoas que o fizeram e usaram o estatuto que este (objeto) podia conferir a quem o detinha, pessoa ou grupo (como exemplo a utilização de cerâmica comum ou terra sigillata durante o período romano e o processo de romanização, ou mesmo a produção de instrumentos de sílex na Pré-História), dos hábitos e comportamentos sociais, ou até mesmo revelar informação sobre a economia, a tecnologia ou ainda a religião de uma época específica.

Uma vez que nem todas as crianças têm a possibilidade de visitar museus, muitas não têm acesso ou conhecimento dos vestígios dos passado, mesmo na área de residência, a Didático do Objeto apresenta-se como uma experiência educativa

relevante como forma de estimular o pensamento histórico nos alunos e a visita orientada a locais da própria cidade um excelente exercício para a educação patrimonial e futuro desempenho de cidadania.

É importante nunca descurar a relação de colaboração que deve existir entre a escola, os museus e o poder local, que em uníssono devem trabalhar para a formação de jovens alunos com pensamento crítico, futuros cidadãos preparados para zelar de forma consciente e responsável pelas suas origens, pela sua identidade.

No que diz respeito aos objetivos esboçados para este estudo, considera-se que foram alcançados, tendo sido obtidos resultados bastante positivos, o que revela que a Didática do Objeto ajudou na compreensão da matéria lecionada.

No entanto, há que apontar algumas limitações ao estudo apresentado. Por um lado a amostra recolhida é bastante limitativa. Para apresentar dados mais conclusivos, seria conveniente que estas atividades tivessem sido implementadas em mais turmas, para poder proceder a uma análise comparativa da informação recolhida e avaliar com mais consistência o grau de satisfação e de compreensão dos alunos. Por outro lado, a situação atípica vivida por várias vezes obrigou a um repensar de estratégias, de metodologias, dificultando o contacto mais próximo com os alunos e a observação mais atenta e criteriosa do comportamento e do impacto dos objetos junto das turmas.

Contudo, a avaliação que se apresenta é positiva, permanecendo o sentimento de missão cumprida.

Referências Bibliográficas

Abrantes, P. (. (2001). *Currículo Nacional do Ensino Básico: competências Essenciais.* Lisboa: Ministério da Educação, Departamento da Educação Básica.

AICE, A. I. (26 de 11 de 2020). Carta das Cidades Educadoras. Barcelona: AICE.

Alves, L. A. (2006). A História local como estratégia para o ensino da História. Em D. d. (org.), & F. d. Porto (Ed.), *«Estudos em homenagem ao Professor Doutor José Marques»* (Vol. 3, pp. 65-72). Porto. Obtido em 17 de maio de 2021, de https://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/8786/2/4880.pdf

Bahn, P. (1997). *Arqueologia. Uma breve introdução.* Lisboa: Gradiva.

Ballart, J. (1997). El Patrimonio Histórico y Arqueológico: Valor e Uso. Barcelona: Ariel.

Barca, I. (2001). Educação Histórica: uma nova área de investigação. (F. d. Porto, Ed.) *História. Revista da Faculdade de Letras, 2*, pp. 13-21.

Barca, I. (2001). Introdução. Em I. B. (org.), *Perspetivas em Educação Histórica. Atas das primeiras jornadas internacionais de Educação Histórica* (pp. 7-9). Braga: Universidade do Minho.

Barca, I. (2004). Aula Oficina: do Projeto à Avaliação. *Para uma educação de qualidade: Atas da Quarta Jornada de Educação Histórica* (pp. 131 – 144). Braga: Centro de Investigação em Educação (CIED/ Instituto de Educação e Psicologia, Universidade do Minho. Obtido em 7 de junho de 2021, de https://lapeduh.files.wordpress.com/2018/04/para-uma-educac3a7c3a3o-histc3b3rica-de-qualidade.pdf

Barca, I. (2012). Ideias chave para a educação histórica: uma busca de (inter)identidades. (U. F. Goiás, Ed.) *História Revista, 17, n.º1*, pp. 37-51.

Barca, I., & Pinto, H. (2014). Um percurso na cidade de Guimarães, Património da Humanidade: concepções de alunos e professores. *Cultura Histórica & Património, 2 (2)*, pp. 5-29.

Barton, K. (2004). Qual a utilidade da História para as crianças? Contributos do ensino da História para a cidadania. Em I. Barca, *Para uma Educação História de Qualidade. Actas das Quartas Jornadas Internacionais de Educação Histórica* (pp. 11-27). Braga: CIEd, Universidade do Minho.

Blanco, A. G. (1997). *Aprender con los objetos. Série Guías didácticas del Museo Arqueológico Nacional, métodos.* (Vol. 5). Madrid: Ministerio de Educación y Cultura. Obtido em 16 de maio de 2021, de https://www.academia.edu/41097810/Aprender_con_los_objetos

Bloch, M. (2001). *Apologia da História ou O Ofício de Historiador.* Rio de Janeiro: Zahar.

Choay, F. (2000). *A Alegoria do Património.* Lisboa: Edições 70.

Collingwood, R. (2001). *A ideia de História.* (9ª ed.). Lisboa: Editorial Presença.

Egea Vivancos, A., & Arias Ferrer, L. (2013). IES Arqueológico. La arqueología como recurso para trabajar las competencias básicas en la educación secundaria. *Clío. History and History teaching., 39*.

Egea Vivancos, A., & Arias Ferrer, L. (2015). La arqueología llega a las aulas. Objetos y otras fuentes primarias para la enseñanza de la historia. Em G. S. (org.), *Educação Patrimonial: Contributos para a construção de uma consciência patrimonial* (pp. 151-170). Braga: Centro de Investigação em Educação (Cied), Instituto de Educação, Universidade do Minho.

Ferreira de Almeida, C. (1993). Património-Riegel e Hoje. *Revista da Faculdade de Letras: História, 10*, pp. 407-416.

Freire, P. (2002). *Pedagogia da autonomia – saberes necessários à prática educatica* (25ª ed.). Rio de Janeiro: Paz e Terra.

Hein, G. E. (2006). Museum Education. Em S. Macdonald (Ed.), *A Companion to Museum Studies* (pp. 340–352). Oxford: Blackwell.

Houssaye, J. (1988). *Le triangle pédagogique.* Berne: Peter Lang.

Kátia M. Abud, A. C. (2010). Espaços da História: ensino e museus. Em A. M. (coord.), *História- Estudo e Ensino* (pp. 125-146). São Paulo: Cengage Learning.

Miller, T. O. (23 de outubro de 2012). Usos da Arqueologia na sala de aula. *Revista HISTEDBR*, pp. 167-179.

Molina, N. L., & Moreno, V. P. (2016). Contribuciones a la didáctica de la Historia a través del método de análisis del objeto: como ejemplo... una "vasulla". . *Panta Rei. Revista Digital de Ciencia y Didáctica de la Historia*, pp. 111-124.

Montessori, M. (1965). *Pedagogia Científica.* São Paulo: Flamboyant.

Nakou, I. (2003). Exploração do pensamento histórico das crianças em ambiente de museu. Em I. B. (org.), & CIED (Ed.), *Educação Histórica e Museus. Atas das Segundas Jornadas Internacionais de Educação Histórica.* (pp. 59-82). Braga: Universidade do Minho.

Nunes, G. M. (1996). A História Regional e Local – Contributos Para o Estudo das Identidades Locais. *Cadernos de Sociomuseologia, 8*, pp. 71-81.

Pinto, H. (Jan.- Dez. de 2010). Entre o Passado e o futuro: os museus como mediadores de Educação Patrimonial. *Revista Guimarães 117-118-119*, pp. 102-121.

Pinto, H. (2011). *Educação Histórica e Patrimonial: conceções de alunos e professores sobre o passado em espaços do presente. Tese de Doutoramento em Ciências da Educação.* Universidade do Minho. Braga: Instituto de Educação.

Pinto, H. (2016). *Educação Histórica e Patrimonial: Conceções de Alunos e Professores sobre o Passado em Espaços do Presente.* Porto: CITCEM – Centro de Investigação Transdisciplinar «Cultura, Espaço e Memória».

Pinto, H. (jan./mar. de 2017). A interculturalidade em Educação Patrimonial: desfios e contributos para o ensino de História. (S. d. (UFPR), Ed.) *Educar em Revista, 33*, pp. 205-220.

Pinto, H. (2018). El uso de objetos arqueológicos en las aulas de Historia en Portugal: una experiencia de aula para alumnos de doce-trece años. Em A. Egea

Vivancos, L. Arias Ferrer, & J. Santacana i Mestre, *Y la arqueología llegó al aula: La cultura material y el método arqueológico para la enseñanza de la historia y del patrimonio.* (pp. 159-180). Gijón: Ediciones Trea.

Pinto, H., Silva, S., Sousa, M. J., & Teixeira, A. (2019). Experiencias de Educación Patrimonial con objetos arqueológicos en contexto formal y no formal. *34(1)*, pp. 83-99.

Prats, L. (1998). El concepto de património cultural. *Política y Sociedade. Revista de la Universidad Complutense, 27*, pp. 63-76.

Ramos, F. (2007). A memória do objeto no ensino de História. Em S. M. (org.), *Perspectivas de Investigação em Educação Histórica* (Vol. II, pp. 63-75). Curitiba: UFPR.

Ribeiro, F. (2002). *O pensamento arqueológico na sala de aula de História.* Braga: Universidade dpo Minho.

Santacana M., J., & Llonch M., N. (2012). Manual de Didática del objeto en el museo.

Santacana Mestre, J. (2018). La arqueologia y el reto de educar. Em A. Egea Vivancos, L. Arias Ferrer, & J. (. Santacana Mestre, *Y la arqueologia llegó al aula. La cultura material y el método arqueológico para la enseñanza de la historia y el património.* (pp. 9-21). Gijón: Edições Trea.

Santacana Mestre, J., & Martínez Gil, T. (2013). Patrimonio, identidad y educación: una reflexión teórica desde la historia. *Educatio Siglo XXI, 31*, pp. 47-60.

Santacana, J. (2015). El patrimonio, la educación y el factor emocional. Em G. S. (Org.), & U. d. Minho (Ed.), *Educação Patrimonial: contributos para a construção de uma consciência Histórica* (pp. 17-34). Braga: Centro de Investigação em Educação (CIEd), Instituto de Educação.

Schmidt, M. A., & Cainelli, M. (2004). *Ensinar História.* Saõ Paulo: Scipione.

Silva, F. R. (1999). História local : objectivos, métodos e fontes. Em P. :. Letras (Ed.). Porto. Obtido em 17 de 06 de 2021, de https://repositorio-aberto.up.pt/handle/10216/8247

Solé, G. (2012). O Museu de sala de aula: aprender história com objetos. Em M. A. Schmidt, *Atas do XII Congresso Internacional Jornadas de Educação Histórica " Consciência Histórica e as novas tecnologias da informação e comunicação.* (pp. 315-332). Curitiba: LAPEDUH.

Solé, G. (2014). O Património arqueológico como recurso para o desenvolvimento da consciência histórica e patrimonial: um estudo com os alunos universitários da Licenciatura de Educação Básica. Em (. G. Solé, *Educação Patrimonial: Novos Desafios Pedagógicos.* (pp. 93-122). Braga: Centro de Investigação em Educação.

Solé, G., & Llonch, N. (julho-dezembro de 2016). Investigação sobre a transversalidade social disciplinar e geográfica de um modelo de ensino-aprendizagem da História através de fontes objetuais e criação de museus de aula. *Antíteses, 9*, pp. 87-117.

Vicent, N., Gracia, M. P., & Torruella, M. F. (2015). Arqueología y tecnologías digitales en Educación Patrimonial. (U. d. Murcia, Ed.) *Educatio Siglo XXI: Revista de la Facultad de Educación, 33 nº 1*, pp. 83-102.

Documentos legais e institucionais

Carta de Malta, Valetta de 16 de janeiro de 1992. Disponível em: https://rm.coe.int/CoERMPublicCommonSearchServices/DisplayDCTMContent?documentId=090000168007bd25. [consultado em 17 de maio de 2021].

Carta de Veneza de maio de 1964. Disponível em: http://www.patrimoniocultural.gov.pt/media/uploads/cc/CartadeVeneza.pdf . [consultado 17 de maio de 2021].

Convenção da UNESCO para a proteção do Património Mundial, Cultural e Natural, 1972. Disponível em: https://whc.unesco.org/archive/convention-pt.pdf . [consultado 17 de maio de 2021].

Convenção para salvaguarda do Património Cultural Imaterial, 2003. Disponível em: https://ich.unesco.org/doc/src/00009-PT-Portugal-PDF.pdf. [consultado 10 de junho de 2021].

Declaração Universal sobre a Diversidade Cultural, UNESCO, 2001. Disponível em: http://www.unesco.org/new/fileadmin/MULTIMEDIA/HQ/CLT/diversity/pdf/declaration_cultural_diversity_pt.pdf. [consultado 1 de setembro de 2021].

Decreto do Presidente da República n.º 28/2008. Diário da República n.º 60/2008, Série I de 2008-03-26. Disponível em: https://data.dre.pt/eli/decpresrep/28/2008/03/26/p/dre/pt/html. [consultado 1 de setembro de 2021].

Documento de *Apoio às Metas Curriculares de História* (3.º ciclo do ensino básico). (2013). Ministério da Educação. pp. 3-5.

Decreto-Lei n.º 139/2009 do Património Cultural Imaterial. Diário da República n.º 113/2009, Série I de 2009-06-15. Disponível em: https://dre.pt/home/-/dre/494544/details/maximized. [consultado 21 de junho de 2021].

Lei de Bases do Sistema Educativo, 1986. Disponivel em: https://dre.pt/web/guest/legislacao-consolidada/-/lc/70328402/202008061216/exportPdf/maximized/1/cacheLevelPage?rp=indice [consultado 6 de junho de 2021].

Lei De Bases Do Património Cultural Português, 2001. Disponível em: http://www.patrimoniocultural.gov.pt/pt/patrimonio/legislacao-sobre-patrimonio/. [consultado 13 de junho de 2021].

Lei n.º 107/2001 Lei de Bases do Património Cultural. Disponível em: https://dre.pt/application/file/a/629698 [consultado 12 de junho de 2021].

Ministério da Educação. (2013). *Protocolo de Colaboração entre a Direção-Geral da Educação e a Direção-Geral do Património Cultural*. Disponivel em: https://www.dge.mec.pt/sites/default/files/Projetos_Curriculares/Patrimonio_cultural/protocolo_dge_dgpc.pdf [consultado 4 de julho de 2021].

Ministério da Educação-Direção Geral de Educação (2018). Ensino Básico. *Aprendizagens Essenciais de História do 7.º e 8.º anos*. Disponível em: https://www.dge.mec.pt/sites/default/files/Curriculo/Aprendizagens_Essenciais/3_ciclo/historia_3c_7a_ff.pdf[consultado 25 de maio de 2021].

https://www.dge.mec.pt/sites/default/files/Curriculo/Aprendizagens_Essenciais/3_ciclo/historia_3c_8a_ff.pdf [consultado 25 de maio de 2021].

Ministério da Educação-Direção Geral de Educação (2018). *Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória*. Disponivel em: https://www.dge.mec.pt/sites/default/files/Curriculo/Projeto_Autonomia_e_Flexibilidad e/perfil_dos_alunos.pdf [consultado 27 de maio de 2021].

Projeto educativo 2018-2021 da escola Secundária Camilo Castelo Branco Vila Real. Disponivel em: http://esccbvr.pt/docs/documentos/PE_ESCCB_2018-21(CG_24_junho).pdf [consultado 7 de maio de 2021].

UNESCO (2001) *Declaração Universal sobre a Diversidade Cultural*. Disponivel em: http://www.unesco.org/new/fileadmin/MULTIMEDIA/HQ/CLT/diversity/pdf/declaration_cultural_diversity_pt.pdf [consultado 1 de julho de 2021].

Websites

Associação Internacional das Cidades Educadoras:Disponível em: https://www.edcities.org/pt/ [Consultado a 24/05/2021].

Comissão Nacional da Unesco. Disponível em: https://unescoportugal.mne.gov.pt/pt/temas/proteger-o-nosso-patrimonio-e-promover-a-criatividade/patrimonio-mundial-em-portugal [Consultado a 09/06/2021].

Direção-Geral da Educação. Disponível em: https://www.dge.mec.pt/patrimonio-cultural. [consultado a 14/06/2021]

Direção Geral do Património Cultural. Disponível em: http://www.patrimoniocultural.gov.pt/pt/. [Consultado a 09/08/2021].

Escola Secundária Camilo Castelo Branco. Disponível em: http://esccbvr.pt/ , http://esccbvr.pt/documentos/documentos-da-escola/ [Consultado a 24/04/2021].

Estatutos da ICOMOS, 2017. Disponível em: https://icomos.pt/images/pdfs/2017/ICOMOS_Pt-estatutos2017.pdf [consultado a 10 de junho de 2021].

Linhas de orientação sobre a educação e a formação em conservação de monumentos, conjuntos e sítios, 1993. Disponível em: http://www.patrimonio-santarem.pt/imagens/3/linhas_de_orientacao_sobre_formacao_em_conservacao.pdf [consultado a 12de junho de 2021].

Museus de Arqueologia e numismática de Vila Real. Disponível em: http://museu.cm-vilareal.pt/ [Consultado a 20 de maio 2021].

Museu do Som e da Imagem Vila Real. Disponível em: http://mvv.cm-vilareal.pt/index.php/noticias/item/608-museu-do-som-e-da-imagem [Consultado a 20 de maio de 2021].

Orientações para a avaliação de Impactes em Bens Culturais Património Mundial, 2001. Disponível em: https://icomos.pt/images/pdfs/2019/Guia_ICOMOS_AIP.pdf [consultado a 10 de junho de 2021].

Orientações Técnicas para Aplicação da Convenção do Património Mundial, 2010. Dispoível em: http://www.patrimoniocultural.gov.pt/media/uploads/OrientacoesTecnicasPatrimonioMundialMaio2010revCNU30Junho.pdf [consultado a 10 de junho de 2021].

Património Cultural Imaterial da Humanidade que necessita de Salvaguarda Urgente, 2016. Disponível em: https://unescoportugal.mne.gov.pt/pt/temas/proteger-o-nosso-patrimonio-e-promover-a-criatividade/patrimonio-cultural-imaterial-em-portugal/olaria-de-bisalhaes [consultado a 10 de junho de 2021].

Anexos

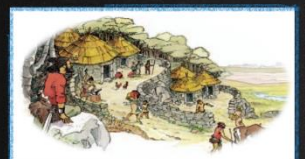
Anexo 1: Apresentação da aula sobre a romanização da Península Ibérica[48]

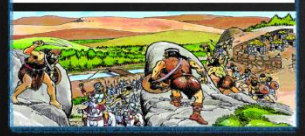
[48] Disponível em: https://view.genial.ly/601d3176a0f2bc0d0ac1f23c/presentation-sandra-pereira

IV Porquê????????

- Desejo de dominar o comércio do mar Mediterrâneo;
- Vontade de aumentar os seus territórios;
- Riquezas do seu solo e subsolo, nomeadamente terras férteis e metais como o cobre, o ouro e a prata.

IV





O processo de conquista foi dificultado pela ação de um povo reconhecido e poderoso: os Lusitanos, descendentes diretos dos Celtiberos.

Lusitanos

Celtiberos

V 1ª Questão- Orientadora

Manual página 112

Como se fez a romanização da Península Ibérica?

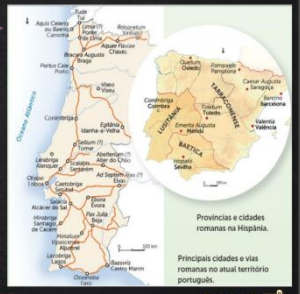
V Como se fez a romanização da Península Ibérica?

Os romanos dividiram a Península Ibérica em províncias;

A presença romana no atual território português durou mais de 5 séculos;

O atual território português compreendia as províncias da Lusitânia e da Tarraconense;

Ao longo do território construíram vias de comunicação que ligavam os centros urbanos. Para marcar a distância entre as cidades colocavam marcos miliários nas estradas.



Manual página 112

V Agentes da Romanização

Exército

- Constituição de família em conjunto com as populações locais;
- Instalação de antigos soldados nestes territórios;
- Serviço de homens da Península Ibérica no exercito romano.

Comerciantes

- Comerciantes «oficiais» que abastecem o exército e fazem negócio com o saque obtido pelos soldados.
- Comerciantes «não oficiais» que servem os desejos dos soldados.

Migrações

- Romanos à procura das riquezas do subsolo da Península Ibérica;
- Exilados políticos;
- Colonos para a criação de cidades.

V Agentes da Romanização

Em suma.....

Os povos conquistados abandonaram progressivamente a sua forma de viver adotando a cultura e os hábitos dos conquistadores.

V Veículos de Romanização

A Língua

- Passou a ser falado amplamente;
- Facilitou a comunicação;
- Aproximou conquistadores e conquistados que passaram a ter o latim como a sua língua.

+info

O Direito

O respeito pela lei:

- garantia da ordem, proteção, segurança e paz.
- A grande abrangência das leis romanas permitia a resolução de diversos problemas.

+info

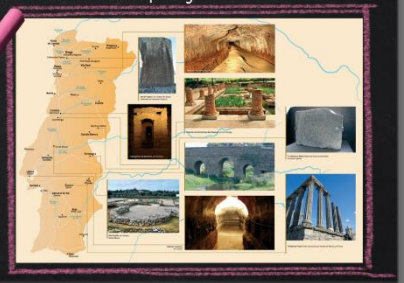
A Religião

Os romanos estenderam os seus deuses a todas as regiões do império, tolerando contudo os deuses locais, coexistindo pacificamente uns e outros.

+info

VI 2ª Questão- Orientadora

Que vestígios os romanos deixaram da sua passagem?



VI Que vestígios os romanos deixaram da sua passagem?

O território português é muito rico em vestígios que demonstram a influência da presença dos romanos no nosso território. Muitos desses vestígios são evidentes no nosso dia-a-dia, como por exemplo:

A língua portuguesa que teve origem no latim.

A vasta rede viária que cobre, praticamente, todo o território português e da qual restam, ainda, muitos vestígios.

+info

VI

Os habitantes de **Chaves** designam-se por [redacted]. Este gentílico deriva do nome romano desta cidade, *Aqua Flaviae*.

Os habitantes de **Braga** designam-se por [redacted]. Esta designação deriva do nome da cidade romana, *Bracara Augusta*.

Os habitantes de **Santarém** designam-se por [redacted] Este gentílico deriva do nome romano desta cidade, *Scalabis*.

Os habitantes de **Évora** designam-se por [redacted]. Este gentílico deriva do nome romano desta cidade, *Ebora Liberalitas Julia*.

Os habitantes de **Beja** designam-se por [redacted]. Este gentílico deriva do nome romano desta cidade, *Pax Julia*.

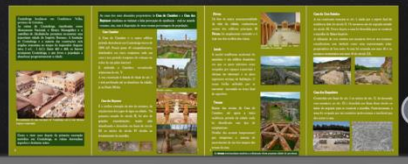
VII Visita de Estudo

Vamos até Conímbriga...

... Já ouviste falar?

+info

VII Antes da Viagem....



VIII VIDEO do Museu
Museu Portugal Romano em Sicó
+info
Video Promocional PO.RO.S (PT)
ANTIGO PALÁ DO SÉC. XIX
Ver no YouTube
IX VIDEO de Conímbriga
Conimbriga-Ruínas Romanas / Portugal
Conimbriga
Ver no YouTube
Ruínas de Conímbriga
+info
Para terminar...
MUSEUM
Museu Monográfico de Conímbriga

X Materiais- o nosso mini museu
Copo minerva. Terra sigillata. Hispânica
Mosaicos
Lucerna com Eros cavalgando golfinho
Lucerna Baco
lucerna Gladiadores
Lucerna Imperador
X Materiais
Placa de cera romana
Jogo Romano Três em Linha
Relevo Romano
Moeda
Moeda
Só mais um pouco !!!
75%
A aula está quase a terminar
Questionário

Anexo 2: Apresentação da aula Vi(m)ver a História[49]

[49] Disponível em: https://view.genial.ly/606dcf9ab6d5bc0da61d25cb/presentation-dia-internacional-dos-monumentos-e-sitios

Pré e Proto- História
O Passado
A Vila Velha corresponde à primeira área que foi habitada no território da atual cidade de Vila Real. Com o passar do tempo, a população cresceu para os arrabaldes e a zona antiga foi sendo gradualmente abandonada.
'Tal como já referimos, a propósito da muralha, neste local identificaram-se vestígios de uma expressiva ocupação da Idade do Ferro. Esta ocupação é precedida por uma importante ocupação da Idade do Bronze Final'.
Batista,2018
Fotos: Fragmentos cerâmicos com decoração, recolhidos durante as escavações arqueológicas da Vila Velha.
Origens medievais
O Passado
Vila Real é uma localidade de fundação régia, tendo recebido o primeiro foral em 1272, pela mão de D. Afonso III.
No reinado de D. Dinis, nos finais do século XIII (1293), culmina num longo processo iniciado por D. Sancho II, que visava a constituição de um centro urbano como cabeça da Terra de Panóias.
Em 1515, teve um novo foral, de D. Manuel.
D. Sancho II
Rei de 1223 a 1248
D. Afonso III
Rei de 1223 a 1279
D. Dinis
Rei de 1279 a 1325
Fig. 11- Referência aos Reis responsáveis pela criação de Vila Real.
Portas da Vila
'Portas da Vila', foi a designação dada para a entrada principal na área muralhada da vila medieval, tendo sido alvo de sucessivas transformações aos longo dos tempos, nomeadamente em 1694, que viria a alterar a sua forma inicial, dado que foi acrescentado um corpo avançado com três arcos e escadarias laterais de acesso à capela que se situava sobre o arco de entrada.
Vila Real primitiva:
Fig. 12- Reconstituição das Portas da Vila, com base nos relatos históricos conhecidos na altura, e que leão sido demolidas em 1873.
• Da porta Norte apenas restam os vestígios dos seus alicerces (séculos XII-XIV), uma vez que a sua demolição ocorreu em 1873, para reutilização da pedra, para obras públicas.
• A porta Franca: quem por ela entrava estava isento de impostos sobre os produtos comerciais.
+ INFO

Esta é a tua História....
Reconheces este Espaço?
Foto: Atual Avenida Carvalho Araújo 1881.
"De Rossio a Avenida"
• O Rossio
• Campo do Tabulado
• Praça Luís de Camões
• Largo do Chafariz
• Largo do Conde de Amarante
• Avenida Carvalho Araújo
+ INFO
Planta: Formador de uma Planta de Vila Real, 1867. (Nevesa2008)

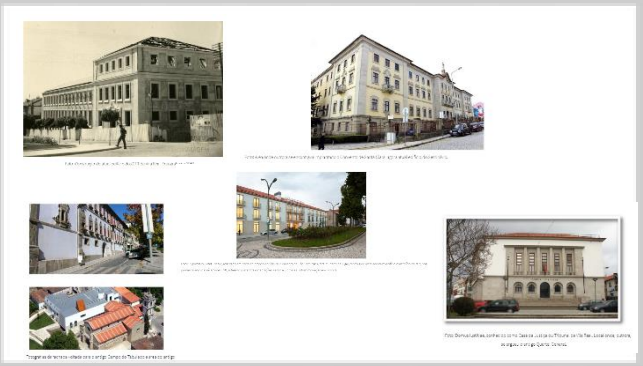
"De Rossio a Avenida"
As décadas de 1860, 1870 e 1980 refletem a política fontista de renovação e reestruturação da área urbana, onde há, por parte dos autarcas (nomeadamente o Dr. Almeida Lucena) uma preocupação pelo urbanismo e higiene da cidade. Assim, assiste-se à preocupação dos mesmos na "necessidade de alargar e alinhar as ruas, assegurar regular ventilação nas mesmas, abrir novos arruamentos, localizar os mercados semanais em praça fechada e parcialmente coberta e arborizada" (Neves,2003).
+ INFO

Avenida Carvalho Araújo
A estátua
No passado...
No presente...

Avenida Carvalho Araújo
A estátua
Da autoria do escultor Anjos Teixeira, foi inaugurada em 1924.
O comandante Carvalho Araújo é representado de forma expressiva numa postura firme e de expressão determinada.
Na base do pedestal estão dois lutadores, Hércules representando a figura do ânimo e da força em relação ao pesado génio alemão numa postura de dominado.
+ INFO

Avenida Carvalho Araújo
A Pessoa
José Carvalho de Araújo 1881-1918
Capitão Tenente da Marinha Portuguesa, Carvalho Araújo nasceu em 1880, participou na Revolução de 1910 (5 de Outubro) e fez parte das Cortes Constituintes em 1911, como deputado por Vila Real.
Oficial da Marinha que, em 1918, morreu em combate, no Mar dos Açores, quando tentou defender o navio mercante ("São Miguel") que escoltava com o seu navio, caça-minas "Augusto de Castilho" de um submarino alemão.
+ INFO

Património desaparecido
"A Avenida Carvalho Araújo é o lugar maior de Vila Real, um condensador de História, cujas marcas se exibem ou apagam conforme o sentir dos tempos."
(Neves, 2003)
Viaja no tempo...
Mercado Fechado
Convento São Domingos
Convento Santa Clara
Quartel General
Hotel Tocaio



Viaja no tempo...

"Mercado Fechado" ou "Mercado Coberto"

A Praça-mercado é inaugurada em Dezembro de 1885, ocupando parte da cerca do desaparecido convento de São Domingos.
No dia 15 de fevereiro de 1941 um ciclone violentíssimo destruiu, quase por completo, o mercado.

Fotos: Localização, configuração e aspeto do Mercado Fechado.

Foto- Mercado Fechado e Coberto, 1885. (Neves, 2003)

Viaja no tempo...

Convento de São Domingos

Fundado em 1424, reinando D. João I

Laudare, Benedicere e Praedicare
(Louvar, Bendizer e Pregar)

Construído nas primeiras décadas do século XV.
A extinção das Ordens Religiosas, em 1834, significou a decadência do convento.
Alvo de um violento incêndio em 1837, que destruiu grande parte do recheio, só viria a ser restaurado nas décadas de 30 a 50 do século XX.

Foto: Localização e respetivo edifício do Convento de São Domingos.

+ INFO

Fig. 14- "Planta da cerca do extinto Convento de São Domingos, onde aparece assinalada a expropriação levada a efeito pela Câmara Municipal para efeitos de construção do Mercado Fechado e Coberto e alargamento do caminho denominado Quelha dos Quinchosos. Na planta aparecem também assinalados os Arcos do Tabulado, desmontados na altura, obra construída em 1749-1755, em substituição de uma grande cabana que se encontrava encostada à parede da cerca do Convento, destinada a recolher os negociantes que se deslocavam a Vila Real em tempo de chuva, nomeadamente os vendedores de pão". (Neves, 2003).

Viaja no tempo...

Convento de Santa Clara

Convento de Nossa Senhora do Amparo

A sua fundação data de 1602.

Em Maio de 1608 já nele se recolheram as primeiras freiras de Santa Clara.

Em 1855, data da sua extinção. O edifício foi cedido ao recolhimento de Nossa Senhora das Dores.

Foto: Convento de Santa Clara em Vila Real. Bilhete postal antigo dos anos 1930. Coleção particular Hugo De Oliveira.

Sabias?????...

Cristas de Galo

«Segundo a lenda, umas freiras do antigo convento de Santa Clara, em Vila Real, andavam de candeias às avessas com um frade maldizente do convento de S. Domingos, situado mesmo ao lado, que passava o tempo a apoucar-lhes os cozinhados. Era um vaidosão impertinente – diziam –, conhecido por andar sempre emproado, de "crista levantada".
Um dia, estavam as freiras a separar as gemas das claras para fazerem um pudim, quando, por descuido, deixaram cair um tanto de banha de amêndoa ralada sobre as gemas. O que haviam então de fazer?
Desistiram do pudim e com o que ficou improvisaram um doce que mandaram ao frade, mas antes, por vingança dos seus desdéns, deram-lhe a forma de "crista de galo". O que elas não esperavam é que o frade não só gostou, como ainda ficou à espera de mais. E assim nasceu este doce típico de Vila Real.»

(ap)

in Diário de Trás-os-Montes

Viaja no tempo...
Quartel General
No início do séc. XX, Vila Real foi sede da 6.ª Divisão Militar, encontrando-se o seu Quartel-General na Praça Luís de Camões, no local onde hoje está o edifício do Tribunal".
(Agarez, 2013)
Viaja no tempo...
Hotel Tocaio
"O hotel de Amália e Humberto Delgado
Foi um dos mais importantes de Trás-os-Montes no século XX - a fadista cantou da varanda da suite e o general sem medo discursou em campanha".
Revista Sábado, 2018
1950
1967
Património existente
"Situava-se no arrabalde da vila medieval murada, edificada no promontório onde confluíam os rios Corgo e Cabril, e, pelas suas caraterísticas físicas e proximidade da referida população e dos eixos viários que a servem..."
(Neves, 2003)
Viaja no tempo....
Casa dos Marqueses
Igreja de São Domingos
Hospital da Divina Providência
Casa de Diogo Cão
Pelourinho
Fonte Metálica

Casa dos Marqueses de Vila Real
A parte inferior, a sul, é provavelmente do século XVI, sendo a parte norte possivelmente do século XVIII.
Edifício foi alvo de várias intervenções ao longo dos tempos.
Igreja de S. Domingos
"Com a criação da diocese de Vila Real (1922), foi adaptada a Sé a antiga igreja do convento de S. Domingos, fundado em 1424, reinando D. João I. A obra foi realizada ao longo do séc. XV, o que se manifesta na traça gótica do portal principal, em arco quebrado com arquivoltas, encimado por óculo no corpo central. Edifício sóbrio, de três naves escalonadas, transepto e capela-mor rectangular, reformada no séc. XVIII."
Hospital da Divina Providência
O atual edifício dos Paços do Concelho, construído no séc. XIX, num estilo de barroco tardio, foi inicialmente Hospital da Divina Providência de Vila Real, administrado pela Santa Casa da Misericórdia.

Casa de Diogo Cão

Construída na segunda metade do século XV, terá sido aqui que nasceu o famoso navegador transmontano que em 1482 descobriu a foz do Rio Zaire.

Possui uma traça que se enquadra na arquitetura civil edificada na vila na segunda metade do século XV e primeira metade do século XVI.

Fotos: Casa de Diogo Cão

Pelourinho

Classificado como IIP - Imóvel de Interesse Público

Do pelourinho original restam apenas alguns fragmentos que estiveram guardados (armazéns da Câmara Municipal) entre 1865 e meados do século XX, quando a vereação deliberou desmontá-lo, por dificultar a passagem das carruagens.

De acordo com o testemunho de alguns autores, o actual pelourinho aproveita ainda a coluna quinhentista octogonal, ou parte desta, e algumas cantarias avulsas.

O monumento manuelino foi levantado na antiga Rua da Praca, hoje Largo do Pelourinho, onde se encontra atualmente

(Correia de Azevedo, 1972)

Postal VILA REAL - Avenida Carvalho Araújo 19060.

Fotos: Pelourinho- antiga localização- em frente à Câmara Municipal de Vila Real

Fonte Metálica

O chafariz conhecido por "Maria da Fonte" localizava-se na Praça Luís de Camões, a norte da Avenida Carvalho de Araújo e junto ao Palácio da Justiça de Vila Real (tribunal).

Foto: "Maria da Fonte" /Chafariz metálico junto à actual Sé - as aguadeiras

Fotos: Fonte Metálica e as sucessivas alterações na sua localização

Fonte Metálica

Corresponde ao Chafariz Metálico que em 1891, a Câmara (Avelino Patena), mandou instalar no Largo do Tabulado, em frente à igreja do Convento de S. Domingos (atual Sé) e depois foi transferido para o topo norte da "Avenida".

Foto: Praça de Camões à data da fundação do Teatro Salão (Fonte: Ilustração Transmontana, 1909)

Fonte Metálica

Fonte: "Fonte Metálica - Maria da Fonte"

Memória

"Quem visita Vila Real pela primeira vez é difícil ficar indiferente à Avenida Carvalho Araújo. Não pelo monumento ao herói da I Grande Guerra, ali colocado em 1931. [...] (...) constituiu, à medida que as pessoas se foram fixando fora de muros, um local onde se conciliava o uso mundano do dia-a-dia com as actividades económicas mais significativas da vila, e evoluiu para o Campo do Tabulado (palavra que se diz ser um provincianismo trasmontano, designando um terreiro delimitado por tapumes, onde se fazem touradas, cavalhadas, etc)." Neves, 2013

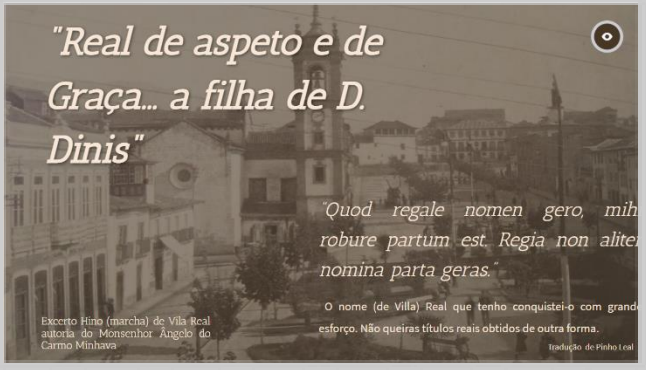
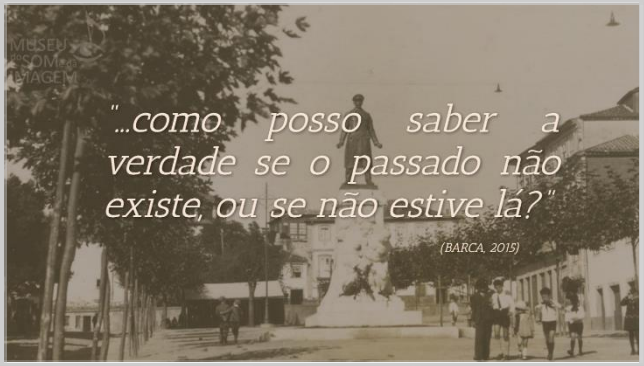
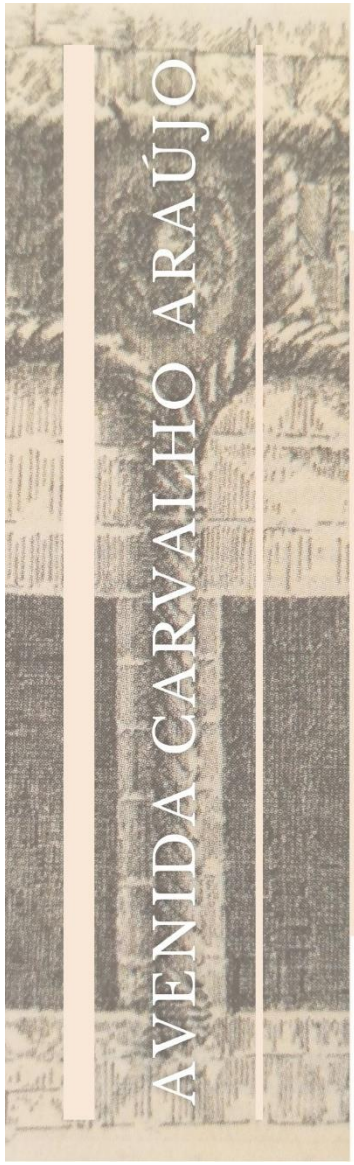


Imagem 15: Letra do Hino de Vila Real e estátua alegórica de Vila Real.



Anexo 2a: Projeto/aula – Apresentação da atividade[50]



PROJETO- AULA

Escola Secundária Camilo Castelo Branco

VI(m)VER A HISTÓRIA

Dia Internacional dos Monumentos e Sítios

U.PORTO FLUP FACULDADE DE LETRAS UNIVERSIDADE DO PORTO

PLANIFICAÇÃO

LOCAL: AVENIDA CARVALHO ARAÚJO

PÚBLICO ALVO: TURMAS DE 8° ANO

ENQUADRAMENTO DA ATIVIDADE:

Tema: O Mundo Industrializado no século XIX.

Subtema: Transformações económicas, sociais e culturais.

Aprendizagem essencial: Selecionar as alterações que se operaram a nível económico, social e demográfico devido ao desenvolvimento dos meios de produção;

Questão-orientadora: Que transformações ocorreram no espaço urbano?

Competências específicas da História:
Relacionar formas de organização do espaço com os elementos naturais e humanos aí existentes em diferentes épocas históricas, ressaltando aspetos diferentes e aspetos que permanecem;
Relacionar, sempre que possível, as aprendizagens com a História regional e local, valorizando o património histórico e cultural existente na região/local onde habita/estuda;

DIA INTERNACIONAL DOS MONUMENTOS E SÍTIOS

Cada vez mais o ensino de História revela ser uma ferramenta fundamental para a formação da identidade do estudante, numa altura em que este se encontra em plena formação intelectual marcada pelas relações sociais, incrementadas pelos modos de ver, pensar, agir, criar e recriar os objetos socialmente construídos no decorrer do tempo, e pelos diferentes contextos culturais.

[50] Disponível em: https://www.canva.com/design/DAEbcZxF-MI/CC7JRwgu3n9LfV7OjBIgPA/view?utm_content=DAEbcZxF-MI&utm_campaign=designshare&utm_medium=link&utm_source=homepage_design_menu

Assim, proporcionar, aos alunos, uma proximidade ás suas raízes acaba por ser um ponto de partida para uma aprendizagem mais ampla e geral, a partir de uma realidade mais restrita, favorecendo igualmente uma proximidade entre o aluno, professor e a própria sociedade em que vivem.

O conhecimento de elementos estruturantes do meio onde vivem pode configurar-se como um espaço de construção da reflexão crítica da realidade social, considerando-se que o local e o passado são referências para o processo de construção de uma identidade.

ATIVIDADE- REALIZAÇÃO

Pretende-se que a(s) turma(s) se desloque(m) para a Avenida e se posicionem num ponto central. Se sentem estrategicamente na base (ou chão) da Estátua de Carvalho Araújo.

Aspeto final da área central da Avenida após as obras de requalificação.

Para além de ser um local onde a visibilidade é total, de toda a avenida, a ideia é que os alunos observem a estátua e a sua composição, para assim, com o levantamento de ideias tácitas, auferir o conhecimento que têm sobre a personalidade que dá nome ao espaço, (em jeito de introdução da matéria a abordar no próximo ano letivo).

Posteriormente, para contextualizar a área, será dado um breve enquadramento histórico e geográfico do surgimento e evolução do núcleo populacional.

De seguida, ser-lhes-á distribuídas duas fotografias do local onde se encontram, do século XIX, com o objetivo de, atentamente, identificar semelhanças e diferenças em comparação com a realidade atual.

Fotografias antigas, que retratam perspetivas diferentes, do espaço compreendido, atualmente, da Avenida Carvalho Araújo.

É importante que os estudantes desenvolvam um espírito crítico e que conheçam as raízes da sua história, da sua identidade.

Afinal... são eles que irão, no futuro, transferir o conhecimento e defesa do património para as gerações vindouras.

"SÓ SE AMA O QUE SE CONHECE"

Anexo 3: Questionário sobre a visita de estudo virtual a Conímbriga e importância dos objetos no processo ensino aprendizagem – turma do 7.º ano

Secção 2 de 3

Visita de Estudo a Conímbriga

É importante a visita a locais de interesse histórico para percebermos um pouco mais das nossas raízes. Na impossibilidade de fazer uma visita de estudo de forma presencial...fazemo-la confortavelmente em nossas casas!!!

Panfleto Informativo- Visita de Estudo

Quantas áreas residenciais (domus) identificaste? *

1. 2
2. 3
3. 4

Que obras públicas (construções de uso público) te lembras ver durante a visita? *

Texto de resposta curta

Que parte da visita gostaste mais? *

Texto de resposta curta

Foste a perceber como estava organizada a cidade Romana de Conimbriga? *

- Sim
- Não

É importante uma explicação antes de fazer uma visita a um sitio arqueológico? *

Texto de resposta curta

Foste curioso em visitar o local? Porquê?

Texto de resposta curta

Após a secção 2 Continuar para a secção seguinte

Secção 3 de 3

Mini museu

Como já vem sendo hábito nas aulas...também nesta se achou importante o contacto com materiais... mas não fiquea triste, vais ter oportunidade de os ver e de lhes tocar :)

A partir da pequena amostra de materiais conseguiste perceber a importância dos mesmos no processo de romanização? *

- ◯ Sim
- ◯ Não

Em poucas palavras diz o que é uma lucerna e qual a sua utilidade. *

Texto de resposta curta

É importante este contato com materiais para compreenderes melhor a matéria abordada nas aulas? Porquê? *

Texto de resposta longa

De todos os materiais que foram apresentados nas aulas qual/ quais gostaste mais? *

Texto de resposta longa

As aulas de História ficam mais interessantes com a visualização de materiais? Porquê? *

Texto de resposta longa

Anexo 4: Questionário sobre a aula do *Dia Internacional dos Monumentos e Sítios* – Turma do 8.º ano

Vi(m)ver a História

O presente inquérito realiza-se no âmbito do Relatório Final do Mestrado em Ensino de História no 3.º Ciclo no Ensino Básico e no Ensino Secundário, da Faculdade de Letras da Universidade do Porto.
O questionário tem como objetivo compreender o interesse e a motivação dos alunos em conhecer um pouco mais das suas origens e se o recurso a materiais revela ser um contributo importante na compreensão da informação.

*Obrigatório

Email *

O seu email

Já alguma vez tiveste uma aula sobre a história da tua cidade? *

- ◯ Sim
- ◯ Não

Esta aula, em particular, foi importante para conheceres melhor a cidade de Vila Real e a sua evolução? *

- ◯ Sim
- ◯ Não

Ficaste com curiosidade de conhecer um pouco mais da tua cidade? (Responde segundo a numeração: 1 a 5, sendo que 1 corresponde ao número mínimo de curiosidade e 5 ao número máximo de curiosidade). *

	1	2	3	4	5	
Nenhuma curiosidade	○	○	○	○	○	Muita curiosidade

Do que aprendeste, o que consideraste mais interessante?

A sua resposta

A utilização de materiais (fotografias e imagens, materiais arqueológicos, documentos impressos) contribuem para uma melhor compreensão e aprendizagem da matéria? Justifica. *

Vila Real primitiva!

A sua resposta

Consideras que se houvesse aulas no exterior e/ou museus seriam mais enriquecedoras e motivadoras? *

- ◯ Sim
- ◯ Não

Consideras que aulas mais dinâmicas e práticas contribuem para uma maior motivação e compreensão da matéria? *

- ◯ Sim
- ◯ Não

Concordas que a exposição foi importante para a tua aprendizagem? *

- ☐ Concordo
- ☐ Não concordo

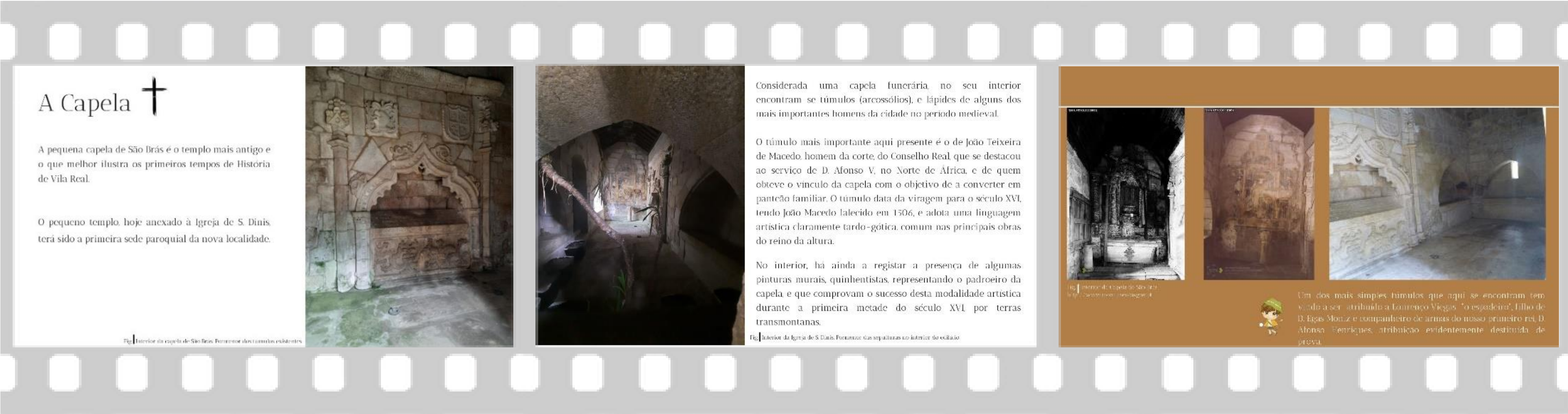
O que é que não sabias e ficaste a saber? *

A sua resposta

Anexo 5: Propostas de atividades

Anexo 5a: Proposta de aula – Uma Arte co(m)vida[51]

[51] Disponível em: https://www.canva.com/design/DAEdtVt-Vx8/ncbZSFCbsp_nETjSJs9kTA/view?utm_content=DAEdtVt-Vx8&utm_campaign=designshare&utm_medium=link&utm_source=homepage_design_menu


A Capela
A pequena capela de São Brás é o templo mais antigo e o que melhor ilustra os primeiros tempos de História de Vila Real.
O pequeno templo, hoje anexado à Igreja de S. Dinis, terá sido a primeira sede paroquial da nova localidade.
Considerada uma capela funerária, no seu interior encontram se túmulos (arcossólios), e lápides de alguns dos mais importantes homens da cidade no período medieval.
O túmulo mais importante aqui presente é o de João Teixeira de Macedo, homem da corte, do Conselho Real, que se destacou ao serviço de D. Afonso V, no Norte de África, e de quem obteve o vínculo da capela com o objetivo de a converter em panteão familiar. O túmulo data da viragem para o século XVI, tendo João Macedo falecido em 1506, e adota uma linguagem artística claramente tardo-gótica, comum nas principais obras do reino da altura.
No interior, há ainda a registar a presença de algumas pinturas murais, quinhentistas, representando o padroeiro da capela, e que comprovam o sucesso desta modalidade artística durante a primeira metade do século XVI, por terras transmontanas.
Fig. Interior da Igreja de S. Dinis. Pormenor das sepulturas no interior do edifício
Um dos mais simples túmulos que aqui se encontram tem vindo a ser atribuído a Lourenço Viegas, "o espadeiro", filho de D. Egas Moniz e companheiro de armas do nosso primeiro rei, D. Afonso Henriques, atribuição evidentemente destituída de prova.

Reza lenda que D. Afonso Henriques nasceu tolheito - com as pernas tortas ou atrofiadas , para grande mágoa de seu pai. Na sociedade medieval, qualquer defeito físico que incapacitasse um homem para a atividade guerreira condenava o à partida, à morte política.
Apesar disso, o rico homem Egas Moniz ofereceu se para ser Aio do menino. Uma noite, a Virgem Maria apareceu lhe em sonhos e disse lhe que levasse o pequeno Afonso à igreja de Cárquere (Resende, perto de Lamego) e o deitasse no altar.
Egas Moniz assim fez e o menino curou-se, por milagre. Esta lenda deu lugar a outra, menos miraculosa: o aio teria trocado o filho do conde D. Henrique por um filho seu, bastardo mas com as pernas saudáveis.
Fig. Afonso Henriques - Primeiro Rei de Portugal
O Romantismo foi um movimento artístico que surgiu na Europa no século XVIII mais especificamente na década de 1770, e durou até o século XIX. Esse movimento influenciou a literatura, a pintura, a arquitetura e a música.
O século XIX foi agitado por fortes mudanças sociais, políticas e culturais causadas por acontecimentos do final do século XVIII pela Revolução Industrial.
Os artistas românticos procuraram se libertar das convenções acadêmicas em favor da livre expressão da personalidade do artista.
• Cultivo da emoção, da fantasia, do sonho, da originalidade, evasão para mundos exóticos onde se podia fantasiar e imaginar;
• Exaltação da natureza;
• Gosto pela Idade Média (porque tinha sido o tempo de formação das nações);
• Defesa dos ideais nacionalistas (liberdade individual, liberdade do povo);
• Panteísmo (doutrina segundo a qual Deus não é um ser pessoal distinto do mundo Deus e o mundo seriam uma só substância);
• Individualismo, visão de mundo centrada nos sentimentos do indivíduo.
• Subjetivismo, o artista idealiza temas, exagerando em algumas das suas características (por exemplo, a mulher é vista como uma virgem frágil; a noção de pátria também é idealizada).

A palavra Romantismo designa uma maneira do indivíduo se comportar, de agir, de interpretar a realidade. O comportamento romântico caracteriza-se pelo sonho, por uma atitude emotiva diante das coisas e esse comportamento pode ocorrer em qualquer tempo da História.

Romantismo

Os cemitérios, como nós hoje os conhecemos, foram criados no século XIX, numa época que costumamos designar Romantismo.

Nesse período, a questão do corpo não era tão relevante.

Outra grande preocupação do Romantismo é transformar a perda em qualquer coisa que possa ser bonita. Transformar o funeral numa homenagem, na qual se perpetue a memória. O objetivo principal é não se recordar essa pessoa como cadáver, mas como alguém com virtudes ou que fez coisas importantes.

Fig. | Interior da Igreja de S. Dinis. Pormenor das sepulturas, no interior do edifício.

Os cemitérios públicos portugueses fossem oficialmente criados em 21 de setembro 1835, por decreto de Rodrigo da Fonseca Magalhães.

O CEMITÉRIO

Se para uns o cemitério representa um lugar de culto com uma grande carga emocional, a verdade é que há que defenda tratar-se de um lugar cultural e histórico, onde a arte também tem expressão.
Tratam-se de espaços que, cada vez mais, são procurados para se conseguir entender a vida.

"É costume dizer-se que se queremos conhecer realmente uma cidade ou as pessoas que por lá vivem, vamos ao cemitério." Palavras de Francisco Queiroz, pós-doutorado em Arte Tumular.

Fig. | Estátua funerária - Cemitério de S. Dinis.

Fé, Esperança e Caridade - A Escultura

Fé talvez a mais utilizada nestas três virtudes, pado que surge por vezes apenas em forma de cruz, sem uma componente escultórica evidente.

Fig. | Estátuas das alegorias mais comuns - Cemitério de S. Dinis.

Existem cemitérios que são, de facto, museus...

Também é comum encontrar outras estátuas alegóricas, como o Comércio e a Indústria, ou até a Agricultura.

Fig. | Estátuas alegóricas - Cemitério de S. Dinis.

Saudades

Personificadas em imagens femininas de atitude melancólica, facilmente se confundem com as próprias carpideiras, ou com a alegoria da Dor, embora as Saudades mais conseguidas em termos escultóricos sejam sobretudo jovens de olhar distante ou pesaroso, mas serenas.

Fig. | Estátua alegórica - Cemitério de S. Dinis.

Os Anjos

Os anjos e, em versão mais profana, os génios da morte inspirados na tumulária da Antiguidade Clássica.
Anjos da Redenção ou da Ressurreição (em postura exaltante, ostentando a cruz ou apontando para o céu), anjos orantes e anjos do Silêncio ou da Paz (com pose serena ou pedindo silêncio a quem passa) são os tipos mais comuns dessas figuras celestiais

Figs | Estátuas alegóricas - Cemitério de S. Dinis.

Crianças

Por vezes as representações de crianças trajadas dentro da moda em vigor eram consideradas retratos dos próprios finados, embora também pudessem representá-los sem que as peças escultóricas constituíssem propriamente um retrato

Este tipo de esculturas é geralmente de qualidade apreciável ao nível do ornato e mesmo do rigor do traje, mas sofrível ao nível anatómico e de proporções

Figs | Estátuas - representação de crianças - Cemitério de S. Dinis

Arquitetura

Os primeiros mausoléus do cemitério foram sobretudo erigidos em memória de personalidades rele vantes ou pessoas isoladas. As primeiras cape las tiveram um
carácter mais familiar, na sequência da tradição fúnebre dos séculos anteriores.

A capela assumiu se como a forma máxima de ostentar
poder económico e, por isso, cada vez foram sendo maiores as capelas construídas na secção lateral,

Figs | Capela Tumular - Jazigo de Família - José Augusto Pinto Machado - Fidalgo da Casa Real - Cemitério de S. Dinis

Madame Brouillard - A Bruxa do Chiado

Madame Brouillard, de seu verdadeiro nome Virgínia Rosa Teixeira, nasceu em Vila Nova, freguesia de Folhadela, concelho de Via Real, a 9 de novembro de 1852.

Após ter saído da terra natal, Virgínia Rosa viajou pela Europa e América do Sul (Brasil), estudou e ilustrou se na arte de predizer o futuro nas linhas da palma da mão.

De regresso a Portugal antes do final do seculo XIX pois que casou em Lisboa em 1888 [com Daniel Amilcar Barcínio de Campos, ele com 18 anos e ela com 35], e em 1891 era já proprietária do prédio sito no Chiado (n.°s 37 a 49).

Fig | Anúncio inserto na Ilustração Portuguesa 3 de Novembro de 1913

Instalou-se em Lisboa (Rua do Carmo, 43, sobreloja), onde granjeou fortuna e enorme clientela.

Diz se que até João Franco [político que ocupou vários postos ministeriais e a presidência do conselho de ministros] se aconselhava com ela.
Ficou conhecida como uma célebre quiromante no seu tempo.

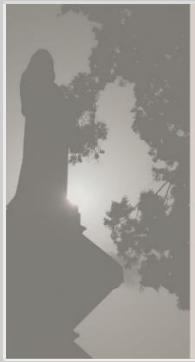
Depois (de 1905) viveu maritalmente com Albino David Martins, pessoa muito estimada em Vila Real, onde era vista como seu marido.

Fig | Madame Brouillard a quiromante da moda em 1900. Revista "Ilustração" n.°137 Setembro de 1931

Madame Brouillard fez testamento a favor da Santa Casa de Misericórdia de Vila Real, o que motivou querelas com a família, que chegou a sequestrá-la.

Tendo falecido em Lisboa, em 04.9.1925, o seu corpo foi transladado para Vila Real, jazendo no seu mausoléu do cemitério de S. Dinis.

Figs | Capela Tumular de Madame Brouillard. Pormenor do relevo [retrato]. Cemitério de S. Dinis

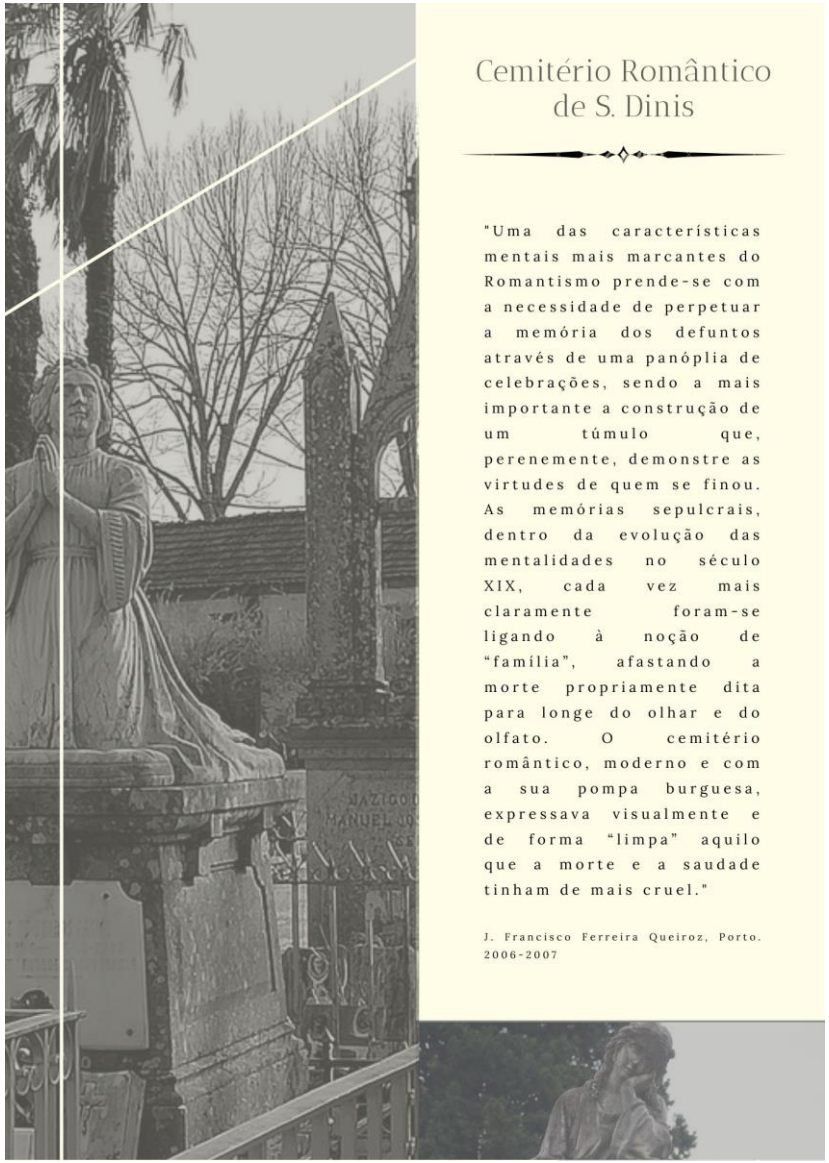


"Perante esta feliz conjugação de património histórico e natural num mesmo local, só podemos concluir que a cidade de Vila Real tem em S. Dinis um potencial excepcional que urge recuperar, conhecer e rentabilizar."

Francisco Queiroz e Ana M. Portela, Revista Tellus, n.º 32. 2000. pg 15

Desenho da fachada do cemitério de S. Dinis - Vila Real, por Lopes Mendes, 1854

Anexo 5b: Projeto/aula – Apresentação da atividade[52]



[52] Disponível em: https://www.canva.com/design/DAEcZqjB-QE/s_rqi2jtADFYKjIl5Rf9bQ/view?utm_content=DAEcZqjB-QE&utm_campaign=designshare&utm_medium=link&utm_source=homepage_design_menu

Cemitério Romântico de S. Dinis

Aprendizagens Essenciais | Articulação com o Perfil dos Alunos

Tema: O Mundo Industrializado no século XIX

Subtema: Transformações económicas, sociais e culturais.

- Relacionar o aparecimento das novas correntes culturais e artísticas com as transformações da revolução industrial e a confiança no conhecimento científico;

Contextualização

Considerado um dos mais interessantes cemitérios do país,, o cemitério de S. Dinis é dos poucos que ainda se mantem, praticamente, inalterável da sua forma original, por se encontrar parcialmente desativado.
Sendo um dos mais intocados do país, mantem as suas marcas regionais, embora com nítida influência da arte funerária de Lisboa e Porto.
A conjugação de património histórico (localizado dentro da cerca medieval, onde nasceu a cidade de Vila Real); histórico arquitetónico (Igreja de S. Dinis e Capela de S. Brás) e natural, faz deste local uma referência para a história local.
Com um potencial excecional, torna-se cada vez mais importante recuperar, reconhecer e perpetuar este local.
E quem melhor que os nossos jovens para o fazer??!!

Atividade

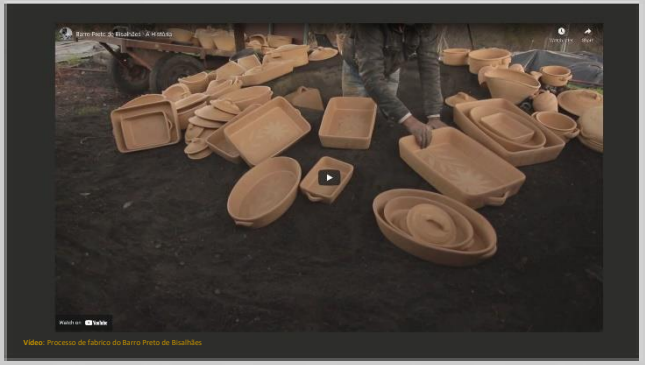
Pensar numa visita de estudo ao local não era de todo impossível, se não se tratasse de um espaço reservado e carregado de simbolismo, sendo que a visita poderia ser vista como algo desagradável e interpretada como de mau gosto, quer pelos familiares das pessoas que aí repousam, ou mesmo por parte dos Encarregados de Educação, para quem um cemitério tem uma carga religiosa e emotiva que requer toda a descrição e respeito.
Contudo, é importante transmitir este legado tão importante, tão "nosso" e que felizmente se encontra em considerável estado de conservação pela pouca utilização. E esta salvaguarda e consequente valorização poderá ser assegurada pela informação dos mais novos que serão a geração ativa num futuro próximo.
Assim, propõe-se uma viagem virtual/digital, com recurso a imagens/fotografias, que retratem esta realidade específica de um período histórico, que pretendia fazer dos cemitérios um local de paz, harmonia, contrastando com os sentimentos de tristeza que geralmente suscitam.

Anexo 5c: Proposta de aula – (re) produzir a História[53]

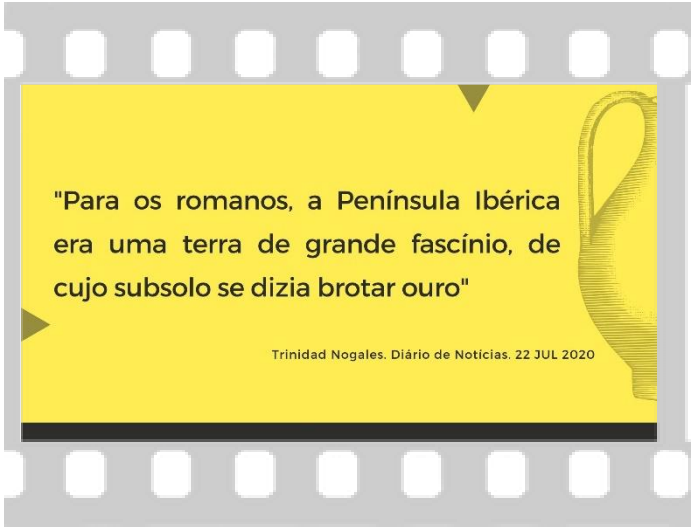
[53] Disponível em: https://www.canva.com/design/DAEeFo75C94/_EgKKGFhn48sVidojf1KoA/view?utm_content=DAEeFo75C94&utm_campaign=designshare&utm_medium=link&utm_source=homepage_design_menu

Figs. Atividades similares desenvolvidas pelo museu da Vila Velha- Vila Real
https://www.facebook.com/museudavilavelha/photos/a.941022562591093/4267519846607996

Fig. Bilha de Rosca. Forma típica da olaria de Bisalhães
https://incorporatemagazine.com/wp-content/uploads/2020/11/IMG_7764-scaled.jpg

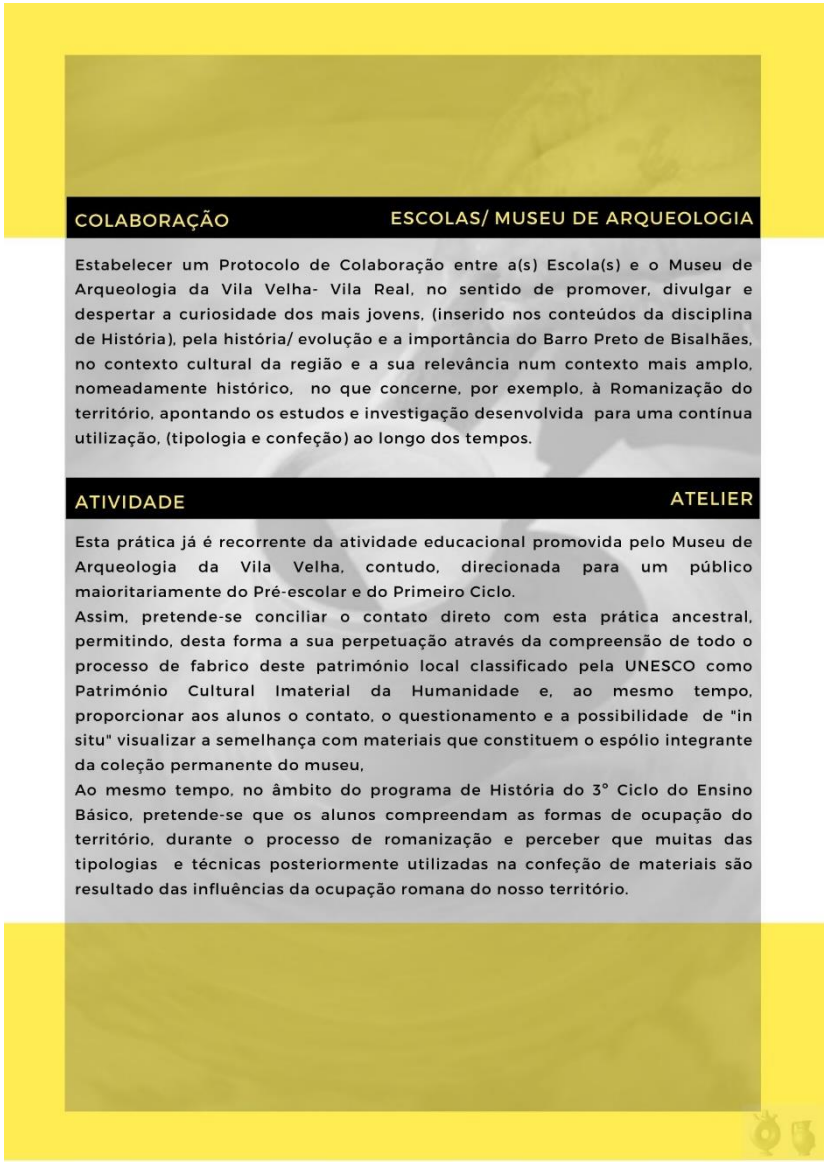


Vídeo: Processo de fabrico do Barro Preto de Bisalhães


"Para os romanos, a Península Ibérica era uma terra de grande fascínio, de cujo subsolo se dizia brotar ouro"
Trinidad Nogales. Diário de Notícias. 22 JUL 2020

Anexo 5d: Projeto/aula – Apresentação da atividade[54]

[54] Disponível em: https://www.canva.com/design/DAEavbW2e9M/EEuRLT_pPfw0-A-HXeEVVA/view?utm_content=DAEavbW2e9M&utm_campaign=designshare&utm_medium=link&utm_source=homepage_design_menu



COLABORAÇÃO — **ESCOLAS/ MUSEU DE ARQUEOLOGIA**

Estabelecer um Protocolo de Colaboração entre a(s) Escola(s) e o Museu de Arqueologia da Vila Velha- Vila Real, no sentido de promover, divulgar e despertar a curiosidade dos mais jovens, (inserido nos conteúdos da disciplina de História), pela história/ evolução e a importância do Barro Preto de Bisalhães, no contexto cultural da região e a sua relevância num contexto mais amplo, nomeadamente histórico, no que concerne, por exemplo, à Romanização do território, apontando os estudos e investigação desenvolvida para uma contínua utilização, (tipologia e confeção) ao longo dos tempos.

ATIVIDADE — **ATELIER**

Esta prática já é recorrente da atividade educacional promovida pelo Museu de Arqueologia da Vila Velha, contudo, direcionada para um público maioritariamente do Pré-escolar e do Primeiro Ciclo.

Assim, pretende-se conciliar o contato direto com esta prática ancestral, permitindo, desta forma a sua perpetuação através da compreensão de todo o processo de fabrico deste património local classificado pela UNESCO como Património Cultural Imaterial da Humanidade e, ao mesmo tempo, proporcionar aos alunos o contato, o questionamento e a possibilidade de "in situ" visualizar a semelhança com materiais que constituem o espólio integrante da coleção permanente do museu,

Ao mesmo tempo, no âmbito do programa de História do 3º Ciclo do Ensino Básico, pretende-se que os alunos compreendam as formas de ocupação do território, durante o processo de romanização e perceber que muitas das tipologias e técnicas posteriormente utilizadas na confeção de materiais são resultado das influências da ocupação romana do nosso território.

Anexo 6: Panfleto – apoio visita de estudo virtual

CONIMBRIGA

Escola Secundária Camilo Castelo Branco

Largo dos Freitas 4, 5000-657 Vila Real Telefone: 259 309 430

Visita de estudo :

Ruínas de Conímbriga
R. das Ruínas 7, Condeixa-a-Velha

Museu Monográfico de Conimbriga
Conímbriga 3150-220 - Condeixa-a-Velha
GPS:Lat: 40,09827204137743
Long: -8,490278152084333
Telf(s): +351 239 941 177
E-mail: geral@conimbriga.dgpc.pt

Localização:

Distrito de Coimbra

"A Jóia do Mundo Romano"

22 de janeiro de 2021

Fotografias e textos
Fontes: https://nationalgeographic.sapo.pt/historia/grandes-reportagens/2176-as-sete-vidas-de-conimbriga
http://www.patrimonioculturalgov.pt/pt/museus-e-monumentos/rede-portuguesa/m/museu-monografico-de-conimbriga/

8

1

Quantas Conimbrigas, afinal, existem? A resposta foi variando com o tempo. Hoje sabe-se que existiu certamente um povoado do Bronze Final. Há depois um povoado da Idade do Ferro, identificado nas escavações de 1911, e certamente muito importante, mas ainda mal conhecido. Testemunha uma fase durante a qual o território beneficiou do acesso fácil ao Mondego e ao interior para escoar minérios e receber produtos importados do Oriente distante. O topónimo Conimbriga terá surgido na transição entre estes dois momentos.

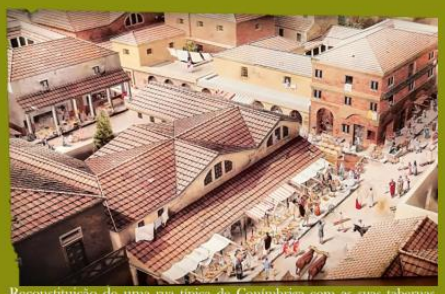
Planta de localização das diferentes áreas das ruínas de Conímbriga.

A Conímbriga romana é inquestionável, provavelmente dividida em duas fases – uma de apogeu e expansão e outra de declínio progressivo.

4

5

Conímbriga localiza-se em Condeixa-a- Velha, próximo de Coimbra.
As ruínas de Conímbriga, classificadas como Monumento Nacional, o Museu Monográfico e o *castellum* de Alcabideche permitem reconstruir uma importante cidade do Império Romano. A fundação de Conímbriga e a maioria das construções nela erigidas remontam ao tempo do imperador Augusto (sécs. I a.C. - I d.C.). Entre 465 e 468, os Suevos arruinaram Conímbriga, o que levou a população a abandonar progressivamente a cidade.



Reconstituição de uma rua típica de Conímbriga com as suas tabernas (espaços comerciais).

Cento e vinte anos depois da primeira escavação metódica em Conímbriga, as ruínas desvendam segredos e desfazem mitos.

As casas dos mais abastados proprietários (a **Casa de Cantaber** e a **Casa dos Repuxos**) sinalizam ao visitante a falsa percepção de opulência – real no mundo romano, sim, mas à disposição de uma escassa percentagem da população.

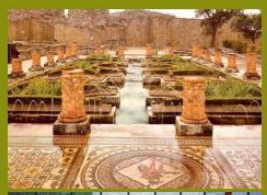
Casa Cantaber

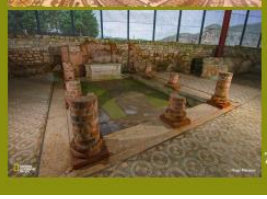
A Casa de Cantaber é o maior edifício privado descoberto em Conímbriga (cerca de 3300 m²). Possui quase 40 compartimentos, distribuídos em cinco conjuntos, cada um com o seu peristilo (conjunto de colunas em redor de um pátio interior).
É atribuída a Cantaber, reconhecido aristocrata do séc. V.
A sua construção é datada de finais do séc. I e terá perdurado até ao abandono da cidade, já na Idade Média.

(Peristilo e ninfeu).

Casa dos Repuxos

É o melhor exemplo da arte do mosaico, da arquitectura dos jogos de água na cidade. Na primeira metade do século II, foi alvo de grandes remodelações, tendo sido abandonada e demolida em finais do século III ou inícios do século IV devido ao levantamento da muralha.





Fórum

Da fase de maior monumentalidade da vida da cidade, conhecem-se muitos dos edifícios principais. **O Fórum** foi amplamente escavado e é hoje um dos ex-líbris das ruínas.

Maqueta do Fórum exposta no Museu Monográfico de Conímbriga

Insula

A insula(residências modestas) do aqueduto é um edifício doméstico em que os pisos inferiores eram ocupados por espaços comerciais e oficinas (as tabernae) e os pisos superiores serviam de habitação. O nome foi-lhe atribuído por se encontrar encostado ao troço final do aqueduto.

Termas

Ruínas das termas da Casa de Cantaber, até agora a única residência privada da cidade onde foi identificado este tipo de equipamento.
Detalhe das arcarias (suspensurae) que integravam o sistema de aquecimento de um dos tanques das termas da casa.

As **termas** testemunham também a sofisticação desta pequena cidade de província

Casa da Cruz Suástica

A sua construção remonta ao séc. I, ainda que o aspeto final da residência date do século II. Os mosaicos são da segunda metade do século III. Pouco depois a casa foi demolida para se construir a muralha do Baixo-Império.
A utilização da cruz suástica nos mosaicos deve-se aos romanos considerarem esse símbolo como uma representação solar, propiciadora de boa sorte. A casa foi escavada nos anos 40 e os mosaicos restaurados nos anos 50 do século XX.

Casa dos Esqueletos

Construída nos finais do séc. I ou inícios do séc. II, foi decorada com mosaicos, no séc. III e demolida nos finais desse século ou início do seguinte para se construir a muralha. Posteriormente, a zona foi ocupada por um cemitério tardo-romano e medieval que deu nome à casa.